

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO NA CORÉIA
DO SUL APÓS 1945

MICHELLE MERÉTICA MILTONS

ORIENTADOR: PROF. DR. EDNALDO MICHELLON

MARINGÁ

2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO NA
CORÉIA DO SUL APÓS 1945

MICHELLE MERÉTICA MILTONS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de mestre em economia.

APROVADA POR:

Prof. Dr. Ednaldo Michellon (UEM)
(Orientador)

Profa. Dra. Rossana Lott Rodrigues (UEL)
(Examinador Externo)

Prof. Dr Antonio Carlos de Campos (UEM)
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Antonio Carlos Lugnani (UEM)
(Examinador Suplente)

MARINGÁ/PR, 31 DE AGOSTO DE 2007.

FICHA CATALOGRÁFICA**MILTONS, MICHELLE MERÉTICA**

Educação e Crescimento Econômico na Coréia do Sul após 1945 [Paraná] 2007.

182 p., 210 x 297 mm (PME/UEM, Mestre, Teoria Econômica, 2007).

Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Maringá – Programa de Mestrado em Economia

1. Educação

2. Desenvolvimento Econômico

3. Coréia do Sul

4. Capital Humano

I. PME/UEM

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MILTONS, M. M. (2007) Educação e Crescimento Econômico na Coréia do Sul após 1945.

Dissertação de Mestrado em Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 182 p.

CESSÃO DE DIREITOS

AUTOR: Michelle Merética Miltons

TÍTULO: Educação e Crescimento Econômico na Coréia do Sul após 1945.

GRAU: Mestre

ANO: 2007

É concedida à Universidade Estadual de Maringá permissão para reproduzir cópias desta dissertação de mestrado e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. É permitida a reprodução total ou parcial dessa dissertação de mestrado, somente para propósitos acadêmicos e científicos, desde que citada a fonte.

 Michelle Merética Miltons

QMSW 6, lote 3, bloco B, apto 6 – Setor Sudoeste

70.680-600 Brasília – DF – Brasil

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido Pai celestial, que deu seu Filho por mim, e tem me concedido e perseverança para ir até o fim. Obrigada por me abençoar, me guardar e me amar.

Ao meu querido marido Cesar, que foi compreensivo, amoroso e, principalmente, paciente em todos os momentos em que estive ausente, irritada e cansada. Você é parte integrante de todas as minhas vitórias! Te amo!

À minha mãe, pelo incentivo, carinho, provisão financeira, principalmente para as viagens Brasília-Maringá, e por nunca ter me deixado pensar em desistir.

Ao professor Ednaldo Michellon, pelas inúmeras direções, resolução de dúvidas, sugestões, paciência, incentivo e palavras de ânimo.

Aos professores Antonio Carlos Lugnani e Antonio Carlos de Campos, por todas as sugestões e pela paciência em sanar as inúmeras dúvidas que tive pelo caminho.

Aos amigos Carol, Thaty e Paulo. Vocês foram demais! Só Deus sabe o quanto sou agradecida por simplesmente terem me ouvido tantas e tantas vezes falar da Coréia!

“A ciência incha, mas o amor edifica.

Se alguém pensa saber alguma coisa, ainda não sabe como convém saber.”

Bíblia, I Carta aos Coríntios 8:1b-2

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	REFERENCIAL TEÓRICO: A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	6
2.1	A Teoria do Capital Humano.....	8
2.2	A Teoria Neoclássica de Crescimento Econômico: O Modelo de Solow.....	11
2.3	Crescimento Econômico e Capital Humano.....	14
2.4	O Modelo de Solow ampliado com Capital Humano.....	16
2.5	Revisão de Literatura: Capital Humano e Crescimento Econômico.....	18
2.6	Os modelos de crescimento endógeno.....	20
2.7	Capital Humano e Crescimento na Coreia do Sul.....	23
3	TRANSIÇÕES POLÍTICAS, CRESCIMENTO ECONÔMICO E EDUCAÇÃO NA COREIA DO SUL: CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	26
4	O PERÍODO 1945-1961.....	44
4.1	A divisão da Coreia e o Governo Militar Americano na Coreia do Sul.....	44
4.2	A Guerra da Coreia e o Governo de Syngman Rhee.....	46
4.3	A economia na era Rhee e o Foco na Reconstrução Nacional.....	48
4.4	O recomeço da educação coreana.....	51
4.4.1	A continuidade dos esforços educacionais durante e depois da Guerra da Coreia.....	56
4.5	Considerações finais sobre o período 1945-1961.....	62
5	O GOVERNO PARK CHUNG HEE: 1961-1979.....	63
5.1	Do golpe militar de 1961 ao assassinato de Park.....	63
5.2	Crescimento econômico do período 1961-1979.....	66
5.2.1	A industrialização voltada para as exportações.....	66
5.2.2	A Estratégia HCI.....	72
5.3	Política Educacional e Crescimento Econômico no Período 1961-1979.....	79
5.3.1	Promoção da educação vocacional e técnica.....	85
5.3.2	A educação superior.....	90
5.4	Algumas considerações sobre o desenvolvimento e a educação na era Park.....	94
6	O GOVERNO MILITAR DE CHUN DOO-HWAN: 1980-1987.....	96
6.1	Mudanças Políticas.....	96
6.2	Mudanças Econômicas.....	99

6.3	Educação no governo Chun.....	105
6.3.1	A defesa pela educação democrática e a continuidade da “educação espiritual”.....	105
6.3.2	O enfraquecimento da educação vocacional e a expansão do ensino superior.....	106
6.3.3	A relação entre educação formal e capacitação prática.....	108
6.4	Considerações Finais sobre educação e desenvolvimento no governo Chun.....	109
7	O PERÍODO DEMOCRÁTICO: 1987-2006	112
7.1	Mudanças Políticas	112
7.2	Mudanças Econômicas	115
7.2.1	Os desequilíbrios macroeconômicos da década de 1990 e a crise asiática	116
7.2.2	A economia após a crise	121
7.3	A educação nos anos 1990 e 2000.....	124
7.3.1	As reformas no ensino elementar e secundário	125
7.3.2	Ensino secundário vocacional e técnico	132
7.3.3	Ensino superior e a transição para a economia do conhecimento	134
7.3.4	Educação continuada e outros tipos de ensino	144
7.3.5	Financiamento da educação.....	145
7.3.6	Organização administrativa	149
7.3.7	Educação e política.....	150
7.3.8	Considerações finais sobre educação e desenvolvimento na Coreia democrática.....	152
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
9	REFERÊNCIAS	161
10	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	168

RESUMO

A Coréia do Sul experimentou um crescimento econômico notável nas últimas décadas, especialmente entre os anos de 1960 e 1996. Em 1960, seu produto nacional bruto *per capita* era de somente US\$ 80, mas em 1996, já era superior a US\$ 11.000, quando se tornou membro da OCDE. A experiência de crescimento com taxas acima da média dos países da OCDE deu-lhe o título de “Tigre Asiático”, assim como a seus vizinhos Taiwan, Hong Kong e Cingapura. A transformação da Coréia é atribuída à interação de vários fatores de ordem econômica e não econômica. Uma das principais razões não econômicas foi o desenvolvimento da educação que, tendo como base o princípio da igual oportunidade de acesso, desenvolveu-se seqüencialmente, ao longo do período 1945-2006. Assim, o objetivo desta pesquisa consiste em verificar se o governo sul-coreano deu prioridade à educação formal com vistas a colaborar em seus projetos de desenvolvimento ao longo de seus governos civis e militares, no período 1945-2006. A hipótese do trabalho é que esta prioridade se verificou, variando apenas na intensidade e forma. Os resultados principais indicam que, de fato, o governo concedeu prioridade à educação. Mas no governo militar de Chun Dae-hwan, a expansão educacional do nível superior foi muito mais fruto da demanda popular, que, historicamente, via o alcance de graus superiores como uma importante forma de atingir status social e prestígio, objetivo não atingido, em sua visão, pela formação técnica e vocacional tão enfatizada pelo Estado.

Palavras-chave: educação, desenvolvimento econômico, Coréia do Sul, capital humano.

ABSTRACT

South Korea experimented a remarkable economic growth the last decades, especially between 1960 and 1996. In 1960, its gross national output *per capita* was only US\$ 80, but, in 1996, was more than US\$ 11.000, when it became an OCDE's member. The growth experience with rates above the average of OCDE countries gives it the title "Asia Tiger", the same way as its neighbors Taiwan, Hong Kong and Singapore. The Korea transformation is attributed to interaction of a lot of economic and non economic factors. One of main non economic reason was the education development, which had as base the equal opportunity and access principle, development itself sequentially, during the period 1945-2006. The objective of this research is to check if the South-Korean government gave priority to formal education to help its development projects during its civilian and military governments, in the period 1945-2006. The assumption of this research is that priority was checked, changed only in intensity and form. The main results suggested that, in fact, the government gave priority to education. But in Chun Dae-hwan military government, the educational expansion of high level was a result of popular demand that, historically, saw the achievement of high levels as an important manner of reaching social status and prestige, objective not achieved, in their opinion, through technical and vocational education.

Key-words: education, economic development, South Korea, human capital.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1 – Taxa de crescimento do PNB, Coréia do Sul, 1960-2004.....	29
Gráfico 3.2 – Expansão do número de escolas, Coréia do Sul, 1945-2002.....	32
Gráfico 3.3 – Expansão do número de professores, Coréia do Sul, 1945-2002.....	32
Gráfico 3.4 – Expansão do número de alunos, Coréia do Sul, 1945-2002.....	33
Gráfico 3.5 – Tendências das proporções de matrículas, Coréia do Sul, entre 1965 e 2000 ...	35
Gráfico 3.6 – Taxas planejadas e atingidas nos planos de desenvolvimento, Coréia do Sul, 1962-1997.....	39
Gráfico 5.1 – Taxa de inflação, Coréia do Sul, 1960-1980.....	78
Gráfico 7.1 – Exportações, Coréia do Sul, 1965-2002.....	117
Gráfico 7.2 – Dívida externa, Coréia do Sul, 1965-2002.....	118
Gráfico 7.3 – Taxa de avanço entre os níveis escolares, Coréia do Sul, 1970-2002.....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 – PNB <i>per capita</i> e PNB, Coréia do Sul, 1953-2001	27
Tabela 3.2 – As doze maiores economias do mundo, 2005	28
Tabela 3.3 - Posição da Coréia do Sul no volume de comércio, 2004	28
Tabela 3.4 – Crescimento anual do PIB e do PIB <i>per capita</i> dos países da OCDE, 1970-1999	30
Tabela 4.1 – PIB per capita e taxas de matrícula, países selecionados, 1960	61
Tabela 5.1 – Taxa de poupança doméstica e dívida externa, Coréia do Sul, 1960-1980	76
Tabela 5.2 – Quantidade de alunos por professor ao nível elementar em países selecionados, 1961	81
Tabela 5.3 – Quantidade de alunos por sala de aula, Coréia, 1960-1995.....	82
Tabela 6.1 – Indicadores de crescimento, Coréia do Sul, 1980-1987	104
Tabela 6.2 – Matrículas nas escolas médias superiores acadêmicas e vocacionais, Coréia do Sul, 1961-1995	107
Tabela 7.1 – Taxa de câmbio, won/dólar americano, 1988-2001.....	122
Tabela 7.2 – Desempenho econômico após a crise na Coréia do Sul, 1993-2004	123
Tabela 7.3 – Escores de testes de matemática e ciências, países selecionados, 1991	129
Tabela 7.4 – Taxas de evasão, Coréia do Sul, 1965-2004.....	129
Tabela 7.5 – Matrículas na educação vocacional como proporção da matrícula total na educação secundária, países asiáticos selecionados, 1970-1998.....	133
Tabela 7.6 – Canais de transferência de tecnologia, Coréia do Sul, 1962-2001	138
Tabela 7.7 – Comparação internacional de indicadores de desenvolvimento de ciência e tecnologia, países selecionados, 2001	139
Tabela 7.8 – Níveis salariais de acordo com a escolaridade, Coréia do Sul, 1976-1994	143
Tabela 7.9 – Despesas de instituições de educação superior e sua fonte, países selecionados, 1998	146
Tabela 7.10 - Estrutura financeira das universidades nacionais, Coréia do Sul, 2002 e 2003	146
Tabela 7.11- Estrutura financeira das universidades privadas de quatro anos, Coréia do Sul, 2002 e 2003	147
Tabela 7.12 – Número de instituições e estudantes por controle institucional, Coréia do Sul, 2004	147
Tabela 7.13 – Gastos públicos com educação como percentagem do PIB, Coréia do Sul, 2005	148

Tabela 7.14 – Orçamento do Governo Central x orçamento do Ministério da Educação, Coréia do Sul, 1965-2005	148
Tabela 7.15 – Composição do orçamento do Governo Federal, Coréia do Sul, 2004	149

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1– Planos Qüinqüenais de Desenvolvimento Econômico: periodização e objetivos principais, Coréia do Sul, 1962- 1997	38
Quadro 3.2– Estágios e estratégias de desenvolvimento econômico coreano, 1948-2000	39
Quadro 3.3- Principais medidas educacionais, Coréia do Sul, 1949-2006.....	41
Quadro 3.4 – Fases de transição política e pontos de ruptura principais, Coréia do Sul, 1945-2007	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CLEP – Council for Long-Range Comprehensive Educational Planning - Conselho de Planejamento Educacional Amplo de Longo Prazo
- CSAT – College Scholastic Aptitude Test - Teste de Aptidão Escolástica para Faculdade
- EPB – Economic Planning Board - Junta de Planejamento Econômico
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- ICA - International Cooperation Administration - Administração Internacional de Cooperação
- KCIA – Korean Central Intelligence Agency - Agência de Inteligência Coreana Central
- KEDI – Korean Educational Development Institute - Instituto de Desenvolvimento Educacional Coreano
- KERIS - Korean Education Research Information Service - Sistema Coreano de Pesquisa de Informação Educacional
- UNCURK - U.N. Commission for the Unification and Rehabilitation of Korea - Comissão das Nações Unidas para a Unificação e Reabilitação da Coreia
- UNKRA - UN Korean Reconstruction Agency - Agência das Nações Unidas para a Reconstrução Coreana
- MOE – Ministry of Education - Ministério da Educação
- MOEHRD – Ministry of Education and Human Resources Development - Ministério da Educação e Desenvolvimento de Recursos Humanos
- NIF – National Investment Fund - Fundo de Investimento Nacional
- PCER – Presidential Commission for Education Reform - Comissão Presidencial para a Reforma Educacional
- PCEHRP – Presidential Council for Education and Human Resources Policy - Comissão Presidencial para a Educação e Política de Recursos Humanos
- PISA - Programa de Avaliação Internacional do Estudante

1 INTRODUÇÃO

O papel da educação no processo de desenvolvimento econômico tem sido objeto de atenção na literatura. Entre os aspectos abordados, busca-se compreender se a variável capital humano – cujo principal componente é a educação – é positivamente relacionada com o desenvolvimento – onde o item essencial é o crescimento da renda – e, em caso afirmativo, quanto ela é capaz de explicá-lo. Os resultados têm diferido, dependendo da *proxy* utilizada para sua medição, havendo vários estudos que comprovam a existência de uma relação positiva e significativa entre elas.

Há um relativo consenso de que a educação contribui para o desenvolvimento de diversas formas. Uma delas é através da melhoria da qualidade da força de trabalho que, mais capacitada, estará mais apta para absorver, reproduzir e desenvolver tecnologias. Um trabalhador mais bem qualificado, geralmente, é um trabalhador mais produtivo. E o aumento da produtividade marginal do trabalho traz, como resultado, o crescimento da renda da firma e, em termos agregados, o crescimento da economia.

O presente trabalho irá adotar essa linha de argumentação, entendendo ser a acumulação de conhecimentos fator chave na determinação do crescimento econômico. A partir desta concepção, explorada no capítulo relativo ao referencial teórico, pretende-se analisar o papel da educação no processo de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul, ao longo de seus governos militares e democráticos.

A escolha da Coreia do Sul se justifica por dois motivos principais. O primeiro refere-se à sua experiência de crescimento. Após a proclamação da República da Coreia, em 1948, o país contava com uma renda *per capita* inferior a US\$ 100. Passou por uma Guerra Civil, e iniciou um processo de reconstrução nacional já nos anos 1950. Após alterar a estratégia de crescimento, da industrialização por substituição de importações para a industrialização pesada voltada para fora, o país vivenciou um período de grande crescimento econômico só interrompido substancialmente em dois momentos: no final dos anos 1970, com o segundo choque do petróleo e em 1997-98, na crise asiática. Mas, em ambos os casos, a Coreia se recuperou em relativamente pouco tempo. Atualmente, ela é considerada um país

industrializado, desenvolvido e pertence à OCDE. Sua renda *per capita* já é superior a US\$ 14.000, e ela está entre as quinze maiores economias do mundo.

O segundo motivo, naturalmente, diz respeito à sua experiência na área educacional. A Coreia atingiu a universalização da educação básica no final da década de 1960 e do ensino médio na década de 1980. Os anos de 1980 e 1990, por sua vez, assistiram a uma forte expansão das matrículas em nível superior, o que sugere que a política educacional constituiu-se como um processo seqüencial. Procurando priorizar o princípio da igual oportunidade e acesso, o governo tentou promover, por diversas vezes, a equalização das escolas, visando, entre outros, evitar que a competição pela entrada nas melhores escolas, faculdades e universidades fosse muito acirrada. Mas os números – apresentados de forma comparativa no terceiro capítulo desse trabalho – mostram que a Coreia atingiu um elevado nível de qualificação de sua mão-de-obra por meio da educação formal.

Postas estas considerações preliminares, a pergunta chave que este trabalho procurará responder é: ao longo do período 1945-2006, o governo priorizou a educação formal¹ com vistas a colaborar no projeto de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul?

Para responder a esta pergunta, subentende-se que o país desenvolveu um projeto nacional de desenvolvimento econômico. Isso não significa, naturalmente, que durante o período de análise deste trabalho, o país tenha tido somente um plano de desenvolvimento. Na verdade, como será apresentado posteriormente, com exceção do governo de Syngman Rhee, tanto os governos militares quanto os civis se utilizaram da ferramenta do planejamento e administraram o país por meio de Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico. Os planos mudaram de ênfase, conforme a conjuntura, mas a economia teve, no planejamento, sua ferramenta principal de coordenação econômica. Por meio dele, maior prioridade era dada para determinados setores e áreas. Embora não seja objetivo dessa dissertação analisar a efetividade de todas as metas contidas nos planos, é possível verificar que as políticas adotadas, em sua maioria, seguiam as direções ali apontadas. A questão colocada indaga se a

¹ Por educação formal, entenda-se a educação escolar, tratada aqui desde o nível primário até o nível superior, excluindo-se, portanto, o maternal, a pré-escola e a pós-graduação.

educação foi vista como indispensável pelo governo dentro do contexto de seus planos de desenvolvimento.

Priorizar a educação formal, nessa dissertação, significa a tomada efetiva de medidas, por parte do governo, que demonstrem claramente que a educação foi entendida como necessária ao processo de desenvolvimento econômico. Não será possível quantificar o “nível de prioridade”, dado pelo governo, pela subjetividade que o termo implica. Mas alguns indicadores irão auxiliar nesse sentido e possibilitar inferências qualitativas positivas ou negativas, tais como: os gastos do governo com educação, o aparato legal desenvolvido pelo governo para atingir as metas propostas e a efetividade das medidas implantadas (se os objetivos manifestos foram ou não alcançados). Junto com estes, serão apresentados dados que indiquem a conquista ou não de índices de crescimento econômico buscados nos planos de desenvolvimento, quando estes estiverem explicitados.

Para analisar a posição da Coreia do Sul no mundo, algumas comparações internacionais serão feitas, o que facilitará a compreensão quanto ao peso por ela atribuído à educação no processo de desenvolvimento. A comparação enriquece a análise econômica, pois situa o país em análise em seu contexto mundial, e evidencia as fragilidades e os pontos fortes de suas políticas. Sendo a Coreia do Sul exemplo de êxito – o que não significa ausência de problemas ou distorções – nas duas variáveis que se pretende analisar (educação e crescimento econômico), sua escolha pretende trazer um estudo de caso que possa colaborar para futuras análises do sistema educacional brasileiro.

Pode-se apontar como objetivo principal do trabalho verificar se o governo sul-coreano deu prioridade à educação formal com vistas a colaborar no projeto de desenvolvimento, esteja este projeto contido nos planos quinquenais, esteja ele subentendido pelas estratégias de crescimento adotadas ao longo do período em análise. Alguns planos e políticas não estão disponibilizados em língua inglesa, o que inviabiliza o exame dos originais. Entretanto, tal carência é compensada pela literatura existente, que apresenta os principais pontos relativos a estes planos, suficientes para identificar os objetivos de desenvolvimento de cada subperíodo. Como objetivos secundários, elencam-se: a) apontar as principais características das estratégias de desenvolvimento ao longo do período, sistematizando suas fases; b) apresentar as principais políticas educacionais e sua relação com

as estratégias de desenvolvimento; c) verificar, como pano de fundo, as transições políticas e eventuais influências no desenvolvimento da educação e da economia.

A hipótese dessa dissertação é que o governo considerou a educação como chave no processo de desenvolvimento econômico em todo o período de análise, variando apenas a intensidade e a forma.

A metodologia do trabalho consiste em levantamento bibliográfico relativo às estratégias de desenvolvimento, às políticas educacionais, às principais transições políticas do período 1945-2006 e de indicadores estatísticos que, apresentados de forma sequencial e sistemática, levem à resolução do problema proposto.

Embora os contextos político, econômico e educacional estejam fortemente relacionados na história sul-coreana, optou-se por apresentá-los separadamente, em cada capítulo, com propósitos meramente didáticos. O estudo da educação e do crescimento na Coreia não deve ser totalmente separado do contexto político ali vivenciado, haja vista este ter tido influência relevante na concepção do projeto de desenvolvimento em cada período. Daí a escolha por dividir este trabalho por períodos políticos, antes do que por principais estratégias econômicas ou educacionais.

Esta dissertação está subdividida em sete capítulos, incluindo a presente introdução. O capítulo dois apresentará as principais abordagens presentes na literatura econômica acerca da relação entre a educação e o crescimento, sendo a educação considerada como componente mais fundamental da variável capital humano e o crescimento da renda, o do desenvolvimento econômico.

O capítulo três trará uma contextualização geral da experiência coreana em educação e crescimento, onde serão sistematizadas as principais fases econômicas, políticas e educacionais. Ademais, algumas comparações internacionais serão apresentadas, a fim de situar a Coreia no mundo.

O capítulo quatro apresentará as mudanças políticas, econômicas e educacionais na Coreia antes e depois da Guerra Civil, período compreendido entre 1945 e 1961, onde o principal objetivo do governo era a reconstrução da nação.

No capítulo seguinte, os mesmos itens serão analisados, para o período 1961-1979, onde, sob a liderança do General Park Chung Hee, o foco do planejamento econômico esteve sobre o rápido crescimento e a principal estratégia adotada foi a industrialização voltada para as exportações.

O sexto capítulo compreende o período de 1980 a 1988, caracterizado por grandes mudanças na área política, com o início do processo de transição democrática. A ênfase na exportação cresce, como forma de tentar recuperar o crescimento, interrompido pela segunda crise do petróleo e pela recessão mundial que se seguiu.

O sétimo capítulo fará a análise da educação, crescimento e política na Coreia democrática (1988 a 2006). O período abarca a Crise Asiática de 1997 e seus desdobramentos na Coreia. A rápida retomada do crescimento, ainda que a taxas inferiores ao período pré-crise, associada à expansão do ensino superior serão os pontos de destaque.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Compreender o papel da educação no processo de desenvolvimento econômico de um país vai certamente além da estimação de seu peso relativo na composição da renda. A contabilidade do crescimento considera a variável capital humano – cujo componente principal é a educação, medida, principalmente, pela média de anos de escolaridade formal da população adulta – como um insumo que explica relativamente pouco do crescimento (LEE, 1996).

Entretanto, há que se considerar que sua mensuração é prejudicada quando reduzida somente aos anos de escolaridade. A literatura reconhece esse fato, mas permanece usando esta *proxy* como uma forma útil e relevante de abstração teórica.

O exemplo da Coreia do Sul mostrará que a educação pode contribuir muito mais no desenvolvimento de um país do que a contabilidade do crescimento sugere. Ela capacita os trabalhadores a produzirem mais e melhor. Aumenta a habilidade de um país em desenvolver ciência e tecnologia. Politiza os cidadãos, tornando-os mais capazes de discernir as situações postas e exigir seus direitos. Soma os esforços das empresas, melhorando a produtividade e aumentando o valor agregado dos produtos, ao embutir-lhes o componente conhecimento. Facilita a absorção de tecnologias e capacita a execução do aprendizado reverso – que, como o próprio nome diz, consiste na desmontagem de um produto ou componente importado e a remontagem, a fim de aprender a tecnologia, copiá-la e melhorá-la. Enfim, a educação evidencia e amplifica a capacidade individual e contribui para o desenvolvimento da nação.

Mas é difícil desenvolver um aparato que reúna todas as contribuições da educação no processo de desenvolvimento, até mesmo pela natureza abstrata e simplificadora da teoria. Ora, se se pretende explicar determinados fenômenos econômicos da forma mais real e ao mesmo tempo mais compreensível possível, fazendo uso de hipóteses – que, embora distanciem inevitavelmente a teoria da realidade, são absolutamente necessárias para não transformar a ciência em um labirinto – nem sempre convém incluir na teoria a totalidade dos elementos observados empiricamente.

Dessa forma, esse trabalho irá recorrer às contribuições existentes, avançadas e satisfatórias na explicação da relação entre educação e desenvolvimento – ou melhor, entre o capital humano e o crescimento econômico, já que é esta a que mais se aproxima à temática aqui tratada.

Sendo a educação formal o principal componente do capital humano e o crescimento do produto a variável mais relevante do desenvolvimento econômico, as teorias que apresentam a relação crescimento-capital humano contribuem muito para a compreensão da relação desenvolvimento-educação.

Mas qual é a diferença entre o crescimento econômico e o desenvolvimento? E entre capital humano e educação? Como dito, a educação é o principal item que compõe o capital humano. Mas ele também inclui diferentes tipos de investimento em saúde, alimentação e recursos humanos nas teorias de crescimento econômico (BARRO, 2001; DESTINOBLÉS, 2006). A literatura existente geralmente aponta três fases distintas ao longo da vida de um indivíduo em que se pode acumular capital humano: a) o capital humano adquirido no lar; b) o capital humano adquirido pela experiência e c) o capital humano adquirido por meio da educação formal. Uma definição simples² seria “*el conjunto de conocimientos y de competencias que poseen los individuos*” (DESTINOBLÉS, 2006).

Segundo Bresser-Pereira (2006), o desenvolvimento econômico é caracterizado pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico. O que determina o desenvolvimento são a taxa de acumulação de capital em relação ao produto nacional e a capacidade de incorporação de progresso técnico à produção. Segundo ele, a aceleração do desenvolvimento capitalista é determinada pela existência ou não de uma estratégia nacional de desenvolvimento. O crescimento da produtividade vai depender diretamente, da acumulação de capital e da incorporação de progresso técnico à produção.

² Definições correlatas são fornecidas por Bergheim (2005). Segundo ele, capital humano é a soma das habilidades e do conhecimento dos indivíduos. Ele mede a qualidade da oferta de trabalho que pode ser acumulada através da educação e da experiência. A educação é um investimento em capital humano e o aprendizado é o processo de aquisição de conhecimentos ou habilidades, através do estudo, da experiência ou do ensino. Conhecimento é a compreensão de fatos interconectados e informações, ganhos na forma de experiência ou no aprendizado.

Oliveira (2002) assume que o desenvolvimento deve resultar do crescimento econômico acompanhado da melhora na qualidade de vida da população, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, a fim de que resulte em melhoria nos indicadores de bem-estar econômico e social, dentre os quais se destacam os níveis de pobreza, desemprego, desigualdade, saúde, alimentação, educação e moradia. Assim, o crescimento é o componente principal do desenvolvimento.

Postas tais considerações preliminares, o presente capítulo objetiva apresentar as principais contribuições da teoria econômica quanto à importância do capital humano no processo de crescimento econômico.

2.1 A TEORIA DO CAPITAL HUMANO

A Teoria do Capital Humano foi desenvolvida principalmente por Gary Stanley Becker em seu livro *Human Capital*, publicado em 1964. Neste trabalho, a educação e a formação foram consideradas como investimentos realizados conscientemente por indivíduos racionais, com o objetivo de aumentar sua eficiência produtiva e sua renda. A teoria faz uso de microfundamentos, considerando que o agente econômico, no momento da tomada de decisão acerca de investir ou não em educação escolhe entre os benefícios que obterá no futuro e os custos do investimento de sua formação (que incluem os custos de oportunidade e os gastos com os estudos propriamente ditos). O indivíduo, então, irá verificar se o resultado líquido é positivo.

Becker (1964) apresenta uma formulação da teoria do investimento em capital humano, procurando fornecer as bases necessárias para estimar a taxa monetária de retorno para a educação no ensino secundário e no ensino superior nos Estados Unidos.

Segundo o autor, sua análise oferece uma explicação de um amplo espectro de fenômenos empíricos, aos quais têm sido dadas interpretações *ad hoc*. Entre os fenômenos, estão os seguintes: a) os rendimentos costumam aumentar com a idade a uma taxa decrescente, e essa tendência tende a ser positivamente relacionada com o nível de qualificação do indivíduo; b) as taxas de desemprego tendem a ser inversamente relacionadas com o nível de qualificação; c) existe um comportamento mais “paternalista” por parte das

firmas dos países subdesenvolvidos com respeito a seus funcionários do que o observado em países desenvolvidos; d) pessoas mais jovens mudam de emprego com mais frequência e recebem mais treinamento e escolaridade do que pessoas mais velhas; e) a distribuição de rendimentos é positivamente inclinada, especialmente entre profissionais e outros trabalhadores qualificados; f) pessoas mais hábeis recebem mais treinamento; g) a divisão do trabalho é limitada pela extensão do mercado; e h) o investidor típico em capital humano é mais impetuoso e mais propenso a errar do que o típico investidor em capital tangível.

A produtividade dos trabalhadores pode ser aumentada pelo aprendizado de novas capacitações que, necessariamente, pressupõem um custo que inclui: tempo despendido, pagamento pelo fornecimento do ensino, equipamentos e materiais utilizados. O montante gasto e a duração do treinamento variam em cada caso.

Becker (1964) especifica três formas pelas quais o indivíduo pode adquirir qualificações: por meio do treinamento geral, dado pelas firmas, do treinamento específico, também fornecido por firmas com objetivos mais restritos e pela escolaridade formal.

O treinamento geral é aquele que não somente pode ser usado pelo empregado na firma onde ele o recebeu, como também em outras firmas, o que aumenta o risco por parte do empregador em seu investimento, haja vista existir a possibilidade de que, uma vez capacitado, o funcionário abandone seu posto em detrimento de maiores salários em outra empresa que demande tal qualificação. É este motivo que faz com que firmas maximizadoras de rendimento não paguem os custos do treinamento geral, preferindo contratar pessoas já treinadas ao salário de mercado.

O treinamento específico restringe a qualificação do empregado à função que ele deverá executar na firma onde foi instruído. Tal treinamento diminui o deslocamento de funcionários entre as empresas, tanto pelo lado do trabalhador, que é desestimulado a procurar uma vaga em outro local que não irá utilizar aquela qualificação, quanto pelo lado do empregador, que despendeu tempo e recursos na capacitação profissional do funcionário e deseja receber o retorno do investimento feito.

Becker (1964) considera a escolaridade formal como um tipo de treinamento geral, onde a escola é um tipo especial de firma e o estudante é um tipo especial de *trainee*. Por

existirem trabalhos que exigem um conhecimento teórico mais aprofundado e que demandam mais tempo de aprendizagem, a escola oferece cursos específicos e gerais, visando contribuir neste sentido (escola aqui inclui não somente o ensino formal básico, secundário e superior, como também a variedade de cursos oferecidos, tais como línguas e treinamentos específicos nas mais diversas áreas).

O que determina quanto será investido na qualificação do indivíduo é a taxa de retorno, mas seus efeitos são de difícil distinção empírica, já que o ativo conhecimento passa a fazer parte do indivíduo que o adquiriu.

Com estes argumentos principais, Becker (1964) desenvolve sua análise de investimento em capital humano, deixando clara a relação existente entre os ganhos e a qualificação dos indivíduos e indicando que o aumento da produtividade do trabalhador é um objetivo visado pelas firmas, já que melhorará sua renda. O efeito agregado seria o crescimento da economia como um todo. Entretanto, despende ou não recursos em qualificação é uma decisão que depende substancialmente do que se espera receber em contrapartida, e isso vale tanto para um indivíduo que investe em si mesmo, quanto para firmas que investem na capacitação de seus empregados.

Enquanto Becker (1964) analisou principalmente a relação existente entre o investimento em capital humano e os rendimentos dos indivíduos e das firmas, outros autores abordam mais diretamente a ligação entre crescimento econômico e capital humano.

Barros, Henriques e Mendonça (2002), por exemplo, defendem que a sustentabilidade do desenvolvimento econômico está diretamente ligada à velocidade e à continuidade do processo de expansão da educação. Tal relação se dá por meio de duas formas de transmissão: pelo aumento da produtividade do trabalho, que contribui no crescimento econômico, no aumento de salários e conseqüente redução da pobreza e pela promoção de maior igualdade e mobilidade social, pois o ativo educação tem distribuição mais fácil do que a maioria dos ativos físicos. Assim, do ponto de vista econômico, a expansão educacional é crucial no fomento do crescimento econômico e na redução da pobreza e da desigualdade.

Segundo Freire-Serén (2001), existem basicamente duas formas pelas quais o investimento na educação pode contribuir para o crescimento. Primeiro, o capital humano

pode participar diretamente na produção como um fator produtivo. Neste sentido, a acumulação de capital humano geraria diretamente o crescimento do produto. Esse efeito é chamado pela autora de *level effect*. Segundo, ele pode contribuir no aumento do progresso técnico, uma vez que a educação propicia a geração de inovações, a difusão e a adoção de novas tecnologias. Neste sentido, o nível de capital humano afeta a produtividade. Esse segundo efeito é chamado de *rate effect*.

2.2 A TEORIA NEOCLÁSSICA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO: O MODELO DE SOLOW

Em meados dos anos 1950, Robert Solow, com o objetivo de procurar avançar na compreensão dos motivos que fazem algumas economias serem ricas e desenvolvidas, enquanto outras permanecem pobres, analisou os elementos explicativos do crescimento econômico, principalmente o estoque de fatores capital e trabalho. Observando a expansão da economia norte-americana nos anos 20, percebeu que esta não podia ser explicada somente pelo estoque de capital e trabalho disponíveis, mas que haveria outras fontes (SAGIORO, 2004). Em seu artigo “*A Contribution to the Theory of Economic Growth*”, de 1956, Solow procurou, então, modelar e descrever os componentes e o processo de crescimento econômico, recebendo, por este e pelas subseqüentes contribuições no assunto, o Prêmio Nobel de Economia em 1987 (JONES, 2000).

O modelo de crescimento foi construído para mostrar a interação entre o crescimento da força de trabalho, do estoque de capital e os avanços tecnológicos em uma economia, e como tal relação afeta a produção total de bens e serviços de um país (MANKIW, 2003) no longo prazo.

Solow (1956) não considera a variável capital humano na determinação da função de produção. Uma das hipóteses simplificadoras assumidas em seu modelo original é que os países produzem e consomem apenas um produto, não havendo, por conseguinte, comércio internacional. Parte do produto em cada momento do tempo é consumida, e o restante é poupado e investido. Outra hipótese assumida em seu modelo é que a tecnologia é determinada exogenamente.

O modelo apresenta duas equações fundamentais: uma função de produção (do tipo Cobb-Douglas) e uma equação que determina a acumulação de capital da comunidade.

O crescimento econômico, para Solow, não seria um processo instável, mas sim, estável. Para chegar a conclusão de um crescimento regular estável, seu modelo de equilíbrio geral admite uma função de produção que permite a substituição dos fatores de produção, capital e trabalho (DESTINOBLÉS, 2006).

A equação que descreve a acumulação de capital determina que a variação no estoque de capital é igual ao montante do investimento bruto menos o montante de depreciação. É importante destacar neste ponto que a poupança é igual ao investimento, uma vez que a economia é fechada, e o único uso do investimento é a acumulação de capital. Os consumidores alugam este capital para as empresas, que o utilizam na produção (JONES, 2000).

A acumulação de capital ao longo do tempo varia, podendo conduzir ao aumento do produto por trabalhador, e, portanto, ao crescimento econômico. As variáveis que influenciam no estoque de capital, como dito, são a poupança ou o investimento (aumentando-o) e a depreciação e o crescimento populacional (diminuindo-o). A poupança e o crescimento populacional são variáveis determinadas exogenamente no modelo.

Existe um único estoque de capital em que o investimento iguala-se à depreciação, denominado nível de capital do estado estacionário³. Neste ponto, o estoque de capital e o produto são constantes ao longo do tempo. A razão capital/trabalho no estado estacionário é relacionada positivamente com a taxa de poupança e negativamente com a taxa de crescimento populacional. Uma economia que se encontra no chamado estado estacionário nela deverá permanecer. Da mesma forma, aquela que não se encontra tende a caminhar em sua direção. Dessa forma, o estado estacionário representa o equilíbrio da economia no longo prazo.

³ No estado estacionário, a taxa de crescimento das variáveis em equilíbrio é igual a zero (BLANCHARD, 2001).

Choques na economia podem alterar o estado estacionário, gerando crescimento econômico ou empobrecimento. Um aumento na taxa de poupança e, por conseguinte, do investimento da economia, por exemplo, aumenta o nível de produto no estado estacionário. Já um aumento na taxa de crescimento populacional provoca um deslocamento na curva de investimento *per capita*. Com o aumento da população, o investimento por trabalhador não é mais suficiente para manter constante a proporção capital-trabalho, o que provoca sua redução. A queda prossegue até o novo estado estacionário, indicando um empobrecimento.

Estes fatos demonstram que, no estado estacionário, não há crescimento econômico *per capita*. O crescimento se dará por meio da acumulação de capital por trabalhador somente até o ponto onde a economia se tornará estável. A partir daí, o produto crescerá, mas o fará à mesma taxa do crescimento populacional (JONES, 2000).

Pelo fato de o modelo assumir que os fatores são pagos de acordo com seus produtos marginais, por meio dele é possível prever não somente os sinais, como também as magnitudes dos coeficientes de poupança e de crescimento populacional (MANKIW, ROMER e WEIL, 1990).

A análise do crescimento sustentado no modelo de Solow exige a inclusão da variável progresso tecnológico à função de produção, sendo esta determinada exogenamente. Ao longo da trajetória de crescimento equilibrado⁴, o produto por trabalhador e o capital por trabalhador crescem à taxa do progresso tecnológico, de forma que é possível afirmar que o progresso tecnológico gera crescimento *per capita* sustentado.

Assim, no modelo de Solow original, os países mais ricos investem mais e possuem menores taxas de crescimento populacional, permitindo a acumulação de um montante maior de capital por trabalhador, aumentando a produtividade do trabalho. O crescimento sustentado, por sua vez, é determinado pela taxa de progresso tecnológico. O progresso tecnológico melhora a produtividade do trabalho, impedindo a baixa do produto marginal do capital quando a razão capital/trabalho aumenta.

⁴ A trajetória de crescimento equilibrado, segundo Jones (2000) pode ser descrita como uma situação em que capital, produto, consumo e população crescem a taxas constantes.

O modelo de Solow parecia satisfatório em explicar parte do crescimento da economia, porém em análises empíricas, a parte não explicada, denominada resíduo de Solow, permaneceu uma incógnita que só seria desvendada em parte pela inclusão posterior da variável capital humano ao modelo. Ferreira, Nakabashi e Santos (2003) associam o resíduo de Solow ao nível de tecnologia de certa economia, sendo o fator responsável pelo crescimento do produto que não é explicado pelo aumento dos fatores capital e trabalho. Os autores consideram a variável capital humano importante na determinação do nível de desenvolvimento tecnológico do país.

2.3 CRESCIMENTO ECONÔMICO E CAPITAL HUMANO

Theodore Schultz (1973) trabalhou a importância do investimento em homens e em pesquisa na determinação do crescimento econômico, até então negligenciados pela teoria econômica. Segundo o autor, o investimento na pesquisa é necessário para a obtenção de informações, habilidades e técnicas novas.

Para Schultz (1973), a pesquisa é uma atividade especializada que exige qualificações específicas, usadas para desenvolver formas especiais de informação. A informação, por sua vez, se transforma em: a) novas capacidades técnicas que, uma vez adquiridas, passam a compor o capital humano; b) novos materiais, que consistem em novas formas de capital não humano.

O autor critica a hipótese aceita por alguns economistas de que a tecnologia seria exógena e constante⁵:

“... a mutação técnica ainda não se transformou num componente integral da teoria econômica. Permanece à parte, exógena, e essa marginalização é uma das principais razões por que a teoria do crescimento é de tão pouca relevância na explanação do moderno crescimento econômico” (SCHULTZ, 1973, p. 22).

Schultz (1973) advoga a tese de que os investimentos em capital humano são os principais responsáveis pelo crescimento da renda real do trabalhador. A qualidade do esforço

⁵ Como visto, Robert Solow considera a tecnologia elemento exógeno ao modelo de crescimento econômico, mas não constante. Pelo contrário, seu progresso é que determina a sustentabilidade do crescimento.

humano pode ser muito aumentada e aperfeiçoada, resultando em incrementos de produtividade.

Os componentes da qualificação dos recursos humanos, tais como a capacitação técnica e os conhecimentos afetam as habilitações dos homens. Conforme a produtividade aumenta, em resposta aos crescentes gastos em qualificação, a taxa de retorno torna-se positiva. Assim, a maior parte da diferença existente entre rendimentos seria resultante das diferenças nos quantitativos que foram investidos nas pessoas, de forma que o aumento nos investimentos em capital humano é um forte aliado na redução das desigualdades de renda⁶.

Schultz (1973) relaciona cinco categorias de atividades capazes de desenvolver as capacitações humanas: a) investimentos em saúde, que afetam a expectativa de vida, o vigor, a resistência e a vitalidade dos trabalhadores; b) treinamento realizado no próprio emprego; c) educação formal, nos níveis elementar, secundário e superior; d) programas de estudos para adultos fora das empresas e; e) migração de indivíduos e famílias, com vistas a se adaptarem às condições flutuantes de oportunidades de emprego.

O termo capital humano é justificado pelo autor pelo fato de a educação ser uma forma de capital, já que por meio dela se prestam serviços a um valor determinado e por se tornar parte da pessoa que o recebe, não podendo ser comprado ou vendido.

A idéia principal de Schultz (1973) é de que não é possível haver crescimento econômico simplesmente pelo aumento da quantidade dos insumos tradicionais – capital físico, trabalho e terras – mas sim, através da introdução de novos fatores ou novas formas de capital. Aqui, o conceito de investimento é ampliado para incluir a educação, e a questão alocativa entre capital humano x capital físico torna a taxa de retorno uma variável essencial da teoria.

Carlos Geraldo Langoni (1974), em seu livro “As Causas do Crescimento Econômico do Brasil” analisa a evolução de indicadores de capital humano e crescimento no Brasil entre

⁶ Nessa concepção, investir em capital humano colabora na distribuição de renda desde que seu acesso seja amplamente disponibilizado à população. Caso contrário, será fonte de desigualdade entre os trabalhadores qualificados e não qualificados.

os anos 1940 e 1970. Esclarece que a taxa de retorno a que se refere Schultz (1973) e Becker (1964) é a taxa de desconto que iguala o valor presente dos custos de educação com o valor presente dos benefícios. Os custos são divididos em custos diretos e custos de oportunidade, esse último representando a renda que deixa de ser auferida pelo indivíduo que está estudando em vez de estar participando do mercado de trabalho. Os benefícios são mensuráveis pelo aumento na produtividade marginal do trabalho, que se reflete nas variações de salário. Assim, o diferencial de salários representa os benefícios resultantes de anos adicionais de educação.

Na análise de dados educacionais e de estimações feitas a partir de dados do censo demográfico de 1960 e da Pesquisa Nacional de Domicílios de 1969 (IBGE), Langoni (1974) extraiu conclusões importantes acerca da relação entre a renda, o crescimento econômico e o capital humano, dentre elas: a) dentro de cada classe educacional, os salários tendem a subir com a idade, atingindo um ápice e depois decrescendo; b) os salários crescem com os anos de escolaridade, sendo menor para as mulheres em todos os níveis; c) a taxa de crescimento da economia tende a aumentar o nível de educação; d) a educação aumenta a produtividade do indivíduo. Os resultados também revelaram altas taxas de retorno para praticamente todos os níveis educacionais, o que indica que os investimentos em educação no Brasil têm apresentado alta rentabilidade social. A principal implicação é que é possível atingir elevação no produto real da economia sem que para tanto seja necessária qualquer modificação na taxa agregada de poupança, mas tão somente através da transferência de recursos do capital físico para o capital humano.

2.4 O MODELO DE SOLOW AMPLIADO COM CAPITAL HUMANO

Em 1990, foi publicado o trabalho de Gregory Mankiw, David Romer e David Weil intitulado “*A Contribution to the Empirics of Economic Growth*”, que procurou examinar se o modelo de crescimento de Solow era consistente com a variação internacional nos padrões de desenvolvimento, concluindo que ele fornece previsões adequadas: quanto maior a taxa de poupança de um país, mais rico ele será e quanto maior a taxa de crescimento populacional, mais pobre ele será. Demonstraram que a ampliação do modelo de Solow agregando a acumulação de capital humano fornecia uma descrição muito satisfatória do comportamento das variáveis empiricamente, em uma análise *cross-country*.

O modelo MRW, como foi posteriormente chamado, considera que, embora a explicação fornecida pelo trabalho de Solow preveja corretamente a direção dos efeitos da poupança e do crescimento populacional, ele não o faz com respeito às magnitudes. Assim, faz-se necessário ir além do modelo original, segundo os autores, para compreender corretamente a relação existente entre poupança, crescimento populacional e renda.

Quando a acumulação de capital humano é levada em consideração, a acumulação de capital físico e o crescimento populacional exercem grande impacto sobre a renda. A acumulação de capital humano pode estar correlacionada com taxas de poupança e taxas de crescimento populacional, implicando que a omissão da acumulação de capital humano no modelo pode viesar os coeficientes estimados dessas variáveis (poupança e crescimento populacional). Tal correlação foi verificada empiricamente por Mankiw, Romer e Weil, de forma que a inclusão da variável capital humano no modelo traz como resultado uma alteração quantitativa dos efeitos estimados da poupança e do crescimento populacional, fazendo-o responder por cerca de 80% da variação da renda na análise *cross-country*. Aqui, o produto é uma função do capital físico, do capital humano e do trabalho e é usado para investimentos em capital físico, capital humano e em consumo.

Há quatro implicações principais do modelo MRW. Primeiro, a elasticidade da renda com respeito ao estoque de capital físico não é substancialmente diferente da porção do capital na renda, ou seja, o capital recebe aproximadamente seu retorno social. Em outras palavras, não há externalidades positivas substanciais para a acumulação de capital físico.

Outra implicação é que, apesar da ausência das externalidades positivas, a acumulação de capital físico impacta mais na renda *per capita* do que o previsto no modelo de Solow. Dessa forma, uma maior taxa de poupança leva a uma maior renda no estado estacionário, que, por sua vez, implica em um nível maior de capital humano. A poupança mais elevada aumenta a produtividade total dos fatores. A diferença apontada pelos autores com relação ao modelo original de Solow e o modelo ampliado é quantitativa. A elasticidade renda da poupança no modelo de Solow é $\frac{1}{2}$, ao passo que no modelo MRW esta elasticidade é 1.

A terceira implicação diz respeito ao impacto do crescimento populacional sobre a renda. Novamente, a diferença entre os modelos é quantitativa. Em ambos, o crescimento da

força de trabalho reduz o montante de renda distribuído para cada trabalhador, mas no modelo MRW, a renda *per capita* resulta ainda menor.

A última implicação apontada pelos autores refere-se à dinâmica da economia quando esta não se encontra no estado estacionário. O modelo MRW examinou a questão da convergência da renda per capita entre países, aspecto também tratado no modelo de Solow. Este prevê que não haverá necessariamente convergência entre diferentes países, a não ser que possuam valores aproximados das variáveis no estado estacionário. Da mesma sorte, o modelo ampliado com capital humano prevê que só haverá uma convergência aproximada entre os diferentes países se as taxas de poupança e de crescimento populacional forem semelhantes. No modelo de Solow, prevê-se que uma economia alcançaria metade do caminho para o estado estacionário em cerca de 17 anos, enquanto no modelo MRW, seu alcance se daria em um período aproximado de 35 anos.

Os resultados do modelo MRW indicam, portanto, que o modelo de Solow é consistente com a evidência empírica, e ajusta-se melhor à realidade quando incluída a variável capital humano. Assim, “*The augmented Solow model says that differences in saving, education, and population growth should explain of the data indicates that these three variables do explain most of the international variation*” (MANKIWI, ROMER e WEIL, 1990, p. 29).

2.5 REVISÃO DE LITERATURA: CAPITAL HUMANO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Tomando como base o modelo MRW, Freire-Serén (2001) desenvolveu um modelo que analisa não somente a contribuição do capital humano no crescimento econômico (*level effect*), mas também o efeito reverso, ou seja, do nível da renda sobre a acumulação de capital humano. Através da estimação conjunta de equações dinâmicas que descrevem o comportamento da acumulação de capital humano e do produto por trabalhador, a autora concluiu que o nível de renda tem um efeito positivo e significativo sobre o processo de acumulação de capital humano.

Análise semelhante foi desenvolvida por Bils e Klenov (1998). Os autores construíram um modelo a partir de dados da UNESCO para 52 países, considerando indivíduos de vida

finita, e procurando analisar a relação entre crescimento econômico e anos de escolaridade. Concluíram que a escolaridade influencia positivamente no crescimento, mas menos do que o esperado. Por sua vez, o crescimento econômico desempenha um papel dominante no crescimento do nível médio de escolaridade da população.

Especificamente para o caso sul-coreano, Lee (1996) considera que o crescimento educacional na Coreia não é fruto somente do crescimento econômico, mas também pode ser atribuído a características especiais das estratégias de crescimento adotadas, que perseguiram a distribuição equitativa da renda e a industrialização voltada para as exportações. Entretanto, o crescimento econômico foi beneficiado pelo nível educacional de sua população, que teve, entre outras contribuições, um papel fundamental na absorção da tecnologia avançada de países desenvolvidos.

As conclusões de Freire-Serén (2001) e de Bils e Klenov (1998) são coerentes com um dos resultados encontrados na análise de Langoni (1974), ou seja, de que o crescimento da economia tende a elevar o nível de educação da população.

Sosvilla-Rivera e Meseguer (2003) apresentam os resultados da estimação de uma função de produção, onde se inclui o capital humano com dados anuais da economia espanhola, durante o período 1910-1995. Utilizando modernas técnicas de cointegração, que permitiu o estudo das relações de longo prazo entre as variáveis, independentemente destas serem integradas de ordem 0, 1 ou mutuamente cointegradas, foi possível obter um coeficiente estimado para o capital humano positivo, mas não estatisticamente significativo. Entretanto, após a identificação de um ponto de ruptura em determinado ano (1964) e da subdivisão da amostra em dois subperíodos, se verificou a existência, para o último subperíodo, de uma relação de equilíbrio de longo prazo entre o nível de produção, o trabalho empregado, o estoque de capital físico e o estoque de capital humano, sendo todos os coeficientes positivos e estatisticamente significativos.

Becker, Murphy e Tamura (1990) analisaram a relação existente entre fertilidade, capital humano e crescimento econômico. A fertilidade foi assumida como um elemento endógeno. A taxa de retorno sobre o capital humano cresce conforme aumenta o estoque de capital humano. Assim, quando o capital humano é abundante, as taxas de retorno sobre o investimento nesta variável são altas, relativamente às taxas de retorno dos filhos, ao passo

que, quando o capital humano é pouco, as taxas de retorno são baixas relativamente às dos filhos. Como resultado, as sociedades com limitado capital humano escolhem ter famílias grandes e investem pouco em cada membro, ao passo que aquelas com alto capital humano fazem o oposto.

Esse incentivo em investir em capital humano conforme o próprio capital humano cresce leva a dois estados estacionários em uma economia. Um deles é aquele onde há grandes famílias e pouco capital humano, e o outro, com pequenas famílias e grande e talvez crescente montante de capital humano e físico. O modelo, assim, procura fornecer uma explicação do porquê algumas regiões crescem mais rapidamente que outras e por que os líderes de crescimento não são os mesmos em períodos históricos distintos.

Barro (2001) também analisa a relação entre fertilidade, capital humano e crescimento. Segundo ele, as evidências empíricas levantadas, por exemplo, pelo trabalho de Barro e Lee (2000), confirmam a importância do capital humano como determinante do crescimento. Segundo ele, países que possuem um alto nível de educação crescem mais rapidamente para um dado nível de PIB *per capita* e variáveis relacionadas a políticas governamentais. O capital humano teria efeitos positivos sobre o investimento físico e sobre o crescimento econômico e efeito negativo sobre a fertilidade.

2.6 OS MODELOS DE CRESCIMENTO ENDÓGENO

A principal conclusão dos modelos de crescimento econômico que consideram a tecnologia como elemento exógeno é que o país que poupa ou gasta mais em educação deverá alcançar um nível de produto por trabalhador mais alto no estado estacionário. Isso não significa, no entanto, que este país conseguirá sustentar permanentemente determinada taxa de crescimento (BLANCHARD, 2001).

Alguns autores têm entendido que certas variáveis consideradas exógenas nos modelos de crescimento econômico, na verdade são determinadas endogenamente, tais como a poupança, os gastos com educação e o progresso tecnológico, sendo que seus trabalhos receberam a nomenclatura de modelos de crescimento endógeno por este motivo.

Em seu clássico artigo “*Endogenous Technological Change*”, Romer (1990) desenvolve um modelo onde o crescimento é dirigido pela mudança tecnológica que advém das decisões intencionais de investimento feitas por agentes maximizadores de lucro.

Os argumentos apresentados em seu trabalho partem de três premissas básicas. A primeira é que a mudança tecnológica⁷ é essencial para o crescimento econômico, fornecendo o incentivo para a acumulação continuada de capital. Ambos - acumulação de capital e mudanças tecnológicas - colaboram para o aumento do produto por trabalhador.

A segunda considera que a mudança tecnológica é, em grande medida, resultado das ações intencionais tomadas por pessoas que respondem a incentivos de mercado, o que torna aquela variável endógena.

A terceira é que as instruções dadas para os trabalhadores acerca do uso das matérias primas são diferentes daquelas dadas para o uso de outros bens econômicos. Uma vez que o custo de criar uma nova série de instruções tenha sido incorrido, as mesmas podem ser usadas várias vezes sem custos adicionais. Desenvolver novas e melhores instruções é equivalente a incorrer em custos fixos. Essa propriedade é característica da tecnologia.

Há dois elementos centrais, no modelo, de mudança tecnológica endógena: uma função de produção e um sistema de equações que descrevem a evolução dos insumos da função de produção ao longo do tempo. A diferença com o modelo de Solow é que a função de produção agregada do modelo de Romer descreve como o estoque de capital e de trabalho se combinam para gerar o produto, usando o estoque de idéias.

O modelo de Romer é essencialmente um modelo neoclássico de um setor, ampliado para incluir a explicação endógena da fonte de mudança tecnológica. A conclusão mais importante é que, pelo fato de projetos de pesquisa representarem custos correntes, a taxa de mudança tecnológica é sensível à taxa de juros.

⁷ Para Romer (1990), a mudança tecnológica caracteriza-se como a melhoria nas instruções de como misturar matérias primas de forma que estas resultem em produtos mais sofisticados.

A implicação positiva do modelo é que uma economia com um estoque de capital humano maior irá experimentar crescimento mais rápido. A partir dessa conclusão, também é possível compreender, segundo Romer, os motivos que fizeram as taxas de crescimento da renda per capita apresentarem valores tão significativos no século XX em determinados países.

Por fim, o modelo sugere que baixos níveis de capital humano podem ajudar a explicar por que o crescimento não é observado em economias não desenvolvidas e fechadas⁸.

Seguindo a hipótese de crescimento endógeno levantada por Romer, Barro (2000) apresentou um trabalho onde os determinantes do crescimento econômico e do investimento foram analisados em um painel de cerca de 100 países, para os anos de 1960 a 1995. Os dados revelaram um padrão de convergência condicional, no sentido de que a taxa de crescimento do PIB *per capita* seria inversamente relacionada ao nível inicial de PIB *per capita*, mantendo fixas as medidas e políticas dos governos, as instituições e os estoques iniciais de capital humano.

Os resultados apresentados variaram conforme o nível de escolaridade e o sexo. O crescimento é positivamente relacionado com o nível inicial de anos médios de escolaridade de adultos homens nos níveis secundário e superior, mas sua relação com os anos de escolaridade de mulheres nestes níveis é insignificante. O autor conclui que mulheres altamente qualificadas não são bem utilizadas no mercado de trabalho em muitos países. O crescimento não é significativamente relacionado à escolaridade masculina no nível primário, ao passo que, por induzir uma menor taxa de fertilidade entre as mulheres, a escolaridade primária feminina seria indiretamente relacionada ao crescimento econômico. Como o nível primário é um pré-requisito para a escolaridade secundária, esse nível no gênero masculino acaba, indiretamente, sendo importante na determinação do crescimento econômico.

Na análise do desempenho de estudantes em diversas matérias, através de dados de exames de avaliação internacionais, o autor conclui que bons resultados em testes de ciências possuem uma relação particularmente forte com o crescimento econômico. A última

⁸ O modelo também traz explicações sobre a importância do comércio internacional e da integração econômica no crescimento.

conclusão do trabalho é que o efeito da qualidade da educação é quantitativamente muito mais importante do que a relação entre a quantidade de escolaridade e o crescimento.

Kim e Lee (1999) apresentaram um modelo teórico que analisou os efeitos da mudança tecnológica sobre as taxas de crescimento da renda e do capital humano. Seus objetivos eram compreender como os investimentos em capital humano respondem à chegada de novas tecnologias e como o crescimento de longo prazo é determinado pela adição de novas tecnologias em uma economia.

Para tanto, utilizaram um modelo de gerações sobrepostas onde agentes idênticos investem na quantidade e na qualidade da educação sob certos ambientes de incerteza. Demonstraram que altas taxas esperadas de avanço tecnológico aumentam o investimento em capital humano, e, portanto, aumentam as taxas de crescimento da renda e de capital humano na economia. Um aumento na incerteza quanto à tecnologia, pelo contrário, leva a menores taxas de crescimento da renda e de capital humano, diminuindo a criação e a adoção de novas tecnologias. O modelo também demonstrou que, dependendo do estoque inicial de capital humano e da natureza das novas tecnologias, uma economia pode apresentar múltiplas trajetórias de crescimento. Ainda, o modelo enfatiza o papel das políticas públicas na educação e no desenvolvimento tecnológico, ajustando a economia quanto às incertezas relacionadas à mudança tecnológica.

2.7 CAPITAL HUMANO E CRESCIMENTO NA CORÉIA DO SUL

O presente capítulo objetivou oferecer uma breve explanação das principais teorias que relacionam o capital humano e o crescimento econômico, a fim de fornecer subsídios que colaborem na compreensão do caso sul-coreano.

O governo da Coréia deu diferentes ênfases à educação enquanto colaboradora do projeto de desenvolvimento ao logo dos governos militares e civis. Como se verá, procurou-se usar a instrução da população para atender aos propósitos de reconstrução nacional nos anos 1950 – proporcionando o máximo acesso à educação elementar e tentando criar um espírito de lealdade à nação e aversão à ameaça comunista do norte. Além disso, buscou-se, ainda, pelo sistema educacional, fornecer mão-de-obra qualificada para a industrialização nos anos 1960 e 1970, com absorção de tecnologias externas de forma mais eficiente para atender às

indústrias estimuladas pelas políticas do governo: notoriamente, química, construção naval e siderurgia.

Até a crise financeira de 1997, o Estado foi fortemente atuante na economia, dirigindo os investimentos para setores específicos e forçando uma orientação para fora.

Com a maior abertura comercial dos anos 1980 e 1990 e a necessidade de melhorar a competitividade dos grandes conglomerados industriais, se mostrou mais urgente a qualificação da mão-de-obra. Nesse contexto, inicia-se a transição para a chamada sociedade do conhecimento, onde o capital humano adquire papel mais fundamental do que antes. Junto com a mudança da orientação política, alterou-se também a ênfase educacional. No período de reconstrução, a educação básica era prioridade. Para atender aos propósitos da industrialização pesada e já tendo atingido êxito (universalização) da política para o ensino elementar, o foco deslocou-se para o ensino secundário. Com o aumento da competição internacional e a necessidade de avanço para a sociedade do conhecimento, a educação acompanhou e moveu-se para o nível terciário. O governo ainda pôde contar com o anseio da população em atingir graus superiores, que a levou a financiar a maior parte dos custos educacionais, incluindo o polêmico tutoriamento privado, fato que diferencia a Coreia do Sul de praticamente todos os países da OCDE, onde o maior provedor é o governo.

Nesse sentido, pode-se inferir, de forma preliminar, que a apontada relação positiva entre capital humano e crescimento econômico é verificada na Coreia do Sul. Muitas vezes, como apontado por Romer (1990), essa relação não é direta. Mas, como resultado da ação intencional de agentes maximizadores de lucro, investe-se na instrução dos trabalhadores e em projetos de pesquisa, que, ao mesmo tempo em que geram custos correntes às firmas, são responsáveis por promover mudança tecnológica. E essa mudança tecnológica é a variável chave na explicação do crescimento econômico sustentável, como previa Solow em seu modelo original. Entretanto, diferente do previsto por Solow, por ser fruto de uma decisão intencional, a variável é determinada endogenamente. A busca pelo avanço tecnológico através da qualificação da força de trabalho é visualizada na Coreia do Sul desde o período de industrialização pesada, nos anos 1970.

Os capítulos que se seguem procuram evidenciar, à luz das contribuições teóricas aqui apresentadas, como a educação serviu aos projetos de desenvolvimento do país, dentro de seu contexto político-ideológico.

3 TRANSIÇÕES POLÍTICAS, CRESCIMENTO ECONÔMICO E EDUCAÇÃO NA CORÉIA DO SUL: CONSIDERAÇÕES GERAIS

O presente capítulo objetiva apresentar um panorama geral da educação e do desenvolvimento econômico sul-coreano no período de análise desse trabalho (1945-2006). Algumas comparações com outros países serão feitas a fim de situar a Coreia do Sul no contexto mundial. Por fim, serão apresentadas sistematizações da experiência coreana em aspectos como o planejamento econômico, as estratégias adotadas para atingir o crescimento, as principais políticas e direções educacionais e as transições políticas.

A República da Coreia (doravante, apenas Coreia), país que possui, atualmente, cerca de 49 milhões de habitantes (WORLD BANK, 2006) e dimensões equivalentes ao estado de Santa Catarina (FLEURY e FLEURY, 1997), sustentou altas taxas de crescimento econômico entre as décadas de 1960 de 1990. Em 1953, seu Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita* era de somente US\$ 67, mas em 1996, já era superior a US\$ 11.000, ano em que se tornou membro da OCDE. Mesmo após a crise financeira que atingiu o leste asiático em 1997, com graves conseqüências na trajetória de crescimento do PIB em 1997 e 1998, a Coreia recuperou-se e cresceu 10,7% em 1999 (DAHLMAN e ANDERSSON, 2000). A experiência de crescimento com taxas acima da média dos países da OCDE deu-lhe o título de “Tigre Asiático”, assim como a seus vizinhos Taiwan, Hong Kong e Cingapura. A transformação da Coreia de um país pobre, carente de recursos naturais para uma nação industrializada e desenvolvida, é atribuída à interação de vários fatores de ordem econômica e não econômica (YOON e SOUZA, 2001).

Os fatores econômicos incluem a industrialização pesada, a estratégia de comércio voltada para fora, a canalização dos recursos estrangeiros para capitalização da economia e o forte dirigismo do governo. Fatores não econômicos incluem a política educacional bem-sucedida (KIM, 2001), a homogeneidade étnica e cultural e a liderança política (WORLD BANK, 2006). Todos estes itens exerceram pesos distintos no decorrer do processo de desenvolvimento.

A Tabela 3.1 apresenta dados relativos ao crescimento do PNB coreano entre 1960 e 2001. Em termos *per capita*, observa-se um crescimento ininterrupto no período 1960-1996,

seguido por uma queda nos anos imediatamente anteriores à crise de 1997-98 com posterior recuperação. Esse crescimento notável do PNB *per capita* foi acompanhado até o início dos anos 1990 de distribuição de renda relativamente equitativa, o que possibilitou, por exemplo, que o acesso ao ensino privado fosse estendido à maior parte da população.

Tabela 3.1 – PNB *per capita* e PNB, Coréia do Sul, 1953-2001

Ano	PNB per capita [US\$*]	PNB [US\$ bilhões]	Ano	PNB per capita [US\$*]	PNB [US\$ bilhões]
1953	67	-			
1954	70	-	1978	1.400	-
1955	65	-	1979	1.647	-
1960	80	1,95	1980	1.597	60,0
1961	82	2,10	1985	2.242	91,1
1962	87	2,31	1986	2.568	105,4
1963	100	2,72	1987	3.218	133,4
1964	103	2,88	1988	4.295	179,8
1965	105	3,01	1989	5.210	220,4
1966	125	3,67	1990	5.883	251,8
1967	142	4,27	1991	6.757	292,0
1968	169	5,23	1992	7.007	305,7
1969	210	6,63	1993	7.513	330,8
1970	243	7,99	1994	8.483	401,7
1971	289	-	1995	10.823	488,1
1972	319	-	1996	11.385	518,3
1973	396	-	1997	10.315	474,0
1974	541	-	1998	6.744	312,1
1975	594	20,85	1999	8.595	400,7
1976	802	-	2000	9.770	459,2
1977	1.011	-	2001	8.900	421,3

* A preços de 2003

Fonte: Banco da Coréia e Escritório Nacional de Estatística da Coréia, apud SONG (2003).

A magnitude do PIB colocou a Coréia na 10^a colocação entre as maiores economias em 2005, conforme mostra a Tabela 3.2, ficando atrás somente dos países do G-7, além da China e da Espanha. A Tabela 3.3 também a apresenta como a 12^a economia em termos de volume de comércio, em 2004.

Tabela 3.2 – As doze maiores economias do mundo, 2005

Posição	País	PIB a preços correntes [US\$ bilhões]
1º	EUA	12.452
2º	Japão	4.672
3º	Alemanha	2.799
4º	Reino Unido	2.196
5º	França	2.113
6º	China	1.909
7º	Itália	1.718
8º	Espanha	1124
9º	Canadá	1106
10º	Coréia do Sul	799
11º	Brasil	795
12º	Rússia	772

Fonte: SPITZ (2006).

Tabela 3.3 - Posição da Coréia do Sul no volume de comércio, 2004

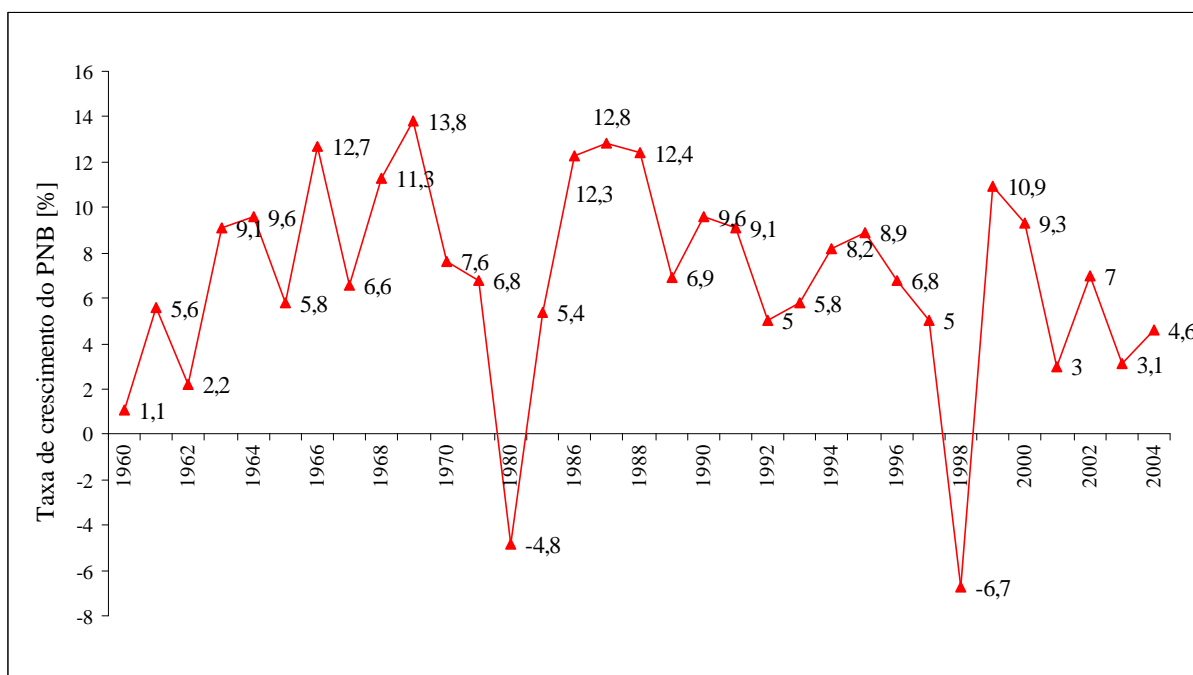
Posição	País	Volume de Comércio [US\$ bilhões]
1º	EUA	2.342
2º	Alemanha	1.630
3º	China	1.155
4º	Japão	1.020
5º	França	914
6º	Reino Unido	795
7º	Itália	800
8º	Holanda	678
9º	Canadá	615
10º	Bélgica	594
11º	Hong Kong	531
12º	Coréia do Sul	478

Fonte: Choi (2006).

A taxa de crescimento do PNB é apresentada no Gráfico 3.1. O notório crescimento da Coréia apresentou vários picos, com taxas até mesmo superando os 12% no ano de 1966 e no período 1986-1988. Os pontos mais baixos no Gráfico (índices negativos em 1980 e em 1998) são reflexo, respectivamente, da segunda crise do petróleo e da crise asiática de 1997.

O crescimento da Coréia se sobressai quando comparado com a taxa de crescimento do PIB anual e *per capita* dos outros países da OCDE, conforme mostra a Tabela 3.4.

Gráfico 3.1 – Taxa de crescimento do PNB, Coréia do Sul, 1960-2004



Fonte: Banco da Coréia e Escritório Nacional de Estatística da Coréia, apud SONG (2003), e CROTTY e LEE (2006).

Nota: Dados 2002 a 2004 referem-se à taxa de crescimento do PIB.

A taxa média de crescimento do PIB coreano foi a maior, dentre os países da OCDE, nas décadas de 1970 e 1980. No período 1990-98, só foi inferior à da Irlanda, por conta do retrocesso nos anos de crise, mas em 1999, novamente, o crescimento da Coréia foi o maior da amostra, com uma diferença considerável com relação aos demais. O crescimento do PIB *per capita* segue a mesma tendência.

Alguns outros indicadores para os anos de 2000 e 2004 são apresentados na Tabela 3.5. O crescimento populacional e a taxa de fertilidade têm decrescido consistentemente desde a política de planejamento familiar do governo implantada a partir dos anos 1970, trazendo resultados positivos na qualidade da educação pela conseqüente redução do tamanho das salas de aula e da relação professor-aluno, um dos problemas mais criticados da educação coreana até recentemente. Seguindo a tendência da maioria dos países desenvolvidos, o setor de serviços é o que mais contribui na composição do PIB, seguido da indústria, que respondia por 40,8% em 2004. A Coréia, historicamente, é um país com escassos recursos naturais, tendo direcionado seu comércio internacional em grande medida para produtos de alta tecnologia (que responderam por 32,8% das exportações de manufaturados em 2004). A alta penetração da internet também é um indicador de desenvolvimento, e na Coréia, mais de 6 a

cada 10 habitantes são usuários. O investimento direto externo na Coreia (US\$ 9,3 bilhões em 2000 e US\$ 8,2 bilhões em 2004) representa principalmente investimentos estrangeiros em fusões e aquisições (CROTTY e LEE, 2006).

Tabela 3.4 – Crescimento anual do PIB e do PIB *per capita* dos países da OCDE, 1970-1999

País	Crescimento anual do PIB				Crescimento do PIB per capita			
	1970-80	1980-90	1990-98	1999	1970-80	1980-90	1990-98	1999
Alemanha	2,7	2,2	1,4	1,3	2,6	2,0	1,0	1,4
Austrália	3,2	3,3	3,5	3,9	1,8	1,8	2,3	2,7
Áustria	3,6	2,3	2,1	2,2	3,5	2,1	1,6	2,2
Bélgica	3,4	1,9	1,8	1,8	3,2	1,8	1,6	1,6
Canadá	4,3	2,8	2,2	3,7	2,8	1,6	1,1	2,6
Coreia do Sul	7,6	8,9	5,3	10,7	5,8	7,6	4,3	8,0
Dinamarca	2,2	2,0	2,7	1,3	1,8	1,9	2,3	1,0
Espanha	3,5	3,0	2,1	3,7	2,4	2,6	1,9	3,5
Estados Unidos	3,1	3,0	3,1	3,8	2,0	2,1	2,1	2,9
Finlândia	3,4	3,0	1,6	3,7	3,1	2,6	1,1	3,4
França	3,3	2,3	1,4	2,4	2,7	1,8	1,0	2,0
Grécia	4,7	1,6	2,0	3,3	3,7	1,1	1,4	3,2
Holanda	2,9	2,2	2,6	3,0	2,1	1,6	2,0	2,4
Hungria	-	-	-0,9	-	-	-	-0,6	-
Irlanda	4,7	3,6	6,3	8,6	3,3	3,3	5,5	7,3
Islândia	6,3	2,7	1,9	-	5,2	1,6	1,0	-
Itália	3,6	2,2	1,3	1,0	3,1	2,2	1,1	0,9
Japão	4,4	4,0	1,3	1,4	3,3	3,4	1,0	1,1
Luxemburgo	2,6	4,5	5,3	5,1	1,9	3,9	3,9	3,8
México	6,6	1,7	2,7	3,4	3,4	-0,2	1,0	-
Noruega	4,2	1,5	3,1	-	3,6	1,1	2,6	-
Nova Zelândia	1,6	2,4	2,2	2,7	0,5	1,7	0,6	1,8
Polónia	-	-	3,6	3,5	-	-	3,6	3,4
Portugal	4,7	2,9	2,2	-	3,4	2,9	2,1	-
Reino Unido	1,9	2,7	2,0	1,7	1,8	2,5	1,7	1,3
República Tcheca	-	-	0,4	-0,5	-	-	0,4	-0,4
Suécia	1,9	2,1	1,0	3,9	1,6	1,8	0,6	3,8
Suíça	1,9	2,1	0,5	1,4	1,7	1,5	-0,3	1,1
Turquia	4,1	5,2	4,2	-2,3	1,8	2,8	2,3	-3,9

Fonte: Bassanini, Scarpetta e Visco (2000) e dados Coreia 1999, Dahlman e Andersson (2000).

Na área educacional, a Coreia se destaca pelos altos índices de escolaridade formal, atingidos consistentemente por meio da orientação da política educacional do governo, aliada à determinação dos pais em prover as condições para que seus filhos atingissem altos graus acadêmicos (KIM e LEE, 2004).

Seth (2002) considera que nenhuma característica da Coreia nas décadas pós 1945 é tão marcante quanto a rápida expansão quantitativa da educação em todos os níveis. Um país onde, naquele ano, menos de um em cada vinte adultos tinha a educação secundária, havia relativamente poucas estruturas de pesquisa e professores treinados, atingiu, em cerca de três

décadas, a universalização da educação básica e média e matrículas de jovens no nível terciário entre as maiores do mundo.

Tabela 3.5 – Alguns indicadores econômicos e demográficos, Coreia do Sul, 2000 e 2004

Indicador	2000	2004
População total (em milhões)	47,0	48,1
Crescimento populacional anual (%)	0,8	0,5
Taxa de fertilidade (nascimentos por mulher)	1,5	1,2
Expectativa de vida ao nascer (anos)	75,9	77,1
Taxa de mortalidade infantil (a cada 1.000 nascidos vivos)	5,0	5,1
Taxa de mortalidade – até 5 anos de idade (a cada 1.000)	5,4	5,5
Crescimento anual do PIB (%)	8,5	4,7
Taxa de inflação (deflator do PIB) anual (%)	0,7	2,6
Agricultura – valor adicionado (% do PIB)	4,9	3,7
Indústria – valor adicionado (% do PIB)	40,7	40,8
Serviços e outros – valor adicionado (% do PIB)	54,4	55,5
Exportações de bens e serviços (% do PIB)	40,8	44,1
Importações de bens e serviços (% do PIB)	37,7	39,7
Formação de Capital Bruto (% do PIB)	31,0	30,2
Exportação de alta tecnologia (% das exportações de manufaturados)	34,8	32,8
Gastos militares (% do PIB)	2,5	2,4
Usuários de internet (por 1.000 habitantes)	405,0	656,8

Fonte: World Bank (2006).

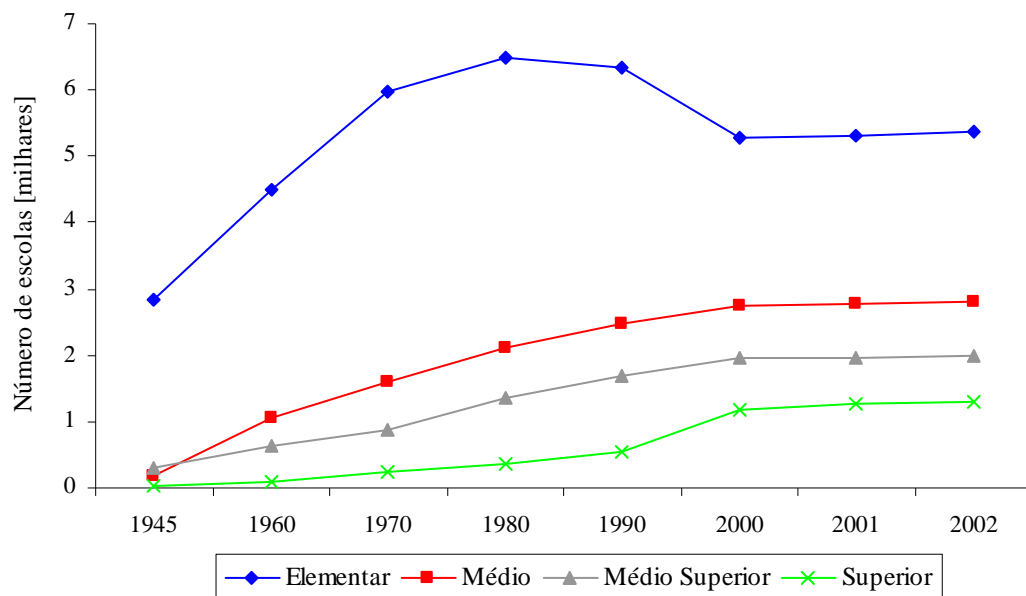
Os Gráficos 3.2, 3.3 e 3.4 mostram a expansão do número de escolas, professores e alunos em todos os níveis de escolaridade. Algumas características da política educacional coreana são evidenciadas a partir da leitura dos mesmos. Primeiro, sua seqüencialidade. O Gráfico 3.4 mostra que a quantidade de alunos do nível elementar cresce fortemente até a década de 1970, indicando o esforço de universalização perseguido nos anos 1950 e 1960. Logo após, assiste-se o crescimento de alunos da escola média⁹, com pico nos anos 1980, seguido pelo avanço do número de alunos da escola média superior¹⁰, com ponto máximo nos anos 1990. A mudança no sistema de exames de entrada e de cotas e a abertura de várias instituições de nível superior nos anos 1990 permitiu o forte crescimento do número de matrículas nos anos 1990 e 2000.

⁹ Tradução do termo *middle school*, equivalente aos graus 7 a 9.

¹⁰ Tradução adaptada do termo *high school*, equivalente aos graus 10 a 12.

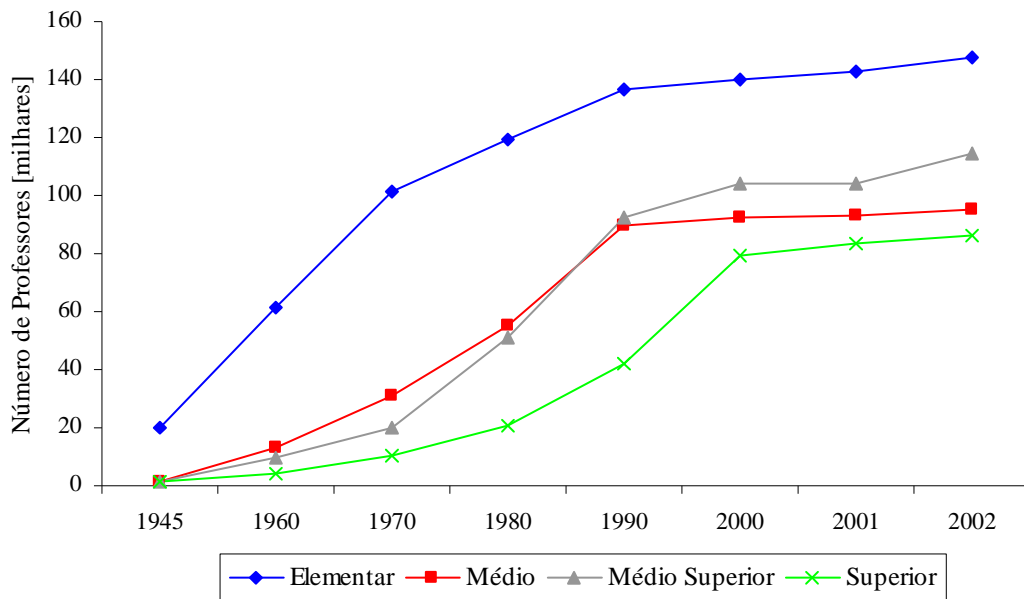
Cha (2004) atribui o crescimento das matrículas à conclusão dos seis anos de educação obrigatória planejada no final da década de 1950, que habilitou a maioria das crianças do grupo de idade relevante a matricular-se nas escolas primárias. Como as ondas da graduação primária se moviam para cima, o número de estudantes da escola secundária ascendia também. As mudanças na política educacional na década de 1980 permitiram também um rápido aumento na população no nível superior (CHA, 2004), tornando o setor educacional terciário comparável ao de vários países desenvolvidos (KIM, 2001).

Gráfico 3.2 – Expansão do número de escolas, Coreia do Sul, 1945-2002



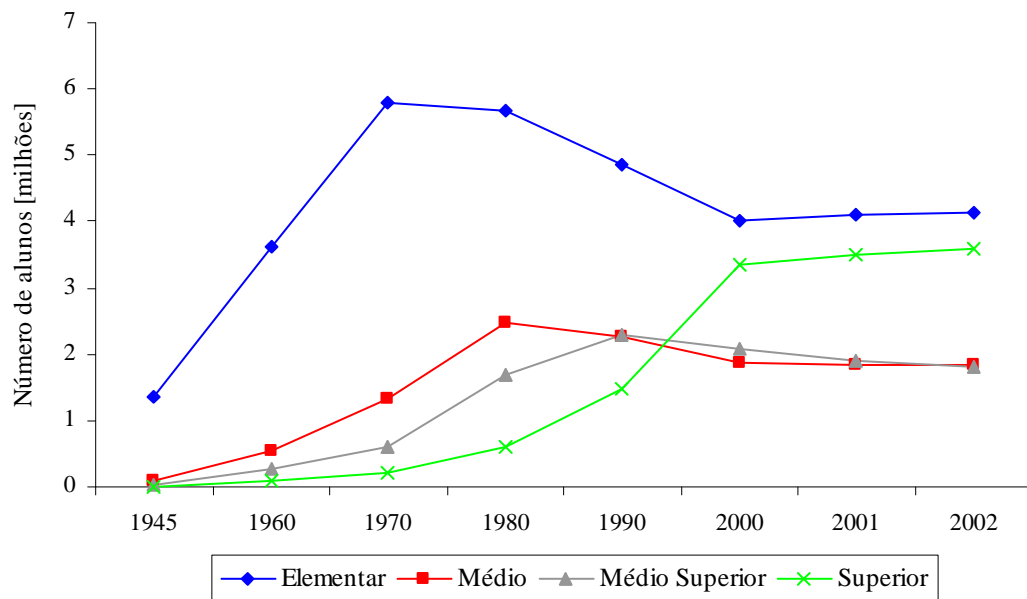
Fonte: MOEHRD (2007)

Gráfico 3.3 – Expansão do número de professores, Coreia do Sul, 1945-2002



Fonte: MOEHRD (2007)

Gráfico 3.4 – Expansão do número de alunos, Coreia do Sul, 1945-2002



Fonte: MOEHRD (2007)

Nota: o ensino médio superior inclui educação acadêmica e vocacional

Segundo, o Gráfico 3.4 apresenta queda da quantidade de alunos também de forma sequencial: primeiro, do nível elementar, a partir dos anos 1970; depois, da escola média nos anos 1980, da média superior nos anos 1990, e espera-se que seja essa a tendência do nível superior nos próximos anos. O fato é atribuído à já mencionada diminuição da taxa de crescimento populacional.

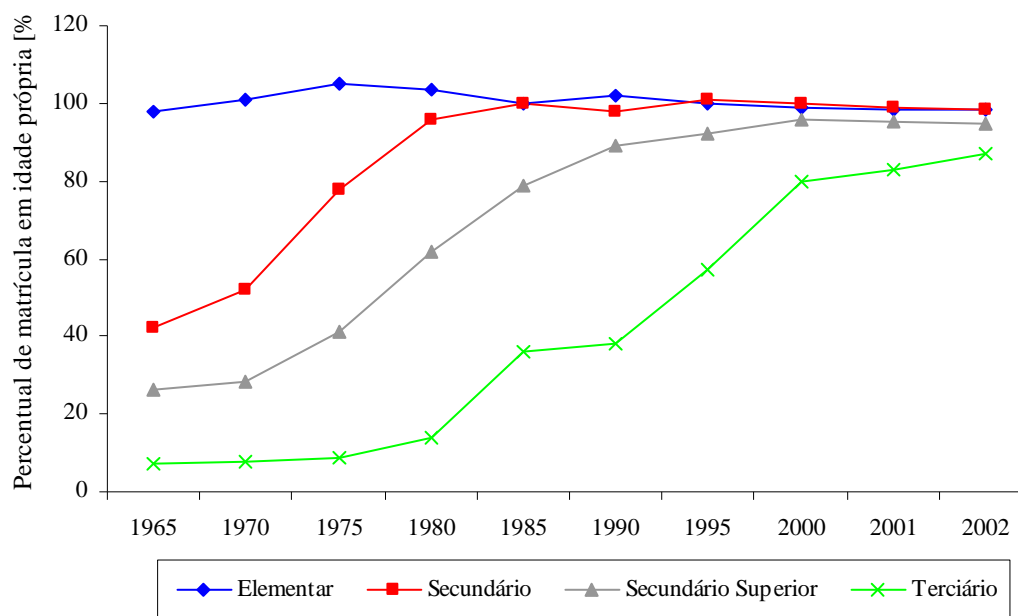
Em terceiro, verifica-se a melhoria de um importante indicador de qualidade escolar principalmente pela leitura dos Gráficos 3.3 e 3.4, qual seja, a proporção professor-aluno. O Gráfico 3.3 mostra um avanço consistente do número de professores em todos os níveis, especialmente no elementar. Ao mesmo tempo, o Gráfico 3.4 apresenta redução do número de alunos, com exceção do nível superior. Isso mostra que há menos alunos por professor. O Gráfico 3.2 pode ser também considerado como um indicativo de melhora do tamanho das salas - em número de alunos - já que o único nível que apresentou redução desde os anos 1980 é o elementar e, mesmo assim, em proporção inferior à queda do número de alunos. Entretanto, um indicador mais adequado seria a quantidade de salas, já que o Gráfico 3.2 não diz nada sobre o tamanho das escolas, mas tão somente seu número.

Quarto, a ênfase na educação elementar, principalmente no período 1945-1970 é claramente vista pela inclinação das curvas, que denotam altas taxas de crescimento tanto em número de escolas, quanto de professores e alunos.

O Gráfico 3.5 evidencia o êxito da educação na Coreia em termos quantitativos, apresentando a expansão das taxas de matrícula para os níveis primário, secundário, secundário superior e terciário. A percentagem foi calculada considerando o total de crianças e jovens em idade escolar apropriada dividido pelo total de matriculados em cada nível. Como é possível observar, o movimento ascendente de todas as curvas em direção à universalização foi claramente um processo seqüencial. O ensino primário alcançou a universalização no final da década de 1960, ao passo que o secundário a atingiu no início dos anos 1980, seguido pelo ensino médio superior, que atingiu mais de 90% nos anos 2000. O ensino superior mostra tendência crescente, com saltos consideráveis nas décadas de 1980 e 1990, tendo atingido mais de 80% em 2000.

Quando se analisa a população adulta, o nível de escolaridade reduz-se consideravelmente, como era de se esperar já que as políticas de universalização focaram sobre os grupos etários relevantes e não sobre a população como um todo, embora tenha havido uma série de esforços por parte do governo em programas de alfabetização adulta e, mais recentemente, de educação continuada, que envolve o ensino no decorrer de toda a vida do indivíduo. Entretanto, mesmo analisando o desempenho da educação da população acima de 25 anos, a Coreia se destaca. Muito desse êxito é fruto das políticas das décadas de 1950 e 1960, que produziram uma boa qualificação da população em geral.

Gráfico 3.5 – Tendências das proporções de matrículas, Coréia do Sul, entre 1965 e 2000



Fonte: KEDI, apud Lee (2004).

Barro e Lee (2000) apresentam estimativas realizadas para os países da OCDE e alguns países fora, como o Brasil, para o ano de 1995, contendo a composição educacional e a escolaridade média da população acima de 25 anos (Tabela 3.6).

A Coreia apresentou alta média de anos de escolaridade (10,1), quando comparada com os demais países da OCDE, estando em oitavo lugar na colocação. A proporção estimada da população com nível superior é de 21%, o que coloca a Coreia em sexto lugar no ranking dos países selecionados, juntamente com a Noruega e a Suécia. Estimou-se que mais da metade da população com mais de 25 anos possuía em 1995 o nível secundário completo ou o nível superior (36% para nível secundário completo e 21% para nível superior), média também alta em relação aos demais países da amostra. A média de anos de escolaridade cresceu mais de 20% somente entre os anos de 1985 e 2000 (BERGHEIM, 2005).

Os dados da Tabela 3.6 mostram que o sistema educacional coreano tem apresentado bom desempenho dos indicadores, com altas taxas de escolaridade entre a população, o que indica que a qualificação da mão-de-obra é alta.

O sistema educacional atual da Coreia consiste em seis anos de escola primária ou elementar, três anos de escola média ou secundária, três anos de escola média ou secundária

superior e dois anos de faculdade júnior ou quatro anos de faculdade ou universidade (sistema 6-3-3-2 ou 6-3-3-4). O ensino compulsório é de nove anos, contemplando a escola primária e média.

Tabela 3.6 – Composição educacional [%] e escolaridade média da população de 25 anos ou mais*, países selecionados, 1995

	Sem escolaridade	Primário Total	Secundário Parcial	Secundário Total	Superior Total	Anos de escolaridade
Países da OCDE						
Alemanha	4	28	31	23	15	9,6
Austrália	2	25	28	21	24	10,3
Áustria	1	32	25	31	12	8,4
Bélgica	5	49	20	10	16	8,6
Canadá	2	20	16	13	49	11,2
Coréia do Sul	9	18	16	36	21	10,1
Dinamarca	0	34	8	39	19	9,9
Espanha	4	56	16	13	12	6,6
Estados Unidos	1	8	20	24	47	12,2
Finlândia	0	31	14	35	19	9,8
França	1	48	15	22	15	7,9
Grécia	6	52	7	24	11	8,1
Islândia	2	48	21	16	13	8,4
Irlanda	3	35	26	20	16	8,8
Itália	14	43	21	12	12	6,6
Japão	0	31	30	17	22	9,4
Holanda	3	32	32	14	19	9,0
Nova Zelândia	0	34	18	9	39	11,3
Noruega	1	12	22	44	21	11,8
Portugal	14	61	8	6	10	4,5
Reino Unido	3	41	27	13	16	9,0
República Tcheca	1	35	33	22	9	9,3
Suécia	2	18	15	44	21	11,2
Suíça	5	26	24	31	15	10,2
Turquia	31	47	9	7	7	4,6
Países não integrantes da OCDE						
Argentina	6	53	15	10	16	8,1
Brasil	22	59	7	5	8	4,3
Índia	52	28	10	6	5	4,2
Indonésia	44	33	9	10	4	4
Malásia	17	34	19	24	7	7,7
Paraguai	10	64	9	10	8	5,7
Tailândia	20	62	5	4	9	5,7
Uruguai	3	54	23	9	10	6,9

Fonte: Barro e Lee (2000).

Nota: Os dados referem-se às percentagens da população acima de 25 anos cujo nível indicado é o maior atingido. Assim, tem-se: a) sem escolaridade: menos de um ano completo de estudo; b) primário total: conclusão do nível primário; c) secundário parcial: primeiro ciclo do ensino secundário completo (escola média); d) secundário total: conclusão do nível secundário (escola média e escola média superior); e) superior total: graduados no nível superior. A nomenclatura varia entre cada país. O período necessário para conclusão de cada nível também varia, essencialmente no que tange ao nível secundário. As estimações foram feitas a partir de dados da UNESCO.

* Estimativa.

As escolas médias superiores são divididas em dois tipos: geral (acadêmica) e vocacional ou técnica. As instituições de educação superior de quatro anos são classificadas em quatro categorias: a) faculdades e universidades; b) faculdades para professores e faculdades de educação; c) universidades abertas; e d) faculdades de teologia e seminários (KIM, 2001).

O governo da Coreia optou por promover o desenvolvimento econômico com o uso do planejamento. Por meio de planos quinquenais de desenvolvimento, traçou metas quantitativas, especificou setores prioritários e procurou intervir na economia de acordo com a orientação planejada. O Quadro 3.1 apresenta a periodização do I ao VII Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico (PQDE) e o Plano da Nova Economia (PNE), que cobrem o período de 1962 a 1997¹¹, bem como a relação de seus principais objetivos.

A diferença alternada de taxa prevista e taxa planejada dos planos de desenvolvimento pode ser vista no Gráfico 3.6. A diferença da taxa planejada e atingida no IV PQDE pode ser atribuída principalmente ao inesperado segundo choque do petróleo, provocando, entre outros, expansão da taxa de inflação. As diferenças observadas no VII PQDE e no PNE são relativamente pequenas. No caso do PNE, o crescimento médio foi prejudicado pelo crescimento menor em 1997, resultante da crise financeira.

Os estágios de desenvolvimento coreano não coincidem exatamente com os planos, mas são claros e bem delimitados. O foco saiu da reconstrução do país e da industrialização por substituição de importações após a Guerra da Coreia – década de 1950 – para o crescimento voltado para fora de 1962 a 1973. Com a orientação do governo no sentido de promover a industrialização pesada, o país experimentou forte crescimento nos anos 1970, apesar do choque exógeno provocado pela crise do petróleo. Esse período assistiu a forte dirigismo do governo, com adoção de política seletiva de incentivos para empresas

¹¹ Embora saiba-se que o planejamento não terminou com o Plano da Nova Economia (1993-1997), até o momento do encerramento desta pesquisa, não foi possível localizar literatura disponível na língua inglesa sobre os planos posteriores. Sabe-se, no entanto, que o governo de Kim Dae-jung lançou o VIII Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Social, abarcando o quinquênio 1997-2001 (MOEHRD, 2007), mas seu conteúdo não está disponibilizado nos sites oficiais do Ministério do Planejamento nem do Ministério da Economia e Finanças da República da Coreia. Entretanto, tal carência é parcialmente compensada pela literatura existente que apresenta as principais direções da política econômica do período pós 1997, suficiente para a análise da problemática deste trabalho.

exportadoras, baseada em desempenho e financiamento, principalmente por meio de empréstimos a taxas de juros.

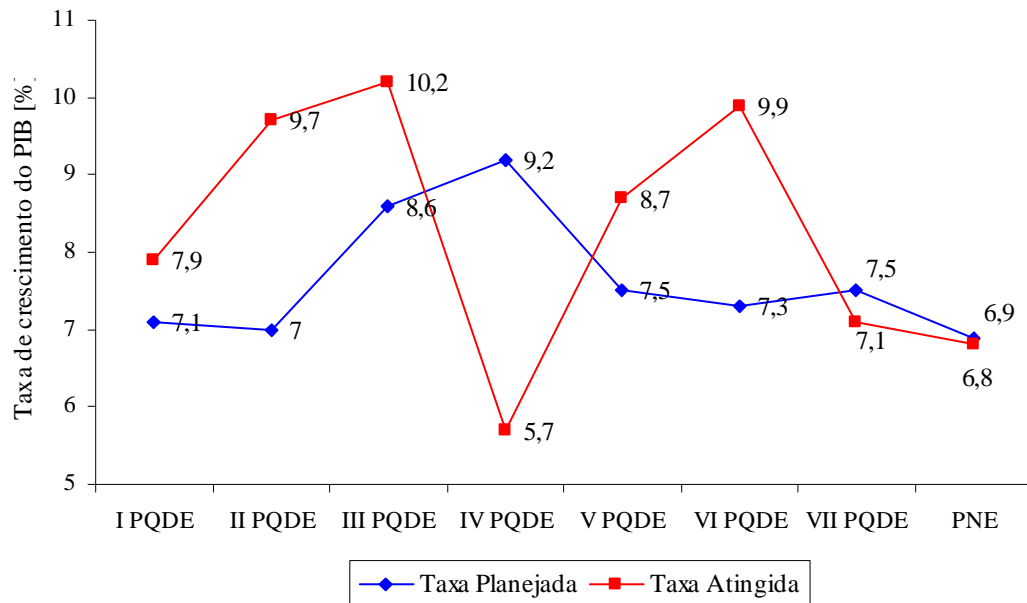
Nos anos 1990, com o aumento da competição internacional e maior abertura econômica, a margem de lucro dos grandes conglomerados industriais (*chaebol*) cai. Além disso, as dívidas crescentes destes junto a bancos nacionais e estes, a credores estrangeiros, leva a quebra de alguns dos maiores *chaebol* coreanos. Esse fato associado à crise de liquidez e ao ataque contra moedas não só na Coreia, mas em outros países do leste asiático, marca a crise que derrubou a taxa de crescimento do PIB para 6,8 pontos percentuais negativos em 1998. O pacote de ajuda do FMI e sua receita ortodoxa não impedem a recuperação econômica a partir de 1999, ainda que às custas da piora em índices de desenvolvimento social.

Quadro 3.1– Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico: periodização e objetivos principais, Coreia do Sul, 1962- 1997

Plano	Período	Objetivos
I PQDE	1962-6	1. Parar o ciclo vicioso da pobreza. 2. Estabelecer os fundamentos para o desenvolvimento econômico auto-sustentado.
II PQDE	1967-71	1. Modernização da estrutura industrial 2. Promoção do desenvolvimento auto-sustentado
III PQDE	1972-6	1. Harmonizar o crescimento, a estabilidade e a equidade 2. Alcançar a auto-sustentabilidade da economia 3. Desenvolvimento nacional amplo e desenvolvimento regional equilibrado
IV PQDE	1977-81	1. Alcançar a auto-sustentabilidade da economia 2. Promover equidade através do desenvolvimento social 3. Promover tecnologia e melhoria da eficiência
V PQDE	1982-6	1. Estabelecimento dos fundamentos para a estabilidade de preços e para a economia auto-sustentada 2. Melhoria da tecnologia 3. Melhoria da qualidade de vida 4. Reestruturação das funções econômicas do governo
VI PQDE	1987-91	1. Diminuição da presença do Estado na economia. 2. Reestruturação industrial e melhoria da tecnologia. 3. Melhoria do bem-estar nacional através do desenvolvimento regional equilibrado e da distribuição de renda.
VII PQDE	1992-6	1. Promoção da eficiência econômica através da auto-regulação e competição 2. Promoção da inovação
PNE	1993-7	1. Trazer a economia para o nível de países avançados 2. Reforçar a base econômica em preparação para a unificação

Fonte: Adaptado de SONG (2003).

Gráfico 3.6 – Taxas planejadas e atingidas nos planos de desenvolvimento, Coreia do Sul, 1962-1997



Fonte: SONG (2003).

Alguns aspectos importantes dos estágios de desenvolvimento coreano estão brevemente sintetizados no Quadro 3.2.

Quadro 3.2– Estágios e estratégias de desenvolvimento econômico coreano, 1948-2000

Período	Estágios de Desenvolvimento	Estratégias de Desenvolvimento
1945-1961	Período de reconstrução	1. Política de industrialização por Substituição de Importações 2. Indústrias manufatureiras leves 3. Reconstrução nacional
1962-73	Período de crescimento orientado para exportações	1. Orientação para fora (exportação) 2. Indústrias manufatureiras leves
1974-1982	Crise e recuperação	1. Orientação para fora (exportação) 2. Promoção das indústrias pesadas e químicas (HCI)
1983-1996	Recuperação e crescimento	1. Expansão das indústrias intensivas em tecnologia 2. Estabilização de preços
1997-1998	Crise	1. Ênfase nas pequenas e médias empresas 2. Promoção de inovação e empresas de alta tecnologia 3. Abertura comercial
1999 em diante	Recuperação e crescimento	1. Recuperação econômica 2. Introdução de políticas ortodoxas recomendadas pelo FMI 3. Transição para “economia do conhecimento” 4. Ênfase nas indústrias intensivas em alta tecnologia e capital humano

Fonte: Elaboração própria, baseado em LEE (1996) e WORLD BANK (2006).

A periodização da política educacional é apresentada no Quadro 3.3, que mostra, na primeira parte, as estratégias principais e, na segunda, as políticas e leis mais importantes na consecução daquelas estratégias.

As estratégias e políticas econômicas adotadas na Coreia, apesar de apresentarem considerável seqüencialidade, tiveram suas ênfases alteradas de acordo com o chefe de governo e o regime adotado, intercalando períodos autoritários e democráticos. Exemplo disso é a clara mudança de objetivo principal nos governos de Syngman Rhee e Park Chung Hee. A busca pelo crescimento econômico foi notoriamente um alvo do segundo e uma questão de menor relevância para o primeiro.

Os governos civis são convencionalmente numerados desde a Primeira República de Syngman Rhee até a Sétima República. A Primeira República, democrática em seu início, foi se tornando cada vez mais autocrática até seu colapso em 1960. A Segunda República foi democrática, mas acabou sendo substituída por um regime militar autocrático. A Terceira, Quarta e Quinta Repúblicas foram nominalmente democráticas, mas foram consideradas como uma continuação do regime militar. Com a Sexta República, o país gradualmente se estabilizou em uma democracia liberal. O Quadro 3.4 periodiza os períodos de cada governo, o regime adotado (nominalmente) e as emendas constitucionais respectivas (emendas que, por tratarem de revisões significativas, são consideradas equivalentes a novas constituições).

Quadro 3.3- Principais medidas educacionais, Coréia do Sul, 1949-2006

Ano/Período	Medida	Objetivo ou Conteúdo Principal
1945	Instituição do Comitê Nacional de Planejamento Educacional	Estabelecer o sistema educacional 6-3-3-4
	Início da Campanha Nacional pela Alfabetização	Aumentar a taxa de alfabetização
1946	O Escritório da Educação é elevado para Ministério da Educação (MOE)	Estabelecer bases escolares sob o princípio da igual oportunidade e realizar treinamento docente
1949	Lei da Educação	Objetivos da educação, princípios e critérios para sua administração
1951	Promulgação do Ato Emergencial da Educação em Tempo de Guerra	Promover a continuidade da educação durante a Guerra da Coréia
1954-59	I Plano Sexagenal para Educação Elementar Compulsória	Universalização do Ensino Primário
1962-66	I Plano de Desenvolvimento Educacional	Aumentar o acesso à educação básica e reduzi-lo no nível superior
1967-71	I Plano Quinquenal da Educação	Construção e renovação de escolas e salas de aula
1968	Abolição do exame de entrada para a escola média	
	Carta da Educação Nacional	Construir uma base "espiritual" para a regeneração da nação; promover o ensino de história nacional
1973	Lei de Promoção da Educação Industrial	Promover a educação técnica, sistematizando programas de treinamento no local de trabalho
1974	Lei de Regulamentação do Treinamento Vocacional	Expandir a escala de programas de treinamento industrial
	Política de Equalização da Escola Média Superior	Nivelar insumos educacionais.
Anos 80	Implantação do Sistema de Cotas de Graduação no ensino superior	
1985	Determinação da obrigatoriedade da escola média em áreas rurais	
1992	Proposta de reforma no ensino superior pelo PCER	Conceder maior autonomia às instituições de nível superior
1995	Eliminação do sistema de cotas de matrículas no ensino superior	
	Reforma Educacional Geral	Eliminar práticas indesejáveis, tais como a orientação exclusiva para exames e despesas com aulas extras. Preparação dos alunos para a transição para a "sociedade do conhecimento".
1998	O MOE tem seu nome alterado para MOEHRD (Ministério da Educação e Desenvolvimento de Recursos Humanos)	Ênfase do novo ministério: treinamento para o trabalho e pesquisa científica.
Final anos 90	Projeto BK-21 - Programa de Reforma no Ensino Superior	Preparar recursos humanos altamente qualificados, por meio do investimento do governo em programas técnicos, de ciências e engenharias.
2000	Implantação do Sétimo Currículo Nacional em escolas elementares e secundárias	Agrupar estudantes segundo o nível; equipá-los com capacitações básicas e específicas. Ênfase no desenvolvimento de habilidades individuais.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3.4 – Fases de transição política e pontos de ruptura principais, Coreia do Sul, 1945-2007

<i>Período</i>	<i>Nomenclatura do Período</i>	<i>Presidente/ Chefia do Governo</i>	<i>Regime/ Eleições</i>	<i>Constituição</i>
1945-48	Primeira República	Junta militar americana, comandada pelo General Douglas MacArthur 1946: Governo interino: Kim Kyu-shik e Syngman Rhee sem autoridade independente.	Regime Militar	17 de julho de 1948: Promulgação da primeira Constituição da República da Coreia
1949-1960		Syngman Rhee	Democracia. Eleições diretas em 1952, 1956 e 1960.	1952: 1ª Emenda 1954: 2ª Emenda
Abril de 1960		Revolução estudantil que finalizou o governo de Syngman Hee		
Abril de 1960 a maio de 1961	Segunda República	Presidente: Yun Po-sun Primeiro-ministro: Chang Myon	Governo Parlamentarista	1960: 3ª Emenda
16 de maio de 1961		Golpe militar que levou Park Chung Hee ao poder		
Maio de 1961 a final de 1963	Interregno Militar	Park Chung Hee	Regime Militar	1961: Anulação da Versão de 1960 (considera-se como 4ª Emenda) 1962: 5ª Emenda
1963 a outubro de 1972	Terceira República	Park Chung Hee	Democracia Eleições diretas em 1963, 1967 e 1971	1969: 6ª Emenda, permitindo o terceiro mandato presidencial de Park Chung Hee.
17 de Outubro de 1972		Declaração do Regime Militar e Dissolução da Assembléia Nacional sob Park Chung Hee		
1972-1979	Quarta República	Park Chung Hee	Regime Militar 1972: Eleições indiretas	1972: 7ª Emenda – <i>Yushin</i>
Outubro de 1979		Assassinato do presidente Park Chung Hee		
Outubro a Dezembro de 1979		Choe Kyu-hah	A Conferência Nacional de Unificação elege o primeiro ministro Choe Kyu-hah como presidente	
12 de Dezembro de 1979		Golpe militar liderado pelo Major General Chun Doo-hwan		
1980-1988	Quinta República	Chun Doo-hwan	Regime Militar Eleições diretas: 1987	1980: 8ª Emenda
1988-1992	Sexta República	Roh Tae-woo	Democracia	1987: 9ª Emenda
1993-1997	Sétima República	Kim Young-sam	Democracia	
1998-2002		Kim Dae-jung	Democracia	
2003-2007		Roh Moo-hyun	Democracia	

Fonte: Elaboração própria.

Este capítulo objetivou situar a Coréia do Sul no contexto mundial e apresentar dados relativos ao desenvolvimento econômico e educação. Procurou-se, ainda, sistematizar os períodos históricos mais relevantes, que dizem respeito às fases de transição econômica, quando diferentes estratégias de crescimento foram adotadas; as alterações principais nas políticas educacionais, que mostram a importância conferida pelo governo coreano à educação formal; e as mudanças políticas, importantes para evidenciar a continuidade das direções econômicas e, principalmente, educacionais. Os próximos capítulos cuidarão de realizar uma análise mais aprofundada, onde se procurará demonstrar que o governo coreano deu prioridade à educação como forma de colaborar no projeto de desenvolvimento nacional, consoante hipótese adotada neste trabalho, mas de forma diferenciada em cada período.

4 O PERÍODO 1945-1961

4.1 A DIVISÃO DA CORÉIA E O GOVERNO MILITAR AMERICANO NA CORÉIA DO SUL

Os capítulos que se seguem irão analisar, separadamente, diferentes períodos históricos coreanos. Serão apresentadas as principais mudanças na área política, econômica e educacional. Ao final de cada capítulo, algumas considerações acerca da relação entre educação e desenvolvimento na Coréia serão feitas, objetivando verificar a validação ou não da hipótese adotada neste trabalho.

Antes de sua divisão, a Coréia foi duas vezes invadida pelo Japão: a primeira em 1592 e a segunda, em 1910 (FLEURY e FLEURY, 1997). O segundo período colonial japonês durou 35 anos. Ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a União Soviética e os Estados Unidos demarcaram uma linha ao longo do paralelo 38, separando suas regiões de influência. Em 1943, na Conferência do Cairo, foi realizado um compromisso formal por parte da Inglaterra, China e Estados Unidos com a Coréia livre e independente, promessa subscrita em seguida também pela União Soviética.

A decisão das Nações Unidas de promover eleições em toda a Coréia não foi obedecida, tampouco a linha divisória no paralelo 38 foi removida, resultando, em 1945, na divisão definitiva das Coréias: no sul, estabeleceu-se a República da Coréia, capitalista, e no norte, a República Popular Democrática da Coréia, comunista (CANDOTTI, 2002).

O final do domínio colonial japonês confrontou a Coréia com algumas tarefas urgentes. As “propriedades inimigas” dos japoneses deveriam ser nacionalizadas ou vendidas, o regime de comércio restabelecido e as taxas de câmbio modificadas para lidar com o vácuo criado pelas severas relações econômicas com o Japão (LIM, 2003). Entre 1945 e 1950, as autoridades americanas e coreanas empreenderam uma reforma agrária que reteve a instituição da propriedade privada. Eles confiscaram e redistribuíram toda a terra que pertencia ao governo

colonial japonês, bem como às companhias japonesas e a colonialistas individuais japoneses. Os coreanos com grandes terras foram obrigados a desaposar a maior parte de suas propriedades¹².

Em 7 de setembro de 1945, o comandante do Exército Americano Pacífico, General Douglas MacArthur, anunciou sua Ordem Geral nº 1, por meio da qual estabeleceu o controle militar dos Estados Unidos sobre a Coreia, ao sul do paralelo 38. As condições de ocupação foram assim colocadas:

“All powers of government over the territory of Korea south of 38 degrees north latitude and the people thereof will be for the present exercised under my authority. Persons will obey my orders and orders issued under my authority. Acts of resistance to the occupying forces or any acts which may disturb public peace and safety will be punished severely. For all purposes during the military control, English will be official language (...)” (SIMONS, 1995, p. 159, apud LEE, 2006, p.2).

O desconhecimento da língua e da situação política e cultural da Coreia por parte do exército americano dificultou muito sua tarefa. Ondas de refugiados da Coreia do Norte e pessoas que retornavam de outros países aumentavam ainda mais a turbulência.

A instauração do governo militar norte-americano na Coreia durante o período 1945-1948 teve o objetivo de promover a redemocratização do país. O domínio dos Estados Unidos estendeu-se até a promulgação da Constituição, em 1948 (LEE, 2006).

O governo estabelecido no sul foi inicialmente instável e pouco representativo, sofrendo crescente pressão de grupos guerrilheiros armados. Havia a constante ameaça de uma subversão comunista tanto interna quanto vinda do norte, ao mesmo tempo em que urgia a tomada de uma ação decisiva para resolver a crise econômica (BAKER, 2004).

Em 1946, os americanos estabeleceram um governo interno, liderado por Kim Kyu-shik e Syngman Rhee. Mas esse corpo interino era desprovido de autoridade independente e soberania jurídica. Somente em 15 de agosto de 1948, a República da Coreia foi formalmente estabelecida, com Syngman Rhee como primeiro presidente, que tinha vivido nos Estados Unidos por cerca de

¹² Sobre a Reforma Agrária na Coreia do Sul, ver Mitchell (1949).

quarenta anos. A primeira Constituição do país¹³ foi promulgada pela primeira Assembléia Nacional em 17 de Julho, estabelecendo um sistema presidencialista. O presidente seria eleito indiretamente pela Assembléia Nacional. Inaugurava-se o período político denominado Primeira República (BAKER, 2004). Em 12 de dezembro de 1948, por meio da resolução 195 na Terceira Assembléia Geral, as Nações Unidas reconheceram a República da Coréia como o único governo legal na Coréia.

4.2 A GUERRA DA CORÉIA E O GOVERNO DE SYNGMAN RHEE

Em 25 de junho de 1950, os coreanos do norte atacaram o Sul, ocupando quase todo o território da península¹⁴. A luta girava em torno da restauração da linha original de demarcação. O Conselho de Segurança da ONU declarou a República Popular agressora, autorizando o envio de tropas internacionais para a região. A intervenção norte-americana ao norte da linha de ocupação provocou a ingerência de tropas chinesas, que restabeleceram a linha de separação entre as Coréias. Em torno desta (no paralelo 38), foi negociado o armistício em 1953, suspendendo as operações de guerra com o norte (CANDOTTI, 2002). A Guerra da Coréia deixou de 3 a 4 milhões de mortos e cerca de 5 milhões de “deslocados”¹⁵ (HOBSBAWN, 1995). Mais da metade da base industrial deixada pela colonização japonesa foi destruída entre 1945 a 1953. No setor de bens de capital, havia 623 empresas em 1950, quando a guerra começou, e ao final, 347 desapareceram, levando mais de uma década para o setor recuperar o nível pré-1950 (KIM, 1980, apud FLEURY e FLEURY, 1997).

Apesar da devastação da infra-estrutura física ter ocorrido tanto no norte quanto no sul, o norte estava em posição melhor para reabilitar a economia, pelo fato de possuir indústrias pesadas mais avançadas. O sul ainda era predominantemente agrícola, herança do período colonial japonês, quando a produção local de alimentos era utilizada como forma de fornecimento barato

¹³ Em 1919, o Governo Provisório da República da Coréia tinha promulgado a constituição, mas ela foi considerada sem eficácia sob o regime japonês.

¹⁴ Sobre a fraqueza e carência de equipamentos e treinamento militar das tropas sul-coreanas, ver Nahm (1996), p. 469-472.

¹⁵ Segundo Hobsbawn (1995), as duas Coréias juntas tinham cerca de 30 milhões de habitantes antes da guerra.

para a força de trabalho industrial japonesa. A capital Seul foi fortemente prejudicada pela guerra, tendo perdido mais de 80% de suas estruturas industriais e mais da metade de suas moradias. Além disso, o sul teve que reiniciar sua reconstrução nacional com um grande contingente populacional em um espaço geográfico bem reduzido. A defesa de suas fronteiras também exigiu grandes gastos militares (HARVIE e LEE, 2003).

A Constituição foi emendada pela primeira vez em 1952, prevendo eleições diretas para presidente e uma legislatura bicameral. Rhee venceu com 74,62% dos votos válidos (BAKER, 2004). Em 1954, uma nova emenda foi feita, reforçando os poderes do presidente e enfatizando a adoção de um modelo econômico capitalista. Apesar de ter sido reeleito em 1956 com 69,99% dos votos, Baker (2004) afirma que o presidente Rhee perdeu muito de sua popularidade, em face das difíceis condições econômicas vividas pela Coreia na década de 1950. O PIB per capita em 1960 era menor do que o de alguns países da África subsariana como Moçambique e Senegal (LIM, 2003).

A desilusão com a liderança de Rhee, manifestada pela multiplicação de protestos estudantis após sua reeleição levou, em 1960 à formulação da segunda emenda constitucional, que previa uma forma parlamentarista de governo com uma Assembléia Nacional bicameral, dando início à Segunda República. Com o explícito objetivo de desenvolver um sistema democrático que restringisse tentativas de abuso do poder, a nova Carta reduziu grandemente o papel do presidente. Nesse período, homens de negócio proeminentes foram acusados de enriquecimento ilícito através de conexões políticas com o regime de Rhee (HAGGARD, LIM e KIM, 2003; HARVIE e LEE, 2003). Como os problemas econômicos persistiam e acusações de corrupção dentro do governo cresciam, manifestações de estudantes, sindicatos e outros ativistas demandavam punição ao governo de Rhee (BAKER, 2004).

Em 15 de março de 1960, Rhee venceu as eleições com 100% dos votos válidos. Embora nesse ano a popularidade de Rhee estivesse bem menor, o principal candidato da oposição para a presidência Shin Ikhee morreu repentinamente durante a campanha. O único candidato de oposição restante, Cho Byeong-ki morreu em 16 de fevereiro de 1960. Os protestos aumentaram, motivados pela violenta repressão contra uma demonstração estudantil em Masan no dia da eleição. A polícia local conseguiu deter seu avanço, mas somente por pouco tempo. Novas

manifestações ganharam força e alcançaram todo o país após o corpo de um estudante ter sido encontrado flutuando no porto. O movimento culminou com a chamada Revolução Estudantil de 19 de abril de 1960. No dia 26 do mesmo mês, Rhee renunciou (LIM, 2003).

Em 12 de agosto do mesmo ano foi eleito o presidente Yun Po-sun, com 82% dos votos, apontando como primeiro ministro Chang Myon, que em pouco tempo, formulou um plano para intervenção mais ativa do governo na economia a fim de promover o desenvolvimento econômico e social (SETH, 2002). Sob pressão da direita, o governo Chang empreendeu uma série de “expurgos” de militares e oficiais da política envolvidos em atividades anti-democráticas ou em corrupção.

Em 16 de maio de 1961, um golpe militar liderado pelo General Park Chung Hee substituiu a Segunda República por um novo governo, dando início a um extenso período de forte influência militar na política coreana (BAKER, 2004).

4.3 A ECONOMIA NA ERA RHEE E O FOCO NA RECONSTRUÇÃO NACIONAL

O governo do presidente Syngman Rhee, de 1948 a 1960, esteve mais preocupado com a política local e internacional do que com o rápido crescimento econômico. A média de crescimento do PIB entre 1953 e 1962 foi de 3,9% ao ano (HAGGARD, KIM e MOON, 1990), considerada muito baixa para um país que estava em fase de reconstrução nacional.

O fato de o país estar recebendo massiva assistência externa, tanto durante quanto depois da Guerra da Coréia, também reduziu a necessidade do governo em dar prioridade ao crescimento. Além disso, a disposição das forças americanas residentes em comprar a moeda local à sua taxa oficial encorajou a manutenção de uma taxa de câmbio sobrevalorizada que, por sua vez, desencorajava as exportações. Assim, o desenvolvimento industrial foi centrado na substituição de importações, com as indústrias locais¹⁶ sendo protegidas por altas taxas de importação e restrições quantitativas. O governo com freqüência favorecia determinadas firmas,

¹⁶ Para uma noção do tamanho da indústria na época, em 1955, somente 53 estabelecimentos de manufatura tinham mais de 200 empregados (SONG, 2003).

fazendo uso de licenças seletivas de importações, ou mesmo através da manipulação de um complexo sistema de múltiplas taxas de câmbio que existiam paralelamente à taxa oficial (LEE, 1996; MÜLLER, 1997).

Rhee fez uso de instrumentos políticos para beneficiar determinadas firmas privadas, formando uma aliança que lhe garantia o financiamento das eleições e de outras atividades partidárias (LIM, 2003). Através de tais favorecimentos, foram sendo construídas as bases de um duradouro relacionamento entre o Estado e os futuros grandes grupos empresariais coreanos - os *chaebol*¹⁷. Após a guerra, diversas propriedades de japoneses foram vendidas aos grupos emergentes a preços baixos. Esses mesmos grupos recebiam empréstimos com juros subsidiados para financiar a importação de matérias-primas que seriam revendidas no mercado interno a preços monopolísticos. As indústrias têxteis – uma das mais beneficiadas nesta política – ampliaram e modernizaram suas plantas, adequando-as para uma escala de produção nos padrões internacionais. A maioria dos novos empreendedores tinha formação universitária ou eram descendentes da antiga nobreza coreana (MELLO, 2000). O acesso aos créditos bancários e à assistência estrangeira cada vez mais apresentava sinais de corrupção e favoritismo, de forma que os homens de negócio que se tornaram ricos neste período eram amplamente suspeitos de corrupção (HARVIE e LEE, 2003).

O foco da política econômica do governo Rhee após a Guerra da Coreia foi a reconstrução da nação. Mas a carência de recursos financeiros, de matérias primas, de eletricidade e de pessoal qualificado resultou em uma lenta recuperação econômica. Nesse contexto, a ajuda internacional tornou-se fundamental.

As Nações Unidas tinham estabelecido a Comissão das Nações Unidas para a Unificação e Reabilitação da Coreia (UNCURK) e a Agência das Nações Unidas para a Reconstrução Coreana (UNKRA) durante a guerra. Entre 1953 e 1962, os Estados Unidos gastaram um total de US\$ 2 bilhões na Coreia (NAHM, 1996). Desse montante, cerca de US\$ 100 milhões foram para

¹⁷ Segundo Haggard, Lim e Kim (2003), um *chaebol* é definido pelas seguintes características estruturais: a) uma estrutura de governança familiar; b) uma estrutura organizacional de uma *holding* controlada formalmente por firmas independentes; e c) uma estrutura de negócios de forte diversificação.

a educação (SETH, 2002). Essa ajuda financeira garantiu que pequenos negócios e indústrias de manufatura iniciassem um processo de crescimento (NAHM, 1996). A ajuda americana chegou ao auge em 1957 e foi gradualmente sendo reduzida no início da década de 1960 (HARVIE e LEE, 2003).

A fim de tratar com a crescente inflação, em fevereiro de 1953 o governo empreendeu uma reforma monetária e substituiu o won pelo hwan. A taxa de câmbio entre o won e o hwan foi estabelecida em 100 para 1. Ao mesmo tempo, a taxa de câmbio entre o dólar americano e o hwan era de 1 para 300. A partir de 1956, a economia começou a dar sinais de recuperação. A taxa de crescimento do PIB de 1% em 1953 aumentou para 5,9% em 1961 (o PNB cresceu 5,5% neste ano). A renda per capita, entretanto, ainda estava abaixo de US\$ 100. As exportações somaram US\$ 39,6 milhões em 1953, e cresceram para cerca de US\$ 41 milhões em 1960 (NAHM, 1996, LIM, 2003).

A proporção do PIB originado na agricultura, atividades extrativas e pesca (setor primário) caiu de 45,1% em 1957 para 40,2% em 1961, ao passo que na indústria (setor secundário), subiu de 54,8% para 59,8% no mesmo período. Mas o crescimento estável da população e a alta taxa de inflação preocupavam o governo. A população aumentou de 20,1 milhões em 1949 para 21,5 milhões em 1955 e para 24,9 milhões em 1960. A taxa média anual de crescimento populacional era aproximadamente 2,8%. A taxa de câmbio entre o dólar americano e o hwan mudou de 1 para 300 em 1953 para 1 para 500 em 1961 (NAHM, 1996).

Em um primeiro esforço consistente de planejamento, o governo lançou um plano de desenvolvimento econômico de três anos em 1960. Mas ele foi abandonado com o fim da Primeira República. A estrutura governamental já tinha ganhado um reforço no primeiro ano de ocupação americana, com o estabelecimento de diversos escritórios, tais como os de Finanças, Indústria e Mineração, Agricultura e Comércio, Saúde Pública, Educação, Justiça, Comunicações e Transportes, criando um sistema consideravelmente mais complexo do que qualquer outro desenvolvida durante os trinta e cinco anos de ocupação japonesa. A curta Segunda República adotou um plano quinquenal e estabeleceu o Serviço de Construção Nacional. Buscava-se, além da continuidade do processo de reconstrução, reduzir o desemprego. Além disso, foi prevista a

desvalorização do hwan para 1.300 para 1 dólar. Todos estes planos, no entanto, foram abandonados com o golpe militar de 16 de maio de 1960 (NAHM, 1996).

4.4 O RECOMEÇO DA EDUCAÇÃO COREANA

A educação na Coreia recebeu prioridade nas políticas do governo no início da Primeira República. Algumas instituições de ensino superior foram estabelecidas por missionários protestantes¹⁸ no século XIX (MOEHRD, 2007). Mais tarde, o governo imperial via a educação superior dos coreanos como uma forma de beneficiar o movimento de independência, restringindo o acesso à universidade somente a uma pequena elite (KIM e LEE, 2004).

Segundo Lee (2002), o trabalho dos missionários cristãos no período da ocupação americana teve um grande efeito na transformação em direção a uma educação superior moderna, por meio das seguintes medidas: implantação da tradição cristã, em oposição à tradicional educação elitista confucionista; ensino da língua nativa; promoção da educação feminina; introdução de sistemas administrativos e institucionais ocidentais, entre outros¹⁹.

As autoridades do governo militar americano viam a educação essencial na implantação do regime democrático na Coreia. Em novembro de 1945, foi instituído o Comitê Nacional de Planejamento Educacional, composto por oitenta educadores coreanos e líderes públicos e dez oficiais do governo militar americano, com o objetivo de estabelecer um novo sistema educacional, que apagasse os resquícios deixados pelo sistema de educação colonial japonês (LEE, 2006). O novo sistema 6-3-3-4 esteve sob a supervisão das missões educacionais americanas. Em março de 1946, o Escritório de Educação foi elevado a Ministério da Educação (MOE). Procurou-se estabelecer as bases escolares sob o princípio da oportunidade igual e acelerar planos de treinamento de professores, inclusive com envio de alguns coreanos para treinamento nos Estados Unidos (NAHM, 1996).

¹⁸ Para uma análise da influência do cristianismo na industrialização coreana, ver Vassiliev (2004).

¹⁹ Além do Cristianismo, Lee (2002) também faz uma análise sobre a influência do Budismo, do Confucionismo e do Taoísmo na educação coreana.

Em março de 1946, o Comitê adotou um novo arcabouço educacional baseado no nacionalismo coreano, assim como nos princípios e sistemas da educação norte-americana. A ênfase foi posta sobre a educação superior, manifesta na criação de dez novas instituições, totalizando, em 1947, vinte e nove instituições, com cerca de vinte mil estudantes (LEE, 2006).

Lee (2006) aponta que as políticas educacionais dos americanos contribuíram principalmente para: a) erradicar a herança da educação colonial japonesa; b) implantar princípios da educação democrática nos sistemas escolares, na administração e no currículo; c) treinar os coreanos com capacitações científicas e conhecimentos práticos; d) promover a participação de intelectuais coreanos no planejamento educacional; e) dar oportunidades para a disseminação de idéias e da cultura americana; e f) aumentar o número de institutos e estudantes na educação superior.

Em agosto de 1945, havia tanto no norte quanto no sul 2.834 escolas primárias com 1.366.024 crianças matriculadas, 165 escolas secundárias com 83.514 estudantes e 19 instituições de educação superior com 7.819 estudantes. Mais de 2/3 das escolas de nível elementar e médio e a maioria das instituições de educação superior estavam alocadas no sul. Quando os japoneses foram repatriados, a maioria das faculdades e Universidade Imperial de Keijō cessaram de funcionar. Mas em 1946, as faculdades privadas Yōnhui, Posōng e Ewha Woman's College foram reabertas. A Universidade Imperial Keijō foi reorganizada de acordo com o modelo americano de universidade pública e teve seu nome alterado para Universidade Nacional de Seul (NAHM, 1996). Ela foi a primeira instituição ampla e moderna que oferecia programas de graduação e pós-graduação. Seguindo a tendência, várias instituições existentes de ensino superior foram reorganizadas em universidades no estilo americano. O número de instituições de ensino superior aumentou de 19 em 1945 para 55 em 1950 (KIM e LEE, 2004).

Havia séria carência de professores experientes e qualificados para ministrar aulas no ensino secundário. As estruturas escolares, além de inadequadas, eram insuficientes (NAHM, 1996). Apesar dessa limitação, o governo determinou como prioridade a universalização da educação primária e, em 1946, anunciou um plano que objetivava tornar a escola primária universal e compulsória até 1951. Entretanto, a inesperada Guerra da Coreia interrompeu a implantação do plano que foi imediatamente retomado no final do conflito, em 1953 (LEE,

2004). Mas a urgência em ampliar o acesso ao ensino elementar não foi seguida de melhoria na qualidade, sendo que alguns problemas que acompanhariam a educação por muito tempo na Coreia já começavam a mostrar suas raízes.

Primeiro, a proporção professor-aluno, principalmente no nível elementar, era bem inadequada. Havia cerca de 60 estudantes para cada professor e as salas freqüentemente excediam 80 alunos. Muitas vezes, dois ou três níveis diferentes eram ministrados em uma única sala (LEE, 2004).

Segundo, a carência de recursos levou o governo a recorrer à ajuda dos pais. Eles deveriam arcar com uma proporção significativa dos custos, tais como livros-texto, taxas para realização de atividades e suprimentos (KIM e LEE, 2004).

Terceiro, para a transição de cada estágio escolar (elementar para o médio; médio para o médio superior e; médio superior para terciário), eram realizados exames de seleção. Esse sistema recebeu fortes críticas da população levando o Ministério da Educação – MOE - a determinar, no início de 1949, que os exames fossem substituídos por testes intelectuais e físicos. A admissão para o nível superior se daria por meio da confecção de relatórios feitos pelos professores da escola média superior sobre o caráter e o desempenho das crianças. Mas a idéia era de difícil implantação. Não havia concordância quanto ao critério para a realização de testes intelectuais e permitir que professores fizessem relatórios abria brechas para arbitrariedades. Em nova tentativa, em 1951, o MOE instituiu um Sistema Nacional Amplo de Avaliação, que previa a realização de um exame de entrada uniforme para todas as escolas secundárias, medida impopular entre as escolas. Graças a protestos de educadores, o MOE abandonou a política dois anos depois. Permaneceu o sistema de admissão anterior: a entrada em escolas secundárias se dava por meio da execução de testes escritos, preparados pelos funcionários da escola ou do corpo educacional provincial. Ao nível universitário, cada instituição administrava exames de entrada escritos baseados nas áreas específicas do curso pretendido. Como no caso das escolas secundárias, uma tentativa de promover um exame nacional em 1954 mostrou ser impopular e foi descontinuada no ano seguinte (SETH, 2004).

A obrigatoriedade da prestação de exames levou a um quarto problema até hoje não superado: a necessidade de reforço escolar privado. Os pais consideravam a educação fornecida na escola insuficiente. Para compensar essa deficiência, contratavam professores privados para ministrarem algumas matérias específicas ou enviavam seus filhos para escolas preparatórias. Isso aumentava os gastos dos pais não somente com aulas extras, mas também com materiais educacionais suplementares (LEE, 2001).

Durante o período 1945-48, cerca de dois terços dos custos operacionais das escolas primárias foram custeados pelo governo americano. Este também contribuiu para o declínio do analfabetismo entre adultos, através do início de uma “campanha nacional pela alfabetização”, que aumentou a taxa de alfabetização de 22% em 1945 para, aproximadamente, 80% em 1960 (LEE, 1996; MOSIÑO, 2002). Apesar do avanço, os programas tiveram êxito abaixo do esperado, já que a demanda pública pela educação adulta parecia menos urgente. Muitos coreanos rurais, mesmo não sabendo ler, deram prioridade para colocar seus filhos na escola (SETH, 2002).

O resultado dos esforços feitos pelo governo americano foi um rápido aumento no número de escolas. Havia, em agosto de 1948, 3.443 escolas primárias com uma matrícula total de 2.426.115 crianças, 380 escolas médias com 287.572 estudantes, 184 escolas médias superiores com 110.055 estudantes, e 31 faculdades e universidades com 24.000 estudantes (NAHM, 1996).

Segundo Seth (2002), a pedagogia coreana era resistente à metodologia americana. As salas de aula permaneciam centradas nos professores e nos livros-textos, com ênfase na leitura, recitação oral e na memorização de normas, o que era bem distinto do padrão americano que valorizava o cultivo da expressão individual. A maioria dos professores sentia-se confortável com a metodologia da era pré-moderna, que garantia a autoridade do professor e a padronização.

Os americanos forneceram bolsas de estudo para coreanos estudarem nos Estados Unidos, o que aumentou a procura pelas instituições estrangeiras mesmo após a ajuda ter cessado. Os estudantes formados nos Estados Unidos geralmente trabalhavam em institutos de pesquisa, em departamentos de educação nas universidades coreanas ou no MOE. Com frequência, eram responsáveis por influenciar a realização de reformas inspiradas no estilo americano.

Após a proclamação da República, a Constituição preveu recursos para a educação elementar livre para todos os cidadãos, bem como para a geração de oportunidades iguais para os próximos níveis educacionais. Seguindo previsão constitucional, a Lei da Educação foi promulgada em 31 de dezembro 1949, prescrevendo os ideais e objetivos da educação, os princípios e critérios para sua orientação e administração e o gerenciamento do sistema (CHA, 2004). Por meio da lei, a educação elementar para crianças entre 6 e 12 anos foi tornada compulsória, consoante o que já constava do artigo 16 da Constituição. As escolas primárias foram chamadas de *kungmin hakkyo* (escolas do povo). Ao mesmo tempo, o Ministério da Educação adotou o princípio *hong-ik-in-gan*, que dava ênfase no desenvolvimento do nacionalismo e harmonia entre o povo, no conceito de justiça, no desenvolvimento de habilitações técnicas e na coragem. O ideal transmitido por meio do sistema educacional era que todas as nações e povos deveriam contribuir para a prosperidade comum, que seria alcançada pela democracia. Os indivíduos deveriam se tornar cidadãos qualificados com ideais altruístas (NAHM, 1996).

Segundo Seth (2002), enquanto o governo militar americano procurou promover todos os níveis de escolaridade, a administração Rhee deu prioridade para estabelecer a universalidade da educação primária. Havia uma razão político-ideológica nesta escolha. Seu regime estava determinado a abarcar toda a população em idade escolar no sistema nacional de educação assim que possível, a fim de incutir lealdade ao novo governo e estender a autoridade do Estado. É importante destacar que o Estado sul-coreano presidiu sobre uma sociedade turbulenta e sua legitimidade era constantemente desafiada pelo regime rival do norte.

A promoção do princípio de igual oportunidade, por meio do qual todos os jovens coreanos teriam acesso, no mínimo, à primeira parte do ciclo educacional, era de grande popularidade e foi rapidamente assimilada pela população. Não houve a necessidade de empreender quaisquer campanhas de estímulo ao envio das crianças às escolas. Mesmo na região rural, a abertura de escolas era suficiente para convencer os pais da necessidade de encaminhar seus filhos. Diferentemente da educação secundária e superior, esse nível era totalmente público, sendo que desde 1948, era proibido por lei a existência de escolas elementares privadas. Poucas semanas após a independência, a Assembléia Nacional divulgou um amplo programa, por meio do qual o Estado promoveu a construção de salas de aula, o recrutamento de professores e

campanhas para a expansão de matrículas²⁰. A ênfase da administração Rhee sobre a educação primária também se deu por fatores econômicos: este nível de escolaridade era menos caro de se implementar, necessitava de estruturas mais simples e não havia necessidade de grande treinamento dos professores. Esse fato originou outra característica coreana que até hoje persiste: a forte presença privada no fornecimento da educação. Como o governo priorizou a expansão da educação elementar, havia poucos recursos e até mesmo pouco interesse em investir na educação pública secundária. Esse fato somado à demanda crescente da população resultou em expansão desse nível graças à iniciativa privada.

Dada a carência de recursos pela qual padecia a população, nem todas as famílias podiam proporcionar educação aos seus filhos após o nível básico. Dessa forma, muitas destas escolhiam os jovens considerados mais aptos para seguir os estudos até o nível secundário e terciário. Nesse processo, os demais membros da família tornavam-se trabalhadores de fábricas, a fim de fornecerem suporte financeiro à educação de seus irmãos mais aptos (LEE, 1996; MOSIÑO, 2002). Esse comportamento contraria, em parte, a teoria proposta por Becker, Murphy e Tamura (1990), apresentada no capítulo relativo ao referencial teórico. Segundo eles, famílias grandes escolheriam investir pouco na educação de cada membro. No caso coreano, como visto, as famílias optam, em geral, por investir mais na educação de alguns filhos, enquanto outros trabalhavam.

A crescente oferta da educação superior foi atendida, da mesma forma, principalmente pelas universidades privadas. Embora todas as universidades privadas eram *de jure* organizações não lucrativas, muitas operavam com motivações substanciais de lucros (KIM e LEE, 2004).

4.4.1 A continuidade dos esforços educacionais durante e depois da Guerra da Coréia

A Guerra da Coréia trouxe muito prejuízo para a educação: destruição de escolas, perda de funcionários e professores, dispersão de estudantes e desagregação de rotinas diárias. Cerca de

²⁰ As campanhas de matrículas alcançaram excelentes resultados. Em 1956, 95% da população em idade própria estavam matriculadas na escola elementar (SETH, 2002). As campanhas tinham um cunho mais informativo do que persuasivo.

80% das estruturas educacionais foram danificadas ou destruídas. Das 31.897 salas de aula, 7.544 foram completamente destruídas, 3.316 sofreram no mínimo 50% de perda, 12.157 foram parcialmente destruídas e somente 8.880 foram mantidas. Em dezembro de 1950, o MOE permitiu o uso de escolas como campos para refugiados, e para uso das forças das Nações Unidas, sempre que julgasse conveniente. O número de professores caiu de 42.000 em 1950 para 37.000 em 1952 (SETH, 2002).

Em 1951, foi promulgado o “Ato Emergencial da Educação em Tempo de Guerra” (*Wartime Emergency Education Act*). Os pais queriam que a educação de seus filhos não fosse interrompida sob nenhuma hipótese. A educação não parou durante a Guerra e foi fundamental na reconstrução após o conflito (MOEHRD, 2007). O governo demonstrou forte determinação em superar a crise nacional e reconstruir a nação pela educação (CHA, 2004). Após alguns meses de interrupção, em 7 de janeiro de 1951, um escritório temporário do MOE foi estabelecido em Pusan, onde, em 26 de fevereiro, o Esquema de Medidas Especiais para a Educação em Tempo de Guerra foi preparado para o começo do ano escolar em abril. Todos os estudantes refugiados deveriam se registrar em seus lugares de refúgio para a continuação das aulas. As atividades educacionais foram desenvolvidas em tendas e em barracas improvisadas em áreas não ocupadas pelas tropas comunistas durante a guerra (NAHM, 1996). Para atender milhares de estudantes secundários que tinham saído de Seul com suas famílias, o governo determinou que todas as escolas secundárias de Seul criassem escolas temporárias nas maiores cidades longe do confronto armado: Pusan, Taegu e Taejon. Todos os estudantes nos campos que tinham sido previamente matriculados deveriam freqüentar as escolas especiais para refugiados. Em junho de 1951, o MOE formou um Comitê de Construção para organizar e supervisionar a construção de salas de aula. Estudantes das faculdades foram convocados a participar (SETH, 2002).

A guerra forçou a maioria das universidades localizadas em Seul a procurarem refúgio nas províncias do sul. Várias universidades tiveram suas aulas ministradas em cidades provinciais, tais como Busan e Kwangju. Enquanto a efetividade desse ensino temporário podia ser questionável, a guerra criou a factibilidade da educação superior naquelas cidades. Durante o período de 1951-54, no mínimo uma universidade nacional foi estabelecida em cada província (KIM e LEE, 2004).

Segundo Seth (2002), a severa carência de textos e livros fez estudantes e professores estudarem com qualquer material que estivesse disponível. Dada a impossibilidade de aderir aos termos escolares regulares, o Estado simplesmente recomendou que os oficiais locais e pais definissem suas próprias metas e fizessem o que fosse necessário para garantir que alguma instrução fosse dada. Para acomodar a demanda pela educação nas faculdades, o MOE criou a Faculdade Unida em Tempo de Guerra (*Chōnsi Yōnhap Taehak*), em maio de 1951. A maior parte da educação superior tinha sido concentrada em Seul, uma cidade destruída em pesadas lutas. Por causa da situação confusa, não há estatísticas confiáveis sobre matrículas para este período, mas observadores estrangeiros ficam impressionados com a continuidade dos esforços durante a guerra sob tais condições de adversidade.

A expansão do nível elementar se deu essencialmente com investimentos públicos, ao passo que nos demais níveis, boa parte dos gastos foram fruto da iniciativa privada, principalmente nos anos pós guerra. Houve uma queda nas matrículas em todos os níveis no ano de 1951, conseqüência da destruição da guerra e total recuperação do número de matrículas em 1954, o que, mesmo considerando as baixas do conflito, indicam um rápido retorno e continuidade dos estudos pela maioria da população em idade escolar.

A massiva ajuda americana também foi usada para a criação de uma respeitável força militar. Bem equipada pelos Estados Unidos e recebendo forte treinamento, as forças armadas da Coréia se tornaram uma das dez maiores do mundo. Esse fato teve influência na educação, por exemplo, pela inserção da prática de exercícios físicos usados no treinamento militar no currículo escolar.

Com a assinatura do armistício que finalizou a guerra, a reabilitação do sistema educacional foi feita vigorosamente com a ajuda dos Estados Unidos e da Agência de Reconstrução Coreana das Nações Unidas. As estruturas físicas e a qualidade do ensino foram restauradas em poucos anos aos níveis pré-guerra. A mudança mais notória foi o crescimento quantitativo, em grande parte atribuído ao desejo dos estudantes e pais pela educação (NAHM, 1996).

Uma missão educacional americana trabalhou com o MOE para lançar um projeto de três anos visando o treinamento de professores em serviço. Em janeiro de 1954, o MOE anunciou um plano para elevar todas as escolas de professores para faculdades de dois anos. Todos os formados seriam contratados. Todos os professores de escola primária deveriam se formar, no mínimo, na escola média superior. Ao nível secundário em 1952, somente 20,6% dos professores das escolas médias e 23,7% dos professores das escolas médias superiores eram formados no nível superior, mas em 1964, esse número subiu para 53,0% e 79,3%, respectivamente (SETH, 2002).

O ensino permanecia sendo uma profissão que, além de muito respeitada pelos coreanos, atraía muitos dos jovens educados, apesar dos baixos salários²¹. Colaboraram para isso as cada vez menores chances de emprego para um contingente cada vez maior de estudantes de faculdade que se graduavam e a decisão da administração, em 1958, de adiar o serviço militar para estudantes que entrassem em faculdades de treinamento de professores (SETH, 2002).

Pressões populares foram feitas em 1953, que criticavam a lentidão do MOE em retomar o Plano Sexagenal de Educação Compulsória, cuja preparação tinha sido iniciada em 1949 e postergada em função da guerra. Em resposta, o MOE retomou-o e submeteu-o à aprovação da Assembléia Nacional no início de 1954, tendo rápida aprovação (SETH, 2002).

O plano foi financiado pelos americanos e, a partir de 1958, pela Lei do Imposto Educacional (KIM, 2001). Segundo Seth (2002), em 1954, 88,84% de todas as crianças em idade própria estavam matriculadas nas escolas primárias, e em 1955, essa percentagem subiu para 91,76%. Finalmente, em 1959, atingiu 96,13%. Além do aumento das matrículas, o plano previa a expansão das salas de aula em 4.000 por ano e redução em seu tamanho. Os professores deviam realizar visitas em suas vizinhanças, a fim de verificar se os pais tinham, de fato, matriculado seus filhos.

²¹ Em 1956, os salários para os professores eram de cerca de US\$ 50,00 - um valor muito inferior ao suficiente para prover as necessidades básicas de subsistência, levando-os a complementarem suas rendas principalmente pela ministração de aulas particulares.

Os gastos públicos com educação mais que triplicaram durante este período, de 4,2% do orçamento anual do governo em 1954 para 14,9% em 1959. A maior parte foi alocada para a educação primária, representando de 69 a 80% do total entre 1948 e 1959, e atingindo um pico de 81% em 1960. Em 1979, esse montante caiu para 54% (KIM, 2001).

Harvie e Lee (2003) consideram que a ênfase na educação foi responsável por fornecer ao país uma força de trabalho qualificada, que formaria a “espinha dorsal” das indústrias intensivas em trabalho. A destruição das estruturas físicas causadas pela Guerra da Coreia reforçou a necessidade de cidadãos com qualificações práticas em reconstrução.

Oficiais coreanos, educadores, imprensa e conselheiros americanos pediam ênfase na educação vocacional e menos nas matérias relacionadas às humanidades. A administração Rhee fez vários pronunciamentos sobre a importância de promover o treinamento técnico e vocacional e, seguindo esta orientação, uma série de programas foi lançada pelo Ministério da Educação. Em 1953, indústrias começaram a receber subsídios governamentais de curto-prazo para programas de treinamento nas fábricas. Em 1956, o ministro da educação Ch’oe Kyu-nam anunciou um programa de educação produtiva, visando a promoção da educação vocacional que receberia prioridade em suas políticas. No ano seguinte, um plano de cinco anos para a educação técnica foi lançado. Mas os estudantes, em geral, não se mostravam simpatizantes ao treinamento técnico e vocacional, demonstrando preferência pela educação superior acadêmica, que acreditavam ser mais capaz em conduzi-los a uma carreira de prestígio, conferindo-lhes a possibilidade de mobilidade social. Em janeiro de 1961, foi lançado um plano educacional, prevendo aumentos substanciais na alocação de recursos para o treinamento vocacional (SETH, 2002). Tal política tinha por objetivo atender às necessidades da economia, fornecendo mão-de-obra técnica para a reconstrução do país.

Mesmo com uma renda *per capita* baixa em 1960, a Coreia se destaca pelos altos índices de matrícula em todos os níveis de escolaridade, quando comparada com países com renda per capita semelhante, conforme demonstrado na Tabela 4.1.

Tabela 4.1 – PIB per capita e taxas de matrícula, países selecionados, 1960

País	PIB per capita [US\$]	Educação Primária	Educação Secundária	Educação Superior
Coréia do Sul	80*	96	29	4,7
Equador	216	81	11	2,6
Egito	129	58	16	4,7
Iraque	216	51	19	2
Paquistão	68	34	9	1,4
Paraguai	164	39	5	0,5
Peru	208	81	18	4,1
Filipinas	175	91	29	10,8
Turquia	190	67	14	2,9

Fonte: SETH (2002)

Dados PNB Coréia: Banco da Coréia e Escritório Nacional de Estatística da Coréia, apud SONG (2003).

* PNB (US\$ a preços de 2003)

Nota: A taxa de matrícula é calculada dividindo o total de crianças em idade própria pelo total de crianças matriculadas no primeiro ano de cada nível.

Em 1960, o número de escolas primárias cresceu para 4.496 com um total de matrículas de 3.621.267, enquanto que o de escolas secundárias aumentou para 1.693 com 792.177 estudantes, escolas vocacionais subiram para 282, com 99.071 estudantes, e o número de instituições de educação superior para 85, com 101.045 estudantes. Foram estabelecidas universidades nacionais em áreas provinciais (NAHM, 1996).

A forte demanda pela educação foi encorajada por alguns fatores históricos, segundo análise de Lee (1996). Como conseqüência da libertação do domínio japonês e da Guerra da Coréia, o sistema tradicional de classes sociais foi desmembrado, e a forma vista pelos coreanos de ascender socialmente era a educação, fato este reforçado pela incomum homogeneidade da sociedade em termos de raça, cultura e língua. O desejo pela mobilidade social logicamente estava associado com a motivação econômica. A educação era necessária para alcançar boas ocupações profissionais.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O PERÍODO 1945-1961

A relação entre educação e desenvolvimento econômico nesse capítulo se evidencia não pelas taxas de crescimento do PIB, consideradas baixas para um país em fase de reconstrução, mas pela determinação do governo em não interromper a política educacional e pela perseverança dos pais em enviar seus filhos para a aula mesmo sob as adversidades de uma guerra civil com vistas a contribuir na reconstrução da nação. A ajuda externa colaborou muito nesse sentido e possibilitou o crescimento contínuo das matrículas até o final dos anos 1960. A iniciativa privada teve papel fundamental no provimento da educação nos níveis secundário e superior, mas fica claro que a expansão quantitativa foi muito mais bem sucedida no nível elementar.

O crescimento econômico não era a prioridade do governo de Syngman Rhee. A industrialização, portanto, foi baseada na substituição de importações, principalmente de bens de consumo não durável, como alimentos e têxteis. As manufaturas eram intensivas em trabalho, e portanto, demandavam mão-de-obra semi-qualificada. O MOE procurou dar ênfase à educação vocacional e técnica, visando utilizar o produto do sistema educacional diretamente na indústria. Aqui, a relação entre crescimento e educação é mais direta. Seguindo a lógica da teoria do crescimento endógeno de Romer (1990), os programas de treinamento do governo e das firmas coreanas, decisões custosas, conscientes e intencionais e, portanto, determinadas endogenamente, foram feitos para promover aumento de produtividade. Embora não haja explícita menção à mudança tecnológica, fica claro que os processos de produção, para atender à substituição de importações, devem ter sido melhorados no decorrer do período, o que resultou em maior participação da indústria na composição do PIB. Infere-se a partir daí que o crescimento das indústrias foi beneficiado pelo aumento da produtividade dos trabalhadores mais qualificados, que resultou, em termos agregados, no crescimento do setor.

Pode-se afirmar, portanto, que o período 1945-1961 apresenta subsídios que confirmam a hipótese de que o governo deu prioridade à educação como forma de contribuir em seu projeto de desenvolvimento, nesse período melhor traduzido como um projeto de reconstrução nacional.

5 O GOVERNO PARK CHUNG HEE: 1961-1979

5.1 DO GOLPE MILITAR DE 1961 AO ASSASSINATO DE PARK

Após o golpe militar de 1961, a imagem da Coreia como a “Terra da Calmaria Matinal” foi substituída pelo símbolo do slogan “mais produção, mais construção e mais exportações” (TAE, 1972). Iniciava-se um período de dirigismo e forte influência do Estado na economia (BAKER, 2004).

Os líderes militares prometeram retornar o governo para um sistema democrático assim que possível, sob pressão da administração Kennedy, nos Estados Unidos. Park Chun Hee tinha determinado a anulação da versão da Constituição de 1960. Em 2 de dezembro de 1962, um referendo obteve 78% de votos a favor do retorno ao presidencialismo. Nova emenda constitucional foi feita, para estabelecer o novo sistema. Park concorreu novamente à presidência e ganhou a eleição de 15 de outubro 1963 com 46,65% dos votos válidos.

A Terceira República iniciou com a melhoria das relações com o Japão e a continuidade dos fortes laços com os Estados Unidos. A possível eclosão de uma outra guerra fez com que a Coreia do Sul assumisse uma postura mais pró-ativa com relação ao rápido desenvolvimento econômico, pois acreditava-se que essa seria a melhor forma de resistir aos ataques do norte. Nem o norte nem o sul consideravam o outro governo legítimo, de forma que cada um reclamava o direito de governar a península toda. Segundo Müller (1997), a ameaça militar forneceu a justificativa para as políticas de crescimento de cunho autoritário da Coreia após 1961.

A fim de centralizar a tomada de decisão da política econômica, o Conselho Supremo para Reconstrução Nacional estabeleceu a Junta de Planejamento Econômico (EPB) em julho de 1961, encarregada de formular e implantar planos quinquenais de desenvolvimento. O EPB e Agência de Inteligência Coreana Central (KCIA), administrada por antigos colegas militares de Hee, serviram como instrumentos para o reforço da visão parkista de uma Coreia do Sul fortemente anti-comunista (BAKER, 2004; LIM, 2003).

Park perpetuou a prática usada pelo governo Rhee de organizar estudantes para manifestações em favor de programas ou ideais do governo. Na área educacional, elas se concentravam contra a “comercialização da educação”: os próprios estudantes que escolhiam pagar pelo tutoriamento privado eram coagidos a participar de passeatas pela “purificação da educação”, ou seja, contra essa prática. Também foram promovidas campanhas anti-comunistas e de levantamento de fundos para a defesa nacional. Aqui, até os estudantes deveriam contribuir com donativos para a compra de armas. Além das manifestações, o governo obrigou alunos a participarem de campanhas de alfabetização em áreas rurais e de supervisão e participação em projetos de reconstrução nacional – que incluía irrigação, reparação de rodovias e distribuição de inseticidas. Segundo os oficiais, os esforços ensinariam os jovens estudantes o valor do trabalho pesado. Embora desorganizado, ineficiente e extremamente impopular entre pais e professores, que o consideravam uma interferência na tarefa de preparação para os exames, as campanhas continuaram (SETH, 2002). As escolas, ainda, foram por muitas vezes usadas pelo governo para introduzir e difundir uma série de valores e ideologias, a fim de dar suporte à estrutura política da sociedade (LIM, 2004).

Em 1967, Park concorreu novamente às eleições, recebendo 51,4% dos votos. Graças a uma emenda constitucional, aprovada por referendo nacional, em 1969, a Assembléia Nacional foi forçada a permitir um terceiro mandato. Park venceu o candidato Kim Dae-jung por 8% de margem na eleição presidencial de 1971. Em 6 de dezembro de 1971, Park declarou Estado de emergência nacional. Em 4 de julho do ano seguinte, anunciou planos para reunificação com a Coreia do Norte. Em 17 de outubro de 1972, declarou o regime militar, dissolvendo a Assembléia Nacional, banindo partidos políticos e fechando temporariamente todas as universidades nacionais e faculdades, em nome do “desenvolvimento das instituições democráticas da Coreia”. Era o início da Quarta República (SETH, 2002).

A Constituição foi novamente emendada e ratificada por meio de novo referendo nacional, recebendo o nome de *Yushin* (revitalização) e vigorando a partir de 21 de Novembro de 1972. Park assumia o controle efetivo sobre o parlamento. Mudanças significativas incluíram a possibilidade de prolongamento indeterminado da presidência de Park, através de eleições indiretas pela Conferência Nacional para a Unificação, o direito do presidente de nomear um terço dos membros da Assembléia Nacional por esta Comissão e de dissolver a Assembléia

sempre que necessário. No mesmo ano, eleições indiretas foram promovidas, novamente, com vitória de Park (SETH, 2002). Uma nova era de repressão começava, com Park isolando-se cada vez mais e se mostrando cada vez mais hostil quanto às críticas ao seu governo (BAKER, 2004).

Segundo Seth (2002), professores com crenças políticas abertas eram ocasionalmente removidos sob o parágrafo 2, artigo 31 da Lei do Serviço Educacional Civil, que deu ao MOE autoridade para demitir aqueles considerados “inaptos ou negligentes”. A medida, na verdade, foi entendida como uma forma de remover instrutores considerados inimigos do regime.

O uso político da educação continuou. Entre as mudanças mais controversas, destaca-se o reavivamento do Corpo de Defesa Estudantil, em 1976. Todos os estudantes da escola média superior e das faculdades deveriam participar, devendo “estudar enquanto defendem a nação”. Os professores deveriam “inspirar um espírito correto de defesa nacional nos estudantes”. Segundo o MOE, o propósito da organização era incutir patriotismo e nacionalismo nos alunos e “eliminar elementos subversivos das escolas”. Os corpos patrocinaram seminários sobre anti-comunismo e organizaram visitas a monumentos nacionais e cemitérios militares. A aversão aumentava entre pais, estudantes, professores e público em geral.

Ainda segundo Seth (2002), o controle do governo sobre o sistema educacional e a mobilização política de estudantes e professores acabou treinando-os como opositores políticos. Após 1971, a forte repressão, que incluiu a presença de tropas nos campus universitários e as freqüentes expulsões de ativistas, levou os estudantes a protestarem em posições cada vez mais esquerdistas. Park promoveu o treinamento militar nas escolas. Ensinava-se, inclusive, sobre aspectos relativos à guerra biológica, química e radioativa.

Em 1974 e 1975, foram promulgados decretos emergenciais que levaram a prisão de centenas de dissidentes. Três vezes no período pós-guerra – em 1962, 1973 e 1980 – o exército interferiu na política coreana. As necessidades de desenvolvimento econômico e segurança nacional foram recorrentemente usadas para justificar e legitimar o que Park chamou de “políticas administrativas”. Mas o sucesso no crescimento não evitou a ocorrência de vários protestos por parte de estudantes e sindicatos, principalmente em períodos de crise econômica (CHENG e HAGGARD, 1987; WAKABAYASHI, 1997).

Em 1978, nova eleição presidencial indireta manteve Park na presidência. Mas em 26 de outubro de 1979, Kim Jae-kyu, chefe da KCIA, assassinou Park e o Primeiro Ministro Choi Kyuhah se tornou presidente atuante sob a Constituição *Yushin*, sendo, pouco depois, eleito presidente pela Conferência Nacional de Unificação. O assassinato de Park foi seguido por um amplo debate sobre a reforma constitucional e a expectativa de que o regime militar terminaria (CANDOTTI, 2002).

5.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO DO PERÍODO 1961-1979

5.2.1 A industrialização voltada para as exportações

Caracterizado por baixa proporção capital-trabalho, baixa disponibilidade de recursos naturais e carência de produtos agrícolas exportáveis, restringido pelas desfavoráveis condições naturais, o setor agrícola coreano, no início dos anos 1960, era incapaz de gerar um processo expansivo de acumulação de capital²². O principal produto agrícola era o arroz, porém, mais de 50% do total produzido era consumido pelos próprios fazendeiros e por suas famílias (TAE, 1972).

O país também era carente de outros recursos naturais, tais como ferro ou petróleo, essenciais para a industrialização. Os principais produtos no setor manufatureiro eram bens de consumo, principalmente alimentos e têxteis. Aos poucos, o uso de algumas tecnologias obtidas através de licenciamentos estrangeiros e adaptadas à produção doméstica possibilitou a mudança gradual para a produção de commodities mais sofisticadas. O setor de serviços absorvia mão-de-obra do setor agrícola e seu peso no PIB cresceu ao longo dos anos (WORLD BANK, 2006).

Nestas condições é que Park, assim que assumiu o poder, iniciou e perpetuou políticas que visavam primeiramente o rápido desenvolvimento econômico através da promoção da

²² Os anos 1950 e início dos anos 1960 foram chamados de “período dos três baixos”: baixa poupança, baixos investimentos e baixo crescimento, constituindo um ciclo vicioso que terminou com o início da efetivação da industrialização e a estratégia de crescimento voltado para as exportações, no governo de Park Hee (TAE, 1972).

industrialização e da exportação (MÜLLER, 1997), estratégia diferente do antecessor Rhe, que não deu prioridade ao crescimento, mas sim, à reconstrução do país (TAE, 1972).

Seth (2002) relata sobre o forte senso de competição existente no período com a Coréia do Norte, cuja recuperação da devastação da guerra parecia ser mais rápida, sua economia mais robusta e auto-confiante. Isso fez com que o governo Park fosse motivado pela necessidade de reforçar o Estado pela disciplina, unificar a população e expandir a economia nacional. Questões como o desenvolvimento social e a política internacional estavam em segundo plano. A maior parte da atividade econômica permanecia no setor privado, mas o governo em grande medida intervinha na economia, ajudando ou desencorajando atividades de acordo com seus planos gerais (HARVIE e LEE, 2003).

A inflação atingiu 30% em 1962, levando os oficiais americanos a insistirem em um programa de estabilização econômica. Atender às demandas dos Estados Unidos era muito importante, pois a Coréia continuava dependendo de seus empréstimos e investimentos, dependência agravada pela crise cambial do segundo semestre de 1962 (LIM, 2003).

Park reconhecia que a Coréia se encontrava em uma posição vulnerável e fortalecer a economia era indispensável para superar tal deficiência. Três séries de políticas econômicas inter-relacionadas foram lançadas com esse propósito e acabaram constituindo o modelo coreano de desenvolvimento. Primeiro, as demandas americanas foram acomodadas e uma série de reformas macroeconômicas designadas para estabilizar a economia foram instituídas. Segundo, uma parceria de risco entre governo e grandes empresas foi estabelecida através do fornecimento, pelos bancos estatais, de garantias explícitas de repagamento de dívidas para instituições estrangeiras que estendessem seus empréstimos a firmas privadas (HAGGAR, LIM e KIM, 2003; LIM, 2003; MO, 2000). Terceiro, ferramentas políticas e incentivos disponíveis foram mobilizados pelo governo para dar suporte à industrialização e ao aumento das exportações, entre eles: a) subsídios diretos para a exportadores; b) acesso preferencial às licenças de importação; c) empréstimos a taxas preferenciais (KANG, 2004); d) taxas de juros reduzidas para projetos considerados prioritários pelo governo (KWON, 1997) e) aprovação automática de empréstimos pelos bancos comerciais para firmas com bom desempenho exportador e; f) deduções de impostos. O critério para concessão de benefícios era o desempenho exportador, monitorado de

acordo com as metas indicativas estabelecidas no início de cada período (LIM, 2003). Se o *chaebol* alcançasse ou superasse suas metas, veria seu líder exaltado e o grupo passaria a receber maiores privilégios estatais; do contrário, seu líder seria submetido à expiação pública e a humilhações por parte do governo, além dos cortes de benefícios a que o grupo ficava sujeito (AMSDEN, 1989, apud MELLO, 2000). Um símbolo desta política foi a adoção, em 1964, do Dia da Exportação, data oficializada em comemoração ao alcance de 100 milhões de dólares em exportações (LIM, 2003).

Com a adoção destas políticas, o governo coreano tentava corrigir as imperfeições do mercado de capital e remover as restrições que dificultavam a exploração pelos *chaebol* de oportunidades de investimento lucrativos na década de 1950 (LIM, 2003).

Neste contexto é que se iniciou o planejamento formal na Coreia, com o lançamento do Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico (I PQDE), cobrindo o período entre 1962 e 1966. Planos anteriores tinham sido desenhados, mas não implantados, devido às mudanças políticas ocorridas no início da década.

Os principais objetivos do Primeiro Plano foram parar o círculo vicioso da pobreza e construir as bases para o crescimento auto-sustentado. As políticas do governo deveriam ser direcionadas para: a) garantir a oferta de fontes de energia²³; b) corrigir os desequilíbrios estruturais da economia; c) expandir as indústrias de base e de infra-estrutura; d) melhorar a posição na balança de pagamentos e; e) promover o desenvolvimento tecnológico. O sistema de livre mercado foi mantido, mas o governo cada vez mais se envolvia em negócios econômicos tanto do setor público quanto do privado (SONG, 2003, NAHM, 1996).

Durante o primeiro período do plano, a indústria de energia e as indústrias básicas, incluindo fertilizantes, cimento e refino de petróleo, foram desenvolvidas junto com as indústrias leves, principalmente de bens de consumo (TAE, 1974). A Coreia podia contar com a condição de aliada dos Estados Unidos para conseguir acesso ao mercado desse país (MELLO, 2000).

²³ Para uma análise da relação entre o fornecimento de infra-estrutura e o desenvolvimento econômico na Coreia do Sul, ver KIM (2006).

Além disso, o comércio mundial estava se expandindo muito no período, o que garantiu um ambiente externo altamente favorável para o crescimento das exportações das manufaturas coreanas (KANG, 2004).

As mudanças estruturais e o rápido crescimento que se seguiram foram frutos da estratégia de industrialização voltada para as exportações. Durante o período 1962-73, o valor real total das exportações aumentou em cerca de 30% por ano. Conseqüentemente, a proporção das exportações no PIB subiu de 6% em 1962 para 30% em 1973. A proporção de produtos industriais no total das exportações aumentou de 27% em 1962 para 86% em 1973 (LEE, 1996).

A estratégia de crescimento orientada para a exportação era apropriada para uma economia pequena e carente de recursos, mas abundante em trabalho que poderia ser facilmente mobilizada para produzir bens manufaturados leves (KANG, 2004). A Coréia possuía oferta de mão-de-obra semi-qualificada, já como fruto do investimento na educação primária realizado nos anos 1950 e mantido na década de 1960. Os salários eram relativamente baixos, o que compensava em parte a carência de capital (LIM, 2003). A substituição de importações, política adotada na década anterior, foi limitada devido ao pequeno tamanho do mercado doméstico e a grande exigência de capital (TAE, 1974).

Os resultados positivos da industrialização ganharam um título dos líderes do governo: “o milagre sob o Rio Han”. O desenvolvimento atraiu um crescente número de firmas estrangeiras que realizaram investimentos diretos (a maioria em *joint ventures*) na Coréia. Firms americanas, entre elas General Motors, Ford Motors, General Electric e Westinghouse, além de companhias do Japão, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, França, Holanda e Suíça estavam entre os investidores externos (NAHM, 1996).

Ciente da carência de recursos domésticos, o governo Park fez uso de pesados empréstimos externos como forma de financiar o ambicioso programa de desenvolvimento (LEE, 1996). O Banco de Desenvolvimento da Coréia disponibilizou crédito principalmente para indústrias manufatureiras chave, por meio de fundos do governo, recursos emprestados do Fundo de Investimento Nacional (NIF) e recursos externos. O Banco Exportação-Importação da Coréia financiou o comércio de médio e longo prazo. Os fundos necessários também foram mobilizados

por empréstimos do NIF e bancos domésticos ou estrangeiros (KANG, 2004). O governo dos Estados Unidos aprovou um empréstimo de US\$ 70 milhões para o primeiro trimestre de 1962²⁴ (NAHM, 1996).

O Banco da Coreia também passou a fornecer garantias de repagamento – sujeitas à aprovação do EPB e da Assembléia Nacional – para empréstimos externos a fim de atrair e garantir a totalidade necessária para a promoção da estratégia desenvolvimentista (KANG, 2004).

Animados pelas garantias do governo e pelo crescimento econômico subsequente, instituições financeiras estrangeiras expandiram seus empréstimos para as firmas coreanas e forneceram o capital necessário para os investimentos em projetos. As firmas coreanas, por sua vez, aumentaram fortemente a proporção de dívida, enquanto sua lucratividade declinava. O setor corporativo tornava-se, assim, cada vez mais vulnerável (LIM, 2003).

Em 1964, o governo desvalorizou a moeda doméstica em quase 100% em relação ao dólar americano (LEE, 1996). Promoveu, também, várias reformas, incluindo a comercial, em 1964, que permitiu generosa importação de peças e maquinaria para serem usadas para a produção de bens de exportação; a financeira, de setembro de 1965, que assumia taxas de juros positivas; a cambial de 1965, que normalizou as sobrevalorizadas taxas; e a fiscal, em 1965, que estabilizou os gastos do governo. Todas estas reformas se refletiriam no II PQDE e resultariam no rápido crescimento das exportações e do PIB e em estabilidade de preços. De fato, tanto o investimento privado quanto o público cresceram rapidamente, exigindo cada vez mais a expansão da poupança doméstica (SONG, 2003).

O I PQDE planejou uma taxa de crescimento de 7,1%. Procurava-se reduzir a taxa de desemprego de 24% em 1962 para 15% em 1966 e expandir o comércio. Dentre os projetos

²⁴ Enquanto entre 1961 e 1976, a Coreia dependia fortemente de ajuda externa para o investimento doméstico, o aumento na poupança doméstica capacitou o governo a reduzir sua dependência. A ajuda norte-americana caiu rapidamente após 1963. Entre 1953 e 1963, a Coreia recebeu US\$ 2.689 milhões em ajuda econômica dos Estados Unidos, mas entre 1964 e 1973 esse montante declinou para 920 milhões. Em 1964, ela recebeu US\$ 149,3 milhões; 51,2 milhões em 1971, US 10 milhões em 1974 e em 1976 o programa de ajuda econômica dos Estados Unidos terminou.

contidos no plano, destacam-se a implantação de uma grande fábrica de ferro e aço em Ulsan e uma de fertilizantes em cooperação com as corporações americanas. O plano antecipava que 44% dos recursos viriam dos Estados Unidos (NAHM, 1996).

Como a economia mostrou sinais de super aquecimento no final da década de 1960, o FMI lhe prescreveu um pacote de estabilização. Sob forte controle de crédito, os bancos comerciais não podiam fornecer recursos para firmas muito endividadas. No final de 1971, muitas firmas não podiam arcar com suas obrigações de débito, o que levou os líderes comerciais a pedirem ao governo a tomada de medidas extraordinárias, como a redução de impostos e expansão da oferta monetária. Em resposta, o governo lançou, em 3 de agosto de 1972, o Decreto Presidencial de Emergência para a Estabilidade Econômica e o Crescimento, determinando, entre outros, uma moratória imediata sobre o pagamento de toda a dívida corporativa e um rescalonamento dos empréstimos bancários a reduzidas taxas de juros. A moratória durou três anos, e todos os empréstimos foram renegociados para pagamento em cinco anos, com taxas de juros de 1,35% ao mês ou 16,2% ao ano (HAGGARD, LIM e KIM, 2003), enquanto a taxa prevalecente do mercado excedia a 40%. O Decreto Emergencial trouxe perdas para os emprestadores que cobravam taxas mais altas, mas deixaram os proprietários e os administradores de firmas intactos (LIM, 2003).

O II PQDE (1967-71) visava, principalmente, revitalizar as funções microeconômicas do governo – nominalmente, a promoção de uma eficiente alocação de recursos através das políticas agrícola, industrial, comercial e social. Buscava-se ainda: a) alcançar a auto-suficiência em fornecimento de alimentos; b) melhorar a posição da balança de pagamentos; c) gerar empregos; d) controlar o crescimento populacional; e) aumentar a renda das famílias residentes na área rural; f) melhorar a produtividade e; g) desenvolver a tecnologia (SONG, 2003).

Outra característica do II PQDE foi a continuidade do uso de mecanismos de incentivo, baseados no desempenho exportador, na contribuição à defesa nacional, na produtividade, na introdução de novos produtos ou promoção de pesquisa e desenvolvimento. A “recompensa” vinha em forma de autorização para expansão, aumentando ainda mais o porte dos conglomerados. Caso um *chaebol* decidisse entrar em áreas com maior risco, o governo

procurava compensá-lo com licenças para atuar também em setores mais lucrativos, resultando em crescente diversificação (FLEURY e FLEURY, 1997).

Tae (1972) sumariza o desempenho do desenvolvimento econômico da década de 1960 com as seguintes características: a) crescimento; b) construção e expansão de indústrias chaves; c) desenvolvimento do capital humano, através do amplo acesso à escolaridade formal, principalmente elementar; d) aumento das exportações; e) desenvolvimento agrícola²⁵; f) estabilização monetária; g) redução da taxa de crescimento populacional e; h) aumento do emprego. O PIB, em 1971, já era cerca de três vezes maior do que o de 1961 e as exportações aumentaram a uma taxa anual de 40% entre 1962 e 1971 (KANG, 2004).

Em 1970, a Coreia foi elevada ao status de um país recentemente industrializado²⁶ ou NIC. Neste mesmo ano, ultrapassou a Coreia do Norte em termos de renda per capita (HARVIE e LEE, 2003).

5.2.2 A Estratégia HCI

Vendo que a competitividade dos produtos manufaturados coreanos no mercado mundial declinava, Park optou por desenvolver um programa de industrialização pesada no início de 1973, firmemente mantido até 1979. O III PQDE (1972-6) enfatizou a promoção das indústrias pesadas e químicas, estratégia conhecida como *Heavy-Chemical Industrialization* ou HCI²⁷. A campanha foi lançada semanas após a promulgação da Constituição *Yushin*. Juntamente com ela, o sistema educacional deveria ser devidamente renovado, a fim de atender a demanda por mão-de-obra técnica (SETH, 2002).

25 Embora a participação do setor agrícola na composição do PIB tenha diminuído gradativamente no decorrer dos anos 60, de 40% do PIB em 1961 para menos de 30% em 1971 (TAE, 1972).

26 Tradução do termo *Newly Industrializing Country*.

27 As indústrias pesadas e químicas incluíam produtos como ferro e aço, metais não-ferrosos, construção naval, eletrônicos, fertilizantes, químicos, petroquímicos, cimento, automóveis e outros equipamentos pesados (CHENG e HAGGARD, 1987).

Park Hee acreditava que o deslocamento de indústrias intensivas em trabalho para intensivas em capital daria maior sustentabilidade ao crescimento econômico. Empréstimos externos para determinados setores, mesmo trazendo concentração interna, poderiam levar os campeões nacionais para mercados mundiais (CHENG e HAGGARD, 1987).

Em 1972, os órgãos públicos detinham 87% do valor agregado gerado no sistema financeiro, de maneira que o governo controlava mais de 2/3 dos recursos que se podiam investir no país, possibilitando o direcionamento dos recursos de acordo com sua política industrial. Os incentivos financeiros, fiscais, gastos públicos, liberalização de câmbio e importações também convergiam para os objetivos selecionados. O poder fiscal, financeiro e regulador das transações com o exterior pelo governo foi discricionariamente acionado, portanto (CANUTO, 1994). No final dos anos 1970, quase 80% de todos os investimentos eram canalizados para indústrias constantes na estratégia HCI, mas sua proporção no produto do setor manufatureiro girava em torno de 40%. Com o suporte financeiro, os principais *chaebol* mais do que dobraram sua participação no PIB entre 1973 a 1978 (LIM, 2003).

O crescimento dos *chaebol*, segundo Canuto (1994), só foi possível mediante elevadíssimas razões dívida/capital próprio. As receitas das atividades correntes eram usadas para a continuidade do aprendizado tecnológico²⁸ e para compor a parcela de recursos próprios em novos investimentos, ao invés do resgate das dívidas anteriores.

A Coreia gastou cerca de US\$ 681 milhões em *royalties* para importar *know-how* durante os anos 1962-1982, o que representou 47,4% de todo o investimento em negócios estrangeiros no período. Entre as 2.281 transferências de tecnologia, 1.287 vieram do Japão que, somadas à participação norte-americana, foram responsáveis por 80% dos casos de importação de *know-how* técnico (NAHM, 1996).

²⁸ Os *chaebol* mantinham programas de treinamento interno que visavam desenvolver o aprendizado tecnológico. Importava-se tecnologia estrangeira e executava-se a engenharia reversa (desmontagem e remontagem). A presença de técnicos japoneses contribuiu muito para a transferência de *know-how* (NAHM, 1996; CANUTO, 1994).

Mello (2000) acrescenta que a Coreia foi favorecida pela proximidade geográfica com o Japão e pelo conhecimento da língua, sendo beneficiada pelo traslado de empregos qualificados de firmas japonesas em fins de semana e pelas possibilidades de reprodução de plantas japonesas específicas.

Os trabalhadores foram encorajados a adquirir mais educação e treinamento. A competição global imposta pela orientação para fora forçou o governo e as firmas a investirem ativamente na acumulação de capital humano para a economia (MOSIÑO, 2002; LEE, 1996).

Mas, como bem analisa Canuto (1994), a educação técnica não se transforma automaticamente em qualificação produtiva. Os processos de produção unem elementos materiais e humanos. Em suas palavras:

“No caso da indústria pesada tardia, tipicamente o ritmo de aprendizado é uma variável que depende de intensidade do esforço local com assimilação, modificação e adaptação da tecnologia recebida, atividades estas que envolvem recursos e custos para as firmas, tais como equipes dedicadas ao estudo da engenharia de produção, alta remuneração da força de trabalho qualificada envolvida, treinamento de mão-de-obra, custos com tentativas e erros (...)” (CANUTO, 1994, p. 85-86).

Assim como exposto por Romer (1990), a mudança tecnológica, responsável pela sustentação do crescimento, depende de investimentos conscientes das firmas em treinamento e educação. O investimento em educação, segundo Freire-Serén (2001) pode contribuir no progresso técnico pela geração de inovações e pela difusão e adoção de novas tecnologias, afetando a produtividade (o chamado *rate effect*). Canuto (1994) deixa claro que, no caso coreano, estes investimentos envolveram uma série de itens que, juntos, levaram as empresas a avançarem tecnologicamente.

O aprendizado tecnológico local foi essencial para a industrialização pesada coreana, constituindo-se, de modo geral, na geração de capacidades tecnológicas locais de fabricação e na instauração de processos de “aprendizado reverso”. Exemplo disso foram as atividades de “montagem não-qualificada” nas zonas de processamento de exportações na primeira metade dos anos 70 que, gradualmente, foram sendo substituídas pelos bens de capital da “fabricação qualificada” da metal-mecânica. Outro exemplo, ainda apontado por Canuto (1994), foi a

siderurgia e a construção naval coreanas, que se apresentaram como grandes exportadores de produtos e de tecnologia.

O autor conclui que, sem o aprendizado coreano e sua obtenção de posições na concorrência internacional, nem a fase de exportações à base de mão-de-obra barata teria sido superada, nem o parque industrial pesado teria se desenvolvido consistentemente.

Antes de 1963, quando a renda per capita da Coreia era menos de US\$ 100 por ano, havia pouco excesso de renda para redistribuir dos mais para os menos afortunados. Assim, a função distributiva do governo se resumiu a prover aos mais pobres o atendimento de algumas necessidades básicas. Naquele tempo, não havia programas sistemáticos de transferência de renda na Coreia, tais como seguro de saúde nacional, programas de alimentação, ou seguridade social. Mas o rápido crescimento da economia causou uma crescente disparidade entre as classes econômicas, entre indústrias de exportação e domésticas, entre firmas de diferentes tamanhos e entre regiões. Como consequência, promover a equidade tornou-se prioridade tanto do III quanto do IV PQDE (SONG, 2003).

Embora a disparidade tenha piorado com o crescimento, a Coreia era – e ainda é – considerada um país com relativa equidade nesta variável. Esse fato propiciou que a maioria da população tivesse acesso à educação paga, tanto no nível secundário superior, quanto no terciário. O maior nível de escolaridade, por sua vez, pode contribuir na melhoria da distribuição de renda, ao proporcionar maiores salários aos trabalhadores mais qualificados, assim como defendido por Schultz (1973) e Langoni (1974). Esse fato foi visto na Coreia e será melhor exposto no sétimo capítulo deste trabalho, quando se verá, no entanto que, em anos recentes, a diferença salarial entre os formados no nível secundário e terciário tem, gradativamente, diminuído.

Outros objetivos do III PQDE foram: a) atingir a auto-suficiência em alimentação (objetivo também presente no plano anterior); b) melhorar a qualidade de vida nas regiões rurais; c) promover o aperfeiçoamento dos recursos humanos e da ciência e tecnologia; d) distribuir espacialmente as indústrias de forma eficiente e; e) melhorar o bem-estar da população em geral, distribuindo os frutos do desenvolvimento.

Embora a poupança tenha crescido substancialmente no período, ela não foi suficiente para financiar os investimentos domésticos. A diferença foi compensada pelos déficits em conta corrente que alcançaram a média de 4,0% do PIB durante o período 1962-73²⁹ (LEE, 1996). A administração da dívida passava a se constituir em um novo e prioritário objetivo político (SONG, 2003). A Tabela 5.1 mostra o crescimento da taxa de poupança privada e da dívida externa no período 1960-1980:

Tabela 5.1 – Taxa de poupança doméstica e dívida externa, Coreia do Sul, 1960-1980

Ano	Taxa de Poupança Doméstica [%]	Dívida Externa [US\$ milhões]
1960	2,9	-
1961	4,7	-
1962	4,8	-
1963	9,1	157
1964	8,3	177
1965	5,7	206
1966	9,1	392
1967	7,3	645
1968	9,0	1.199
1969	12,9	1.800
1970	12,2	2.245
1975	15,5	8.456
1980	19,5	27.170

Fonte: Banco da Coreia (1994, 1999), apud SONG (2003).

O alvo de crescimento anual de 8,6% para o III PQDE foi considerado conservador, necessário para garantir a estabilidade e equilíbrio. Mesmo assim, a inflação aumentava. Em 3 de agosto de 1972, foi lançado o “Decreto sobre Estabilidade Econômica e Crescimento”, com o objetivo de eliminar a inflação e reduzir o peso dos juros causados pela forte dependência de empréstimos (TAE, 1974).

Vários parques industriais e zonas *tax free* foram estabelecidas, a fim de atrair mais investimento externo, acelerar o desenvolvimento industrial e promover a economia em geral.

²⁹ Em 1982, a dívida coreana junto a credores estrangeiros (incluindo o Banco Mundial, o FMI, governos e firmas estrangeiras, especialmente, do Japão) atingiu US\$ 27,9 bilhões (NAHM, 1996).

Como resultado, grandes complexos industriais foram constituídos em Ulsan P’ohang, Masan, Kumi, Yōch’ōn e Ch’angwōn e corporações multi-empresariais emergiram, entre as quais estavam a Hyundai, Samsung, Daewoo e o Grupo Lucky. O complexo petro-químico em Ulsan, a construção naval da Hyundai em Ulsan e em outras na Ilha de Kōje, a planta cimenteira Ssangyong, em Samch’ōk, a Refinaria de Petróleo Honam e as plantas industriais automotivas, têxteis, eletrônicas, de fertilizantes químicos e muitas outras mudaram a feição do país, tornando a economia moderna e industrial. Em 1980, o setor primário respondia por 16,9% do PIB, a indústria, mineração e manufaturas, por 30,7% e o setor de serviços, por 52,4% (NAHM, 1996).

Em 1977, foi lançado o IV PQDE. Segundo Song (2003), as direções políticas principais foram: a) aumentar os investimentos em capital físico; b) equilibrar a Balança de Pagamentos; c) promover a reestruturação industrial e o aumento da competitividade internacional; d) expandir o emprego; e) melhorar a qualidade de vida da população; f) desenvolver a ciência e tecnologia; g) melhorar a distribuição de renda entre as famílias rurais e urbanas³⁰ e; g) melhorar a administração econômica e aperfeiçoar as instituições. Como visto, novamente a educação fazia parte do projeto de desenvolvimento, já que para desenvolver ciência e tecnologia, contava-se com a participação dos setores secundários e terciários de ensino. Segundo Cheng e Haggard (1987), foi concedido suporte financeiro às empresas que promovessem treinamento da mão-de-obra e pesquisa e desenvolvimento.

O governo organizou um sistema cooperativo entre educação vocacional e indústrias. O Centro de Treinamento para o Emprego estabeleceu um sistema de licenciamentos para instrutores industriais, e, em 1974, a Lei de Regulamentação do Treinamento Vocacional expandiu a escala de programas de treinamento industrial (SETH, 2002)

As maiores mudanças na política comercial durante o IV PQDE incluíram a expansão da “política de importações” (importações de bens necessários para a produção de bens de exportação), manutenção de taxas de câmbio mais realísticas, expansão dos subsídios e

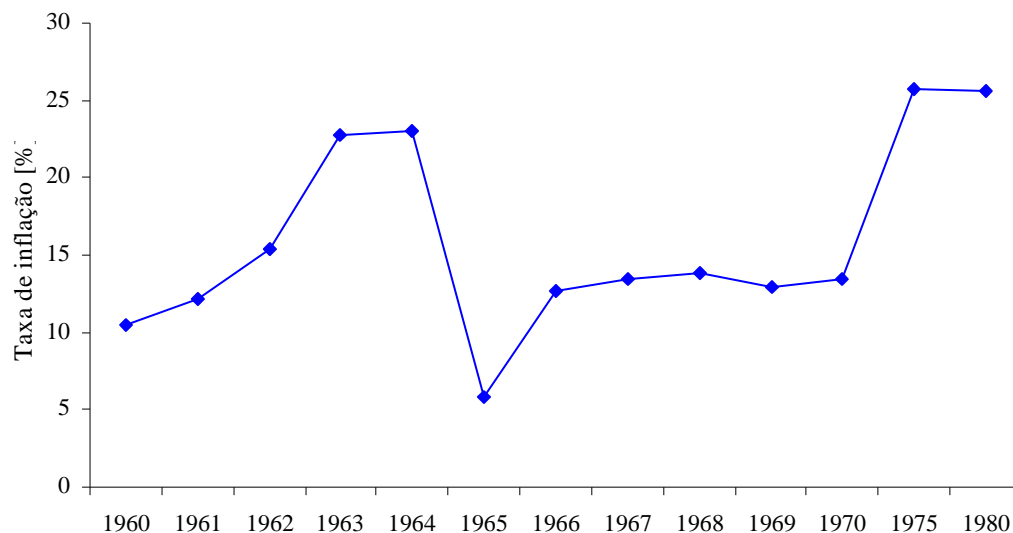
³⁰ O fato de o IV PQDE ter privilegiado aspectos relativos à qualidade de vida lhe deu o nome oficial de Plano Quinquenal de Desenvolvimento Sócio-Econômico (SONG, 2003).

empréstimos externos para firmas exportadoras e benefícios tributários para determinadas empresas (CHENG e HAGGARD, 1987). Segundo Canuto (1994), a transição para a industrialização pesada foi completada na década de 1970.

O crescimento do investimento exerceu pressão sobre os mercados de trabalho, particularmente nas categorias ocupacionais qualificadas. Os salários reais aumentaram fortemente entre 1976 a 1978, contribuindo para uma erosão da competitividade do país. A falta de planejamento das empresas e a demanda insuficiente resultaram em excesso de capacidade em várias indústrias pesadas (CHENG e HAGGARD, 1987).

Apesar da prioridade dada à estabilização dos planos de desenvolvimento, o *boom* dos investimentos gerou mais inflação. A primeira crise do petróleo agravou o problema, que pode ser visualizado no Gráfico 5.1 (KANG, 2004; SONG, 2003). No final dos anos 1970, a economia coreana apresentava sérios desequilíbrios macroeconômicos. A inflação acelerou ainda mais em função do segundo choque do petróleo. A Balança de Pagamentos se deteriorou, devido à diminuição das exportações.

Gráfico 5.1 – Taxa de inflação, Coreia do Sul, 1960-1980



Fonte: Banco da Coreia (1994, 1999), apud SONG (2003).

Em 1977, no auge do *boom*, oficiais do governo começaram a ver dificuldades no HCI e formularam alternativas para a reforma econômica. Reconhecendo que a inflação contribuiu para

o crescimento da oposição política conforme o crescimento ia ficando mais lento, Park concordou em lançar um plano de estabilização em abril de 1979, atrasando novos investimentos. Sua implantação foi temporariamente interrompida pela segunda crise do petróleo e pelo assassinato de Park em outubro daquele ano. No entanto, o regime de Chun Doo-hwan procurou dar-lhe continuidade, apesar de procurar estabelecer um curso político distintivo que consolidaria seu poder (CHENG e HAGGARD, 1987).

5.3 POLÍTICA EDUCACIONAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO PERÍODO 1961-1979

Como rapidamente mostrado, a educação fez parte dos objetivos desenvolvimentistas presentes nos Planos Quinquenais. Segundo Seth (2002), desde o primeiro ano no poder, o governo Park procurou coordenar a política educacional com a estratégia econômica. Para tanto, nos anos 1960 e 1970, deu continuidade à política adotada na década anterior, de conceder maior ênfase à educação vocacional e técnica, cujas qualificações ensinadas nas escolas atenderiam as necessidades da economia. O sistema de cotas na educação superior, instituído no governo de Syngman Rhe também foi mantido.

Mas a expansão educacional ocorria muito mais em função da demanda pública, o que chegou a restringir muitas vezes a política educacional do Estado. O governo Park e seu sucessor, Chun Doo-hwan (1980-1988), ainda que autoritários, não estavam totalmente livres da necessidade de manter um suporte popular, tampouco eram totalmente isolados das pressões daqueles que buscavam políticas educacionais que atendessem suas aspirações por avanço social e status.

A relação contrária é apontada por Lee (1996): o crescimento econômico contribuiu para o desenvolvimento educacional, conforme teorizado nos trabalhos de Freire-Serén (2001) e Bils e Klenov (1998), apresentados no segundo capítulo dessa dissertação. A estratégia HCI exigiu maior competitividade por parte das firmas que, portanto, demandavam trabalhadores mais produtivos e qualificados. O Primeiro Plano de Desenvolvimento Educacional (1962-1966), lançado para operar paralelamente ao I PQDE, apontava a qualificação da mão-de-obra como objetivo principal (KIM, 2001).

Para Lee (1974), o plano educacional apresentou fragilidades, devido à ausência de coordenação entre ministérios relacionados e insuficiente experiência. Pouca ênfase foi dada para a coordenação entre os diferentes níveis escolares e a factibilidade dos planos à luz das demandas e recursos financeiros.

Sob o regime de Park, a universalização do ensino elementar foi praticamente concluída. No final dos anos 1960, a educação primária tornou-se totalmente gratuita para crianças no grupo etário relevante (KIM, 2001) e os esforços do governo gradualmente foram mudando para o nível secundário. Em 1961, foram anunciados planos para estender a obrigatoriedade da educação para nove anos. Para tanto, o MOE planejou a abolição do exame da escola média em 1963, objetivo logo abandonado, pois parecia óbvio que o número de escolas médias existentes era inadequado (SETH, 2002). Procurou-se, ainda, reduzir o acesso aos níveis superiores. O sistema educacional seria claramente uma pirâmide, larga na base e progressivamente menor no topo (KIM, 2001).

Em 1967, foi lançado o I Plano Quinquenal da Educação³¹, completado em 1971, cuja prioridade foi a construção e a renovação de salas de aula e escolas. Foram fornecidos livros-texto gratuitamente para todos os estudantes de escola primária (KIM, 2001). As estruturas escolares, no entanto, ainda como herança da destruição da guerra, eram frágeis e insuficientes. Embora 65% do orçamento do MOE tenha sido alocado para a educação primária, a maior parte do recurso era despendido em salários. Poucas entre as nações mais pobres tinham tais proporções desfavoráveis entre professores/estudantes, conforme mostra a Tabela 5.2. Parte do problema foi devido a contínua expansão das matrículas durante aquela década, em grande medida, como resultado do crescimento da população em idade escolar (SETH, 2002).

³¹ Em 1966, o MOE tentou desenvolver um novo plano educacional de longo prazo, baseado na metodologia da Unesco, que considerava técnicas de preparação da força de trabalho. Mas o plano não logrou êxito, dada a falta de profissionais experientes, da ausência de projeções de longo prazo e da dificuldade em desenvolver os processos evolutivos pelos quais o sistema educacional deveria passar (LEE, 1974).

Tabela 5.2 – Quantidade de alunos por professor ao nível elementar em países selecionados, 1961

País	Quantidade de alunos por professor
Marrocos	20,8
Paraguai	30,1
Iraque	32,1
Índia	33,7
Tailândia	34,3
Irã	34,5
Venezuela	35,8
Peru	36,6
Paquistão	36,9
Filipinas	38,9
Indonésia	40,1
Equador	43,5
Turquia	50,4
Coréia do Sul	58,2

Fonte: United Nations Statistical Office (1962), apud SETH (2002).

Em 1962, a abertura de escolas primárias privadas foi legalizada, a fim de promover a expansão das estruturas escolares, mas com pouco resultado. As poucas escolas que abriram eram consideradas elitizadas, já que cobravam altas mensalidades para preparação especial para os exames de entrada na escola média. Somente após 1980, como resultado do programa estatal de planejamento familiar e a redução do número de crianças em idade escolar, os tamanhos das classes diminuiriam (SETH, 2002), como mostra a Tabela 5.3.

Até o final dos anos 1960, cada escola média e escola média superior, tanto pública quanto privada, selecionava estudantes através de um exame de entrada, o que gerava competição entre os alunos, principalmente no grau seis³², e estimulava a frequência em aulas particulares de reforço que, por sua vez, aumentava os gastos das famílias. Boa parte dos alunos que não conseguiam entrar nas escolas desejadas repetiam o grau seis a fim de se prepararem melhor para o próximo exame. A situação foi comumente chamada de *ipsi-jiok* (exame de entrada infernal). A

³² Ou seja, o sexto ano do nível elementar.

resposta do governo para esses problemas foi a política de equalização da escola secundária (SETH, 2002).

Tabela 5.3 – Quantidade de alunos por sala de aula, Coréia, 1960-1995

Ano	Escolas Elementares	Escolas Médias	Escolas Médias Superiores
1960	57,0	48,0	46,0
1965	65,4	60,7	57,1
1970	62,0	61,0	60,0
1975	56,7	64,5	58,6
1980	52,0	66,0	59,0
1985	44,7	61,7	56,9
1990	41,4	50,2	52,8
1995	36,4	48,2	47,9
1996	35,7	46,5	48,7
1997	35,1	43,6	49,3
1998	34,9	40,8	48,2
1999	35,4	38,9	46,2
2000	35,8	38,0	42,7
2001	35,6	37,3	39,7
2002	34,9	36,7	33,9
2003	33,9	34,8	33,1
2004	32,9	35,1	32,7
2005	31,8	35,3	32,7

Fonte: SETH (2002) e MOEHRD (2005)

Tentando evitar o deslocamento de famílias rurais para as cidades, o MOE determinou que a prestação de exames seria feita na cidade ou província do aluno. Apesar dos esforços, o objetivo não foi atingido satisfatoriamente. Em dezembro de 1961, a proporção candidato/vaga para as desejadas escolas secundárias em Seul estava cerca de 2 para 1, enquanto instituições consideradas inferiores pelos alunos e pais sequer preenchiam suas cotas (SETH, 2004).

Em seu Discurso Congressional Político de setembro de 1968, o presidente ressaltou a importância de: a) atingir consistência nas políticas educacionais; b) melhorar os sistemas de desenvolvimento de força de trabalho e; c) maximizar a efetividade dos custos dos investimentos em educação. Prometeu institucionalizar um plano educacional de longo prazo amplo para atingir estes objetivos. Em outubro de 1968, uma força tarefa foi organizada para começar o trabalho. O

plano foi desenvolvido em meio a críticas quanto a descontinuidade das políticas educacionais empreendidas nas duas décadas anteriores. O fato de o governo ter tido dezoito ministros da educação durante os vinte anos desde sua libertação do domínio japonês representou uma mudança contínua de direção, embora a literatura existente comprove uma coerência lógica com respeito à ênfase da educação elementar, a busca pela eliminação do analfabetismo e a restrição das matrículas ao nível superior (SETH, 2002).

Segundo Lee (1974), a atividade de planejamento nos outros ministérios estimulou o MOE a agir de acordo com o mesmo critério. O Ministério da Ciência e Tecnologia foi estabelecido em abril de 1967 e imediatamente formulou seu próprio projeto de vinte anos para projeção da oferta e demanda da força de trabalho para o período 1967-86. Em 1969, foi estabelecido o Conselho de Planejamento Educacional Amplo de Longo Prazo (CLEP) e o relatório preliminar do plano educacional foi publicado em abril de 1969³³. O ministro Hong, que sucedeu o ministro Kwon em abril de 1969, apoiou a manutenção do trabalho da CLEP até sua conclusão. O Plano de Desenvolvimento Educacional deveria ser executado entre 1972 e 1974. Entretanto, o CLEP acabou sendo dissolvido em julho de 1971, com a proclamação do Conselho de Política Educacional e o Plano de Desenvolvimento Educacional foi invalidado, restringindo-se a servir como principal fonte de referência para o planejamento das políticas seguintes³⁴ (LEE, 1974).

Em 5 de dezembro de 1968, foi promulgada a Carta Nacional da Educação, que definiu, entre outros, os objetivos de construir uma base espiritual para a regeneração do país e a promoção do conhecimento da história nacional e suas implicações. Por meio dela, o presidente pedia aos alunos lealdade e obediência à nação (SETH, 2002).

³³ Todas as fases deste plano educacional estão descritas em Lee (1974).

³⁴ Após esta experiência, o sistema educacional coreano passou a adotar o planejamento e projeção de longo prazo como parte de suas políticas. Evidência dessa mudança é encontrada nos planos locais de sub-sistemas de educação tais como o Plano de Desenvolvimento Educacional da Cidade Especial de Seul, 1972-86; o Plano de Oferta e Demanda de Professores da Escola Elementar e Secundária, 1972-86, preparado pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional Coreano pelos operadores de política do MOE e o Plano Geral de Desenvolvimento da Universidade Nacional de Seul (Lee, 1974).

O rápido crescimento econômico nos anos 1960 e 1970 levou a um investimento maior na educação. A percentagem do orçamento educacional no orçamento nacional aumentou de 15,2%, em 1960 para 23,2%, em 1980 (NAHM, 1996).

Em 1968, o governo aboliu o exame de entrada para as escolas médias³⁵ e introduziu um sistema de loterias, precedido pela realização de uma conferência intitulada “A Loteria do Sistema Escolar Provincial sem Exame para Admissão na Escola Média” (LEE, 1974). O sistema não se basearia mais no resultados dos testes, mas distribuiria aleatoriamente estudantes para as escolas, independentemente de serem públicas ou privadas³⁶, dentro de grandes distritos escolares designados a incluir tanto áreas ricas quanto áreas pobres das cidades, conforme os candidatos passassem em um exame de qualificação nacional. Enquanto grupos de estudantes e pais receberam bem a idéia (KIM, 2001), professores o criticaram por criar uma “mentalidade de jogo”. Apesar disso, ele foi reforçado em nome da equalização (SETH, 2004).

As escolas privadas foram beneficiadas com a nova política, e responderam rapidamente, aumentando sua capacidade. Antes da abolição do exame de entrada, algumas escolas médias privadas operaram abaixo da capacidade porque os pais não acreditavam na qualidade da educação fornecida (KIM, 2001). Para evitar que os pais enviassem seus filhos para distritos escolares onde as escolas consideradas melhores estavam alocadas, muitas escolas de prestígio foram simplesmente eliminadas (KIM e LEE, 2004).

A percentagem de graduados na escola primária que avançou para as escolas médias aumentou de 58,4% em 1969 para 95,7% em 1980. Política semelhante foi adotada para a escola média superior em 1973: abolição do exame de entrada e introdução do sistema aleatório de loterias (NAHM, 1996). Essas medidas acabaram por deslocar o foco da educação para o exame de entrada da faculdade (SETH, 2004).

³⁵ Para uma análise mais aprofundada sobre os antecedentes que determinaram a abolição do exame de entrada das escolas médias na Coreia, ver LEE (1974), p. 8-11.

³⁶ As escolas médias públicas e privadas cobravam o mesmo valor de mensalidades.

Em continuidade à política anterior, o governo introduziu, em 1974, a Política de Equalização da Escola Média Superior, que tinha por objetivo nivelar insumos educacionais, tais como gastos de operacionalização, tamanho das salas de aula e estruturas (KIM, 2001).

Em contraste aos esforços de limitar as matrículas universitárias, a política de expandir a educação secundária foi recebida pelo público com entusiasmo. O número de estudantes da escola média aumentou quatro vezes entre 1961 e 1980. A proporção de estudantes em idade própria neste nível aumentou de 33% em 1960 para 95% em 1980, com a maior parte do aumento concentrado na década de 1970. Em 1995, atingiria 99%. As matrículas da escola média superior aumentaram muito, mas menos dramaticamente e alcançariam 90% no final de 1990 (SETH, 2002).

Em agosto de 1972, foi fundado o Instituto de Desenvolvimento Educacional Coreano (KEDI), uma organização não lucrativa independente, cuja função primária é empreender reformas amplas e sistemáticas na educação, através de uma série de programas de pesquisa e desenvolvimento. Seus primeiros cinco anos de funcionamento contaram com um empréstimo de 7,5 milhões de dólares do governo americano (LEE, 1974). Candotti (2002) acrescenta que no início dos anos 1970, foi dado início aos programas de educação continuada para adultos³⁷.

5.3.1 Promoção da educação vocacional e técnica

Decidir entre a educação geral ou acadêmica e a vocacional é uma escolha difícil para muitos países em desenvolvimento. Na abordagem do capital humano, a educação geral cria um capital humano geral e a educação vocacional e técnica cria um capital humano específico (Becker, 1964, apud TILAK, 2002). A última tem a vantagem de dar ao estudante capacitações específicas, que podem tornar o trabalhador mais prontamente apto para uma dada atividade, tornando-o mais produtivo. Daí os sistemas de educação em muitos países incluem ambos os tipos de educação em proporções variadas (TILAK, 2002).

³⁷ Segundo Candotti (2002), a educação não-formal e continuada da Coreia abrange a educação pré-escolar, a educação proporcionada pelas escolas noturnas, os cursos à distância, as escolas técnicas e o programa de educação geral para idosos.

Esse subitem e o próximo são amplamente baseados em Seth (2002), haja vista ter esse autor em seu livro “*Education Fever*” exposto com bom grau de profundidade a ênfase do governo Park na educação vocacional e técnica, assim como a questão do estabelecimento do sistema de cotas no ensino superior.

Desde o início de sua ascensão ao poder, Park planejou reverter a tendência da escolaridade acadêmica e reorientá-la para o treinamento técnico, seguindo, também, o encorajamento dos conselheiros americanos, céticos quanto ao valor das escolas secundárias acadêmicas e das faculdades de artes. Assim, o Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Educacional apresentou um amplo programa para transformar a direção da instrução formal coreana. O plano pedia por uma mudança radical da proporção 5:3 de matrículas acadêmicas/vocacionais nas escolas secundárias para uma proporção 7:3 vocacionais/acadêmicas em 1966. Nos níveis superiores, drásticos cortes seriam feitos nas ciências humanas, artes, ciência social, direito e jornalismo, enquanto os campos científicos e técnicos seriam fortalecidos.

Nas décadas de 1960 e 1970, várias medidas foram tomadas visando promover a educação vocacional e técnica. Entre elas, destacam-se: a) a abertura de três escolas piloto vocacionais em 1962; b) o estabelecimento de centros vocacionais de treinamento de professores ligados a escolas de ciência e engenharia; c) a determinação, pelo MOE, de que todas as escolas vocacionais gastassem metade de seu tempo de aula em matérias vocacionais, d) a adição de matérias vocacionais nos exames de entrada no nível superior, a fim de forçar as escolas a lhes prestar atenção em sala de aula; e e) o aumento do número de horas dedicadas a matérias vocacionais em todos os níveis de escolaridade.

Em 1962, havia 338 escolas médias superiores acadêmicas com 199.000 estudantes e 283 escolas médias superiores agrícolas, técnicas e comerciais, com 124.000 estudantes – um aumento substancial sobre o ano anterior em favor da educação vocacional. No final do Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Educacional, em 1966, havia 397 escolas médias superiores acadêmicas com 259.000 estudantes e 337 escolas médias superiores vocacionais com 174.000 estudantes, ou seja, apenas uma percentagem um pouco maior de matrículas nas escolas secundárias vocacionais que no início do plano.

O governo introduziu alguns incentivos para induzir os formados da escola média superior na profissão de professor, visando atender a demanda crescente, quais sejam: a) emprego garantido nas faculdades públicas; b) aposentadoria aos 65 anos de idade; e c) desobrigatoriedade da prestação do serviço militar. Nos anos 1960, foram criados os centros de treinamento temporário de seis meses para professores, fechados no final de 1970, quando a oferta de professores excedeu a demanda (KIM, 2001).

Considerando os baixos resultados, em 1965, o presidente Park foi mais enfático em pedir pela transformação da educação, que deveria ser dirigida para o desenvolvimento econômico. Ele criticava a excessiva presença de matérias de arte e ciências, determinando que, aos poucos, elas fossem substituídas por matérias vocacionais e de tecnologia avançada. Em 1968, determinou-se que os candidatos ao ensino superior deveriam selecionar uma matéria técnica ou vocacional para o exame de entrada, junto com as exigências padrão de língua coreana, ciência social, ciência natural e inglês. Mas o esforço também não atingiu seus objetivos. Considerando ser apenas mais uma matéria do exame de entrada, as escolas ainda dedicavam a maior parte do tempo em aula ministrando matérias padrão.

Apesar da clara direção do governo, os objetivos das medidas foram seguidamente frustrados por alguns motivos. Primeiro, os investimentos durante o I e II PQDE foram insuficientes. A estrutura das escolas vocacionais deixava muito a desejar. Em 1966, apenas cerca de 1.800 dos 8.000 professores necessários para os 174.000 estudantes das 337 escolas vocacionais estavam disponíveis. Segundo, a tentativa do MOE em converter escolas acadêmicas em instituições vocacionais não teve sucesso pela forte resistência à interferência em sua administração. As escolas lutavam para preservar seu status de instituições acadêmicas preparatórias para as faculdades. Terceiro, a promoção da educação vocacional e técnica criava tensão dentro de boa parte da sociedade, pois entendia-se que a possibilidade de ascensão social das crianças pela educação estava sendo ameaçada pela restrição da educação acadêmica. Poucos coreanos queriam ser meros técnicos. Assim, sofrendo pressões populares, o MOE fez centenas de pequenas concessões para escolas acadêmicas individuais, permitindo que estas aumentassem suas matrículas além das cotas.

Em 1970-71, uma equipe da Universidade da Flórida, trabalhando com o Instituto Central de Pesquisa Educacional, criticou fortemente a educação vocacional e técnica, pois entenderam que não estava atingindo seus objetivos. O treinamento vocacional deveria estar relacionado exclusivamente com empregos específicos, já que se verificava insuficiência de mão-de-obra qualificada. A forte ligação entre planos educacionais e econômicos se tornou mais importante durante o III PQDE (1972-1976), sendo uma de suas metas a promoção e o aperfeiçoamento de recursos humanos e da ciência e tecnologia (KIM, 2001). A proporção do orçamento alocado para a educação vocacional dobrou entre 1970 e 1979 (SETH, 2002).

Uma oferta estável de mão-de-obra técnica passou a ser considerada pelo governo como um fator crítico para o sucesso de indústrias pesadas e químicas de larga escala, o que o motivou a investir na construção de mais escolas médias superiores vocacionais e técnicas. Para prover mais educação especializada, escolas técnicas de cinco anos foram reorganizadas em faculdades júnior de dois a três anos no final dos anos 1970, mas a matrícula registrada ficou bem abaixo do planejado (KIM, 2001).

Seth (2002) relata que uma grande inovação ocorreu em 1973, quando o Estado lançou a Lei de Promoção da Educação Industrial, tentando reorientar as escolas médias superiores vocacionais para as necessidades industriais, através da sistematização de programas de treinamento no trabalho. Escolas vocacionais deveriam dedicar 70% de seu tempo de aula para matérias vocacionais. Os estudantes precisavam despende de dois a seis meses de seus primeiros dois anos treinando em uma indústria e no mínimo quatro meses de seu terceiro ano no chão de fábrica. Escolas médias superiores técnicas foram encorajadas a se especializarem em maquinaria, eletrônica, engenharia mecânica e áreas correlatas, a fim de atender as qualificações demandadas pelas indústrias-alvo. Um exame nacional de qualificação técnica foi instituído em 1978, e todos aqueles que esperavam graduar-se tinham que demonstrar sua competência nas áreas técnicas.

Mas novamente o resultado destas políticas foi misto. O plano para revitalizar a educação técnica também apresentou resultados abaixo das expectativas do governo. Os homens de negócio coreanos não estavam muito entusiasmados com os centros de treinamento, o que levou o governo a impor penalidades sobre firmas com mais de 300 funcionários que não tivessem

implantado programas de treinamento, durante o período de vigência do IV PQDE (1977-1981). Muitas firmas, entretanto, preferiam pagar as multas à estabelecer esses programas. E aqueles que estavam em funcionamento freqüentemente eram inadequados. Considerando a rápida mudança das necessidades da indústria, muitos estudiosos do assunto começaram a ter dúvidas quanto a efetividade da educação vocacional.

O maior problema, no entanto, permanecia sendo a resistência pública. Os próprios empregadores mostravam preferência por graduados em escolas não vocacionais, já que as qualificações técnicas poderiam ser adquiridas no próprio emprego, nem sempre pelos treinamentos impostos pelo governo no ambiente da empresa, mas pela própria experiência diária. Jovens continuavam esperançosos em passar em um exame de entrada para a universidade, mesmo quando matriculados em escolas vocacionais. No início dos anos 70, as escolas médias superiores acadêmicas ainda preenchiam suas vagas mais rapidamente do que as escolas vocacionais. Em 1980, havia somente 76.000 estudantes nas escolas médias superiores vocacionais, comparados com os 932.000 das escolas acadêmicas. A regulamentação do governo forçava escolas técnicas a realizar treinamentos práticos intensivos, mas isso somente as tornava mais impopulares.

De acordo com a Teoria do Capital Humano, de Gary S. Becker (1964), apresentada no segundo capítulo desta dissertação, há três formas pelas quais os indivíduos podem adquirir qualificações: a) por meio do treinamento geral; b) através do treinamento específico e; c) pela escolaridade formal. O ensino vocacional e técnico tem, na Coréia, o propósito de servir como um local de aprendizado prático, acelerando o processo de capacitação, ou seja, ele se constituiria, ao mesmo tempo, em escolaridade formal e em treinamento específico (já que os estudantes deveriam realizar práticas intensivas nas empresas), na concepção de Becker. Espera-se que, após receber treinamento, o indivíduo possa prestar seus serviços técnicos assim que é contratado. Mas a constatação, por empresários coreanos, de que o treinamento vocacional era, muitas vezes, inadequado e, pela maioria dos alunos, de que ele não os encaminharia a profissões de status e prestígio, resultou em resultados abaixo do esperado pelo governo. Isso não anula a contribuição do ensino vocacional, mas no mínimo, põe em cheque a priorização a ela concedida, como sendo a melhor forma de usar a educação para contribuir no projeto de desenvolvimento econômico. Pelo menos é o que se vê na sociedade coreana, que tem arraigado em sua cultura o

entendimento de que o ensino acadêmico é melhor, a universidade é o alvo, e status e prestígio são as conseqüências.

Um dos obstáculos na tentativa de coordenar o desenvolvimento educacional com o planejamento econômico foi a ausência de um planejamento educacional de longo prazo. Enquanto a política educacional geral mantinha características consistentes – por exemplo, desenvolvimento seqüencial, ênfase na educação básica universal, currículo nacional uniforme, e treinamento continuado de professores – na prática, os detalhes dos planos específicos tendiam a ser feitos *ad hoc* e eram, com freqüência, subseqüentemente modificados ou abandonados. Tal situação foi agravada com as curtas posses dos ministros da educação.

5.3.2 A educação superior

Ainda segundo Seth (2002), em linha com o objetivo de promover crescimento econômico pelo fornecimento de mão-de-obra técnica às indústrias, o governo usou o sistema de cotas da educação superior como forma de aumentar a qualificação técnica e vocacional. O ano acadêmico de 1962 deveria oferecer somente 16.691 vagas para novos alunos. Isso significava que somente 20% dos graduados da escola média superior entrariam em faculdades ou universidades. Para efetivar estes planos, muitos departamentos em universidades foram fundidos ou eliminados e doze universidades privadas e faculdades receberam ordem para fechar em dezembro de 1961.

Educadores saudaram a forte redução na educação superior com desânimo. Um grupo de conselheiros da Universidade de Minnessota tinha prevenido que tal redução prejudicaria o país no desenvolvimento de longo prazo. Tais alertas foram inicialmente ignorados. Entretanto, em algumas semanas, o regime começou a mostrar sinais de falhas em seu compromisso de cortar matrículas. Faculdades foram reabertas em 1962 e as cotas das faculdades também foram continuamente aumentando.

Pouco antes, no final de 1961, outra tentativa do governo de reduzir a quantidade de graduados foi feita pela imposição de um exame nacional de qualificação para graus de bacharelado. Este exame visava examinar estudantes, excluindo aqueles considerados inaptos,

pressionando pela melhoria da qualidade de ensino das universidades e pela redução do excessivo número de graduados.

O exame criou dificuldades imediatas para a administração. Foi recebido com grande ceticismo pela imprensa, com oposição dos administradores das faculdades, e com esporádicas demonstrações e chamadas de boicote pelos estudantes. De um total de 25.700 graduados, 7.242 boicotaram a prova de 1962. Em um primeiro momento, o governo repreendeu verbalmente estes estudantes, mas a maioria acabou sendo permitida a se formar. Considerando a forte pressão de estudantes e escolas, em 1963, a administração o aboliu (SETH, 2002).

Outro exame preliminar nacional foi instituído pelo MOE, em 1966, também visando garantir a desqualificação de estudantes considerados incompetentes. Por meio da aprovação neste exame, 50% da cota existente seria preenchida. Faculdades e universidades deveriam fazer sua seleção entre os que tivessem passado. Apesar de receber menos oposição do que o de bacharelado, o exame trouxe dificuldades para evitar que escolas aceitassem mais estudantes do que o permitido. Várias tentativas de negar graus aos estudantes que tinham sido matriculados além das cotas foram abandonadas. Assim, os esforços para eliminar o número excessivo de graduados não teve êxito. No final de 1966, havia 98 faculdades e universidades e 164.205 estudantes estimados – 28.238 acima da cota do governo de 115.967, praticamente o dobro do plano original de limitar o número de estudantes na educação superior de 62.000 em 1966 (LEE, 1974; SETH, 2002).

As escolas estiveram sob pressão financeira para aumentar matrículas já que 80% de toda a renda para faculdade privada e universidades vinham das mensalidades. Além disso, os oficiais das escolas estavam sujeitos a grandes pressões e subornos dos pais. Os próprios oficiais do governo usavam sua influência e praticavam o suborno a fim de levar seus filhos às escolas desejadas. As escolas privadas contavam com um terço de das matrículas da escola média e da escola média superior vocacional, metade das escolas superiores acadêmicas e 3/4 da educação superior. Em 1962, 36 das 48 faculdades nacionais e universidades eram privadas, sendo concentradas nas cidades. Cerca de 70% de todos os estudantes das faculdades e universidades estavam concentrados em Seul, e destes, 90% em escolas privadas. Institutos públicos de ensino superior estavam mais concentrados em áreas provinciais. Embora menos organizados, os

institutos privados formavam outra grande indústria comprometida com a perpetuação do sistema educacional existente. O montante de dinheiro envolvido na escolarização era considerável e tornava a educação o maior setor isolado da economia coreana no início dos anos 1960 após a agricultura. Esse fato evidencia a importância da educação no crescimento econômico, aqui não pela relação entre o fornecimento de mão-de-obra para a indústria, mas pela renda diretamente gerada pelo setor.

As escolas privadas frequentemente ignoravam as recomendações do MOE quanto a obrigatoriedade de cortar as admissões extras³⁸. Um levantamento realizado em 1966 em dezessete faculdades privadas e universidades encontrou 76.631 estudantes, sendo que as cotas permitidas eram de 38.576³⁹ (SETH, 2002).

Os oficiais do EPB consideravam as cotas para 1968 muito altas e sugeriram um corte de 5%. Park, então, lançou o Decreto Presidencial para Regulação de Cotas de Estudantes e o Decreto para o Registro de Graus. Em julho do mesmo ano, o MOE iniciou a condução de uma série de inspeções em instituições de ensino superior para checar se havia estudantes admitidos ilegalmente, encontrando quatro escolas que admitiram, juntas, 821 alunos além das cotas. A Assembléia Nacional empreendeu uma investigação sobre as violações de cotas, que concluiu que os números eram pequenos, frequentemente envolvendo estudantes de famílias ricas ou influentes. Os dias de crescimento incontrolado pareciam estar acabando.

³⁸ A presidente da Universidade Feminina Ewha Kim Ok-kil, abertamente desafiou a cota e em 1965 matriculou 40% mais estudantes do que o permitido. O ministro da educação, Yun Chon-ju, entendeu que seus esforços para conter o crescimento da educação superior falhariam se as cotas não fossem reforçadas. Conseqüentemente, ele ameaçou a fechar a universidade se os estudantes extras não fossem desligados. A escola não atendeu. Depois de mais de um ano de confrontação, a disputa terminou com um compromisso da Universidade em submeter as listas ao MOE a partir dali, mas nenhum estudante ou membro funcionário foi penalizado por ter violado a cota (SETH, 2002).

³⁹ A Universidade de Hanyang, por exemplo, tinha 13.875 estudantes embora a cota fosse de somente 3.421; a Universidade Budista Tongguk e a Universidade Confuciana Songgyun'gwan tinham cada qual mais de 6.000 matriculados embora suas cotas respectivas eram de 3.130 e 2.494 (SETH, 2002).

As faculdades e universidades ainda continuaram a matricular estudantes acima da cota permitida, mas em proporção menor do que antes. Em 1970, o MOE determinou que todas as faculdades e universidades submetessem listas do alunado para checar possíveis violações, mas nenhum dos institutos nacionais de ensino superior cumpriu a determinação. Mesmo sob a fase mais autoritária do *Yushin*, não houve mudança significativa da atitude das faculdades. O governo permitiu apenas modestos aumentos nas cotas, levando a protestos de universidades e grupos de pais (SETH, 2002).

Para controlar a expansão do nível superior, cotas de matrícula foram estabelecidas para cada universidade ao nível departamental, provocando ampla discrepância entre a demanda de mercado e a oferta entre diferentes disciplinas. Durante os anos 1970, o governo Park tentou acomodar a demanda crescente pela educação superior com a oferta de escolas técnicas e por correspondência (LEE, 1974).

A política de restrição de vagas do ensino superior permaneceu até o final dos anos 1970, mas sofreria forte alteração na década seguinte (KIM, 2001).

O Estado coreano se mostrava forte suficiente para manter uma estrutura seqüencial e piramidal para a educação nacional, mesmo com freqüentes distorções da pirâmide. Mas o esforço para prevenir uma sobre-oferta de graduados na educação superior contribuiu para reforçar a característica central do planejamento educacional, qual seja, a preocupação com os exames de entrada. O governo foi capaz de dirigir a educação para as necessidades desenvolvimentistas somente a grandes custos políticos. O problema criado pelo número crescente de competição pela entrada na universidade, ao longo das tentativas do Estado de impor políticas educacionais de cima para baixo, contribuiu para o descontentamento da nação. O novo governo de Chun Doo-hwan, menos certo de sua legitimidade, foi mais relutante em desafiar a demanda pública (SETH, 2002).

5.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO E A EDUCAÇÃO NA ERA PARK

A relação entre educação e desenvolvimento econômico é mais clara no período do governo Park. Os primeiros quatro planos quinquenais de desenvolvimento econômico visavam, sobretudo, promover a industrialização orientada para as exportações, o que exigiu esforços no sentido de aprimorar o desenvolvimento educacional com vistas a atender as demandas de mão-de-obra qualificada.

No período anterior, as indústrias eram intensivas em trabalho e, portanto, demandavam baixa qualificação da mão-de-obra. Isso colaborou para que o governo tivesse clareza quanto à necessidade de investir principalmente no nível elementar. O êxito fora tão grande que, mesmo com as estruturas frágeis e inadequadas do pós-guerra e os problemas da super lotação de salas, a universalização foi atingida. Já na era Park, os planos de desenvolvimento previam forte crescimento econômico, que seria gerado pela expansão de indústrias pesadas e químicas, o que demandou trabalhadores com níveis maiores de qualificação.

Em continuidade com a era Rhe, a educação permaneceu sendo usada para transmitir as ideologias do Estado e para realizar campanhas em favor de programas ou visões do governo. Foram promovidas campanhas anti-comunistas e de levantamento de fundos para a defesa nacional. Essas atitudes, altamente impopulares e criticadas, acabaram treinando alunos e professores como oponentes políticos que, em intensidade cada vez maior, atingiriam seu ápice no governo de Chun Doo-hwan, no bojo da transição democrática da Coreia.

A fim de promover uma ligação mais direta entre o setor educacional e a indústria, o governo procurou estimular a educação vocacional e técnica, que acabou esbarrando na forte oposição dos pais e alunos, que não se contentavam em níveis médios de escolaridade já que, segundo seu parecer, não eram suficientes para lhes proporcionar o avanço social desejado nem uma carreira profissional promissora. O jogo de forças contrárias teve resultados mistos, visivelmente a favor das demandas da população: o governo não conseguiu atingir as proporções desejadas de formados nas escolas vocacionais e técnicas em relação à quantidade de formados nas escolas acadêmicas, mas reduziu temporariamente o número de matriculados no ensino

superior, outra política visada para conter o excesso de oferta de graduados. Entretanto, a pressão exercida por alunos, professores e pais surtiu efeitos junto ao MOE, já que este recorrentemente permitiu a ampliação das cotas, tanto das escolas de maior prestígio ao nível secundário, quanto de várias instituições de nível superior.

Este capítulo também apresentou outra relação importante, agora entre o aprendizado e o desenvolvimento tecnológico. Canuto (1994) apresenta uma análise aprofundada sobre a importância da absorção, pelas firmas coreanas, de técnicas e *know-how* estrangeiro, que permitiu aos trabalhadores somarem sua qualificação formal com o aprendizado prático e assim, no conjunto, desenvolverem avanços tecnológicos imprescindíveis para o sucesso da estratégia de industrialização pesada. A tentativa, por parte do governo, de promover educação vocacional e técnica, certamente se baseava nestas experiências de sucesso. Lhe parecia muito mais certo que trabalhadores com qualificações técnicas contribuiriam diretamente para o crescimento de suas empresas e, de forma agregada, do país como um todo, pela promoção da melhoria tecnológica. Embora o período também tenha assistido a um grande aumento de salários, aos pais e estudantes coreanos, parecia sempre ser possível atingir melhores carreiras e futuros profissionais mais promissores se alcançassem os graus universitários. Daí a decisão do governo de restringir muito menos o crescimento de cursos superiores de engenharia, por exemplo. Era uma forma de tentar conciliar seus interesses com a visão popular.

Os esforços no sentido de tornar o sistema educacional sujeito aos planos quinquenais confirmam a hipótese deste trabalho de que o governo, realmente, deu prioridade à educação como forma de contribuir para o desenvolvimento do país. O aumento dos gastos com educação vocacional é uma prova disso. Não obstante, há que se considerar que o setor privado permaneceu exercendo um papel fundamental na expansão da educação, não somente porque a maior parte das escolas secundárias e até mesmo superiores eram privadas, mas também pela continuidade da prática do tutoriamento privado, vista pelos pais e estudantes como indispensável para a entrada no nível superior. Esse fato combinado com o pagamento de várias taxas, mensalidades e materiais extras tornou os gastos com o ensino mais pesados para as famílias do que para o governo. Como se verá nos próximos capítulos, essa tendência até o presente ainda não se reverteu.

6 O GOVERNO MILITAR DE CHUN DOO-HWAN: 1980-1987

6.1 MUDANÇAS POLÍTICAS

Em 12 de Dezembro de 1979, um golpe encabeçado pelo Major General Chun Doo-hwan declarou o regime militar. A Assembléia Nacional foi dissolvida e os partidos políticos banidos por quase um ano (BAKER, 2004). Entre o assassinato de Park e a consolidação do poder de Chun Doo-hwan, a Coréia do Sul experimentou um período de abertura comumente referido como a Primavera de Seul (SETH, 2002).

Manifestações de estudantes universitários e sindicatos trabalhistas cada vez mais apoiadas pela classe média aumentaram. Em 18 de maio de 1980, uma confrontação estourou na cidade de Kwangju entre estudantes da Universidade Nacional de Chonnam, protestando contra seu fechamento. Chun respondeu enviando tropas, que brutalmente barraram o movimento, matando dezenas. O incidente veio a ser conhecido como o Massacre de Kwangju. Choe Kyuhah, mantido presidente mesmo na declaração do regime militar, renuncia. Terminava a curta Primavera de Seul (SETH, 2002).

Apesar de seu início, o novo governo prometeu um processo gradual de democratização. Em outubro de 1980, propôs que uma emenda à Constituição criando a Quinta República fosse adotada por um referendo nacional sob o regime militar. Ela incluiria revisões acerca do poder presidencial e um aumento na autonomia da legislatura. Entretanto, após referendada e promulgada, a nova estrutura constitucional acabou mantendo largamente continuidade com a antiga, com o poder concentrado nas mãos do executivo (SHIN e PARK, 2003). O presidente seria eleito indiretamente para um período de sete anos (BAKER, 2004), por um colégio eleitoral formado de delegados afiliados em partidos nacionais. Chun Doo-hwan concorreu para presidente sob o novo sistema em fevereiro de 1981. Já que os políticos mais conhecidos no país tinham sido presos ou exilados (incluindo Kim Dae-jung, que tinha tentado conspirar contra o governo), não surpreende que Chun tenha ganhado 90% do voto eleitoral (CHENG e HAGGARD, 1987).

A Assembléia Nacional unicameral seria, no entanto, composta por membros eleitos diretamente⁴⁰. Essa mudança constitucional forneceu novas oportunidades para a oposição mobilizar apoio (CHENG e HAGGARD, 1987). Mas na Coréia pré-democrática, eram os tecnocratas e burocratas, e não os representantes eleitos, que desempenhavam o papel principal no processo de tomada de decisões políticas⁴¹ (SHIN e PARK, 2003).

Apesar do fato de Chun ter subido ao poder através de um *coup d'état*, ele tentou desenvolver uma imagem populista. Sob a influência de oficiais radicais, o governo enfatizou o arrancar da corrupção através de uma campanha de “purificação social”, que incluía o expurgo de oficiais e funcionários do governo considerados suspeitos (CHENG e HAGGARD, 1987).

Em todo o período do governo Chun, houve crescentes manifestações estudantis. Baseados no marxismo, na teoria da dependência latino-americana e na propaganda norte coreana - contida pelo governo - os estudantes diziam que, assim como Park, Chun estava sendo muito influenciado pelos interesses das grandes empresas e de estrangeiros. No início dos anos 1980, uma onda de anti-americanismo entrou na linguagem do protesto estudantil. Os Estados Unidos foram responsabilizados não somente pela manutenção do regime militar na Coréia, mas também pelos problemas econômicos do país e pela divisão política da península (CHENG e HAGGARD, 1987). Chun se comprometeu a trabalhar pela transferência pacífica de poder ao final de seu período de governo (BAKER, 2004).

O movimento estudantil dos anos 1980 assumiu um tom cada vez mais anti-americano e anti-capitalista. O Incidente de Kwangju trouxe hostilidade ainda maior dos estudantes contra os Estados Unidos. Embora os Estados Unidos não fossem diretamente responsáveis pelo incidente, o fato de as tropas da Coréia estarem tecnicamente sob o Comando Combinado de Forças Americanas os tornava moralmente responsabilizados, na visão dos estudantes. Os radicais viam a elite militar e industrial como instrumentos do imperialismo capitalista dos Estados Unidos e do Japão. Essa posição era especialmente ameaçadora para o Estado sul-coreano, já que ele dependia

⁴⁰ Sob o sistema *Yushin*, Park tinha autoridade para nomear 1/3 dos membros (CHENG e HAGGARD, 1987).

⁴¹ Para uma análise comparativa do processo de democratização da Coréia do Sul e de Taiwan, ver CHUNG (2002).

dos Estados Unidos para defendê-lo e de seus mercados para manter seu crescimento econômico (SETH, 2002).

Segundo Cheng e Haggard (1987), esforços do governo para projetar uma imagem clara foram abafados por uma série de escândalos financeiros, em 1983. Em 1986, a grande dívida externa, muito ampliada na década de 1980, levou a intensas críticas, inclusive por parte dos estudantes, de que os pesados empréstimos contraídos tinham servido a fins políticos e que a administração Chun estaria colocando a Coreia na trajetória da América Latina. Os protestos em campus e a atividade de oposição aumentaram muito. Suas energias focaram-se na emenda constitucional que promoveria eleições diretas para presidente, que até o momento eram escolhidos indiretamente.

O chamado “novo radicalismo” não esteve limitado a lutas e protestos nos campus universitários. Em novembro de 1985, alguns estudantes ocuparam os escritórios da Câmara Americana de Comércio em Seul. Invadiram também a Biblioteca do Serviço de Informação dos Estados Unidos e ameaçavam atacar a embaixada americana. Em 1986, seis estudantes cometeram suicídio como uma forma de protesto político. Talvez o mais chocante para a opinião pública coreana tenham sido as várias auto-imolações de estudantes que protestavam contra o regime de Chun. Elas sugeriam o crescente fanatismo dos jovens e a tendência de aterrorizar o público antes do que ganhar sua simpatia (SETH, 2002; BAKER, 2004).

A tortura até a morte de um estudante pela polícia em janeiro de 1987 provocou nova onda de protestos. Em 13 de abril de 1987, Chun rejeitou as demandas por uma eleição presidencial aberta e anunciou que o governo apontava o Conselho de Unificação Nacional para a seleção do novo presidente. O herdeiro designado foi o ex-general Roh Tae-woo, um líder no golpe que tinha levado Chun ao poder e que agora era o líder do comitê encarregado da preparação das Olimpíadas de Seul de 1988 (SETH, 2002).

Em junho, o país chegou perto do caos. Em face aos extensivos protestos, da possível realocação das Olimpíadas, da pressão americana e do exemplo vívido de mudança revolucionária nas Filipinas, Chun gradualmente foi deixando o conselho da linha-dura de sua administração (BAKER, 2004). Em 4 de junho, concordou com uma emenda à Constituição. Um

referendo poderia ser feito em 1987. Debates centravam sobre a escolha do sistema: presidencialista ou parlamentarista (CHENG e HAGGARD, 1987).

Roh lançou uma declaração, em 29 de Junho de 1987, dando suporte às eleições livres, a libertação da maioria dos prisioneiros políticos e a abolição da censura no rádio e na imprensa. A longa resistência ao autoritarismo culminava com a redemocratização do país. Naquele ano, a Assembléia Nacional promoveu um referendo nacional que, em 12 de outubro de 1987, aprovou a nova versão revisada com 93% dos votos. Ela incluía, entre outros, a eleição direta de presidentes para um único mandato de cinco anos; um reforço no papel da Assembléia Nacional que previa uma ação mais presente na fiscalização dos atos do executivo, incluindo o direito ao *impeachment* do presidente; a abolição dos poderes do presidente para lançar decretos de emergência e dissolver o parlamento; a neutralidade política das forças armadas e a reafirmação dos direitos civis. A Constituição ainda protegeu os partidos políticos contra seu desfazimento pela ação governamental arbitrária. Ela tomaria efeito a partir de 25 de fevereiro de 1988, quando o novo presidente, eleito pelo voto direto, tomasse posse (CANDOTTI, 2002; SHIN e PARK, 2003).

6.2 MUDANÇAS ECONÔMICAS

No início da década de 1980, o crescimento da economia coreana era lento, e chegou a ser negativo no ano de 1980 (-4,8%), como fruto do segundo choque do petróleo e da recessão mundial que se seguiu. Em busca da aceleração do crescimento econômico, o governo novamente priorizou a promoção de exportações. A necessidade de expandir a poupança doméstica também crescia, dado o aumento da dívida externa (SONG, 2003).

Tecnocratas atribuíam o declínio da competitividade ao rápido aumento de salários do final dos anos 1970. Como resposta, em 1981, foi determinado que os salários do setor público serviriam como guia para os aumentos do setor privado. Esta política foi reforçada pelo setor bancário estatal, que recusava crédito para firmas que promovessem substanciais aumentos salariais (CHENG e HAGGARD, 1987).

A ação do governo contra o trabalho não foi limitada à checagem dos aumentos salariais. Uma série de ações objetivava mudar a estrutura do movimento trabalhista e aumentar a capacidade do governo em intervir em suas disputas. A estrutura do movimento foi severamente alterada, incluindo a descentralização e ameaça de dissolução dos sindicatos individuais. Como na era Park, o novo governo procurou prevenir a formação de alianças entre grupos que poderiam desafiar o regime (CHENG e HAGGARD, 1987).

Em 1982, foi lançado o Quinto Plano Quinquenal, que tinha como objetivo principal alcançar a estabilidade econômica. Além dessa meta, ele apresentava as seguintes: a) aumento da competitividade das indústrias pesadas; b) melhoria da política agrícola; c) superação das restrições energéticas; d) desenvolvimento das instituições financeiras; e) reajuste das funções do governo e racionalização da administração fiscal; f) solidificação do sistema competitivo e promoção da abertura comercial; g) desenvolvimento da força de trabalho e promoção da ciência e tecnologia; h) estabelecimento de novas relações de trabalho; e i) expansão do desenvolvimento social (SONG, 2003).

A taxa de poupança doméstica deveria ser aumentada de 21,9% para 29,6% até 1986 e as despesas fiscais deveriam ser reduzidas. Uma reforma tributária seria empreendida para melhorar a distribuição de renda (SONG, 2003).

A parceria de risco entre o governo, os bancos e os *chaebol*, estabelecida já na administração Park, tinha atingido o objetivo de garantir recursos para abastecer a industrialização da economia. Mas no início dos anos 1980, suas limitações começaram a aparecer, levando o presidente Chun Doo-hwan a tentar mudar a direção intervencionista (MO, 2000).

Pressão doméstica e externa pela liberalização e democratização estava começando a forçar o governo a abandonar alguns importantes instrumentos de política usados para motivar e disciplinar firmas privadas. Muitos tecnocratas advogaram uma transição para um sistema mais orientado para o mercado (LIM, 2003). A política de empréstimo subsidiada vigente na década anterior foi praticamente eliminada sob o programa de liberalização do mercado, que incluiu, ainda, a redução do controle do Ministério das Finanças sobre o gerenciamento dos bancos

comerciais, a desregulamentação parcial dos investimentos externos e aceleração da liberação das importações (LEE, 1996). O comércio foi liberalizado, o que incluía a abertura dos mercados domésticos e a redução nos subsídios de exportação (HARVIE e LEE, 2003). Kwon (1997) aponta, no contexto do autoritarismo político dos anos 1980, a liberalização econômica acabou amplificando o poder dos *chaebol* e piorando a disparidade entre setores.

A combinação do *boom* do final dos anos 1970 com os esforços subseqüentes para estabilização e ajuste criou problemas políticos. Durante o *big push*, a concentração de empresas aumentou dramaticamente porque as maiores firmas eram vistas como agentes necessários para atingir o crescimento nos setores industriais pesados e químicos. O desempenho da economia nacional dependia do sucesso de grupo relativamente pequeno de conglomerados muito grandes (CHENG e HAGGARD, 1987). Para Canuto (1994), a centralização da propriedade dos ativos produtivos nos *chaebol* ultradiversificados e o fato de seu faturamento crescer mais rápido que o PNB tornou a Coreia uma das economias mais concentradas do mundo.

Isso levou o governo Chun a tentar promover a diminuição da concentração de mercado, pelo encorajamento do crescimento das pequenas e médias empresas (HARVIE e LEE, 2003).

O V PQDE (1982-1986) foi o primeiro plano que dava atenção explícita ao desenvolvimento social e o reconhecimento de que a distribuição de renda na Coreia tinha piorado durante os anos 1970 (CHENG e HAGGARD, 1987; MO, 2000).

A recessão mundial e a crise da dívida externa dos anos 1980⁴² causada pela explosão dos juros nos Estados Unidos e pela absorção da liquidez mundial por esta economia teve reflexos não somente na Coreia, como também em todas as NICs asiáticas. Em 1983, a recuperação do crescimento norte-americano trouxe a possibilidade de os parques industriais retomarem seu dinamismo na exportação de manufaturados (CANUTO, 1994). O ambiente externo favorável que se seguiu, particularmente pelo iene japonês forte, resultou em rápido crescimento das

⁴² A dívida externa do nível de 35,8% do PIB em 1979 para 53,9% em 1985 (CANUTO, 1991, apud CANUTO, 1994).

exportações e razoável superávit na conta corrente. O superávit, entretanto, trouxe mais pressão externa pela abertura do mercado doméstico e apreciação do won coreano (KANG, 2004).

O excesso de investimento em algumas áreas se agravou (KANG, 2004). Problemas com excesso de capacidade apresentaram-se em vários setores, como na petroquímica, na maquinaria pesada, na construção civil, em alguns metais não-ferrosos e na navegação (CANUTO, 1994). Seis destes setores problemáticos foram reorganizados, por determinação do Estado, que também direcionou negociações em torno de fusões, especializações em segmentos distintos de mercado ou simplesmente saída de firmas (CANUTO, 1994). Os bancos estatais iniciaram cortes de crédito para as maiores firmas coreanas, embora suas dificuldades financeiras fossem, em grande medida, devido às próprias políticas do governo (CHENG e HAGGARD, 1987).

Empréstimos foram deslocados para pequenas e médias empresas e para indústrias leves. Houve alteração na política tributária em 1982, com extinção de taxas preferenciais, redução gradual de vários subsídios fiscais, privatização de muitas empresas públicas, mudança dos controles diretos monetários para indiretos, redução do empréstimo externo e melhoria da administração da taxa de câmbio (SONG, 2003).

A ênfase dos novos setores deslocou o suporte do governo para um novo grupo de indústrias estratégicas de alta tecnologia com menor capital e necessidade de energia. Em 1983, o Ministério do Comércio e Indústria anunciou que iria escolher produtores específicos para dar suporte na manufatura de noventa e seis componentes – uma estratégia auto-consciente de forjar ligações para trás, como visto em Taiwan. Ele ainda baniu todas as importações de computadores e equipamentos periféricos que poderiam ser produzidos localmente. Prioridade para importação de computadores médios e grandes foi dada para fornecedores que oferecessem treinamento em transferência de tecnologia. O Estado se envolveu no processo por meio de instituições designadas para dar suporte à indústria, garantir a internalização da transferência de tecnologia e promover a pesquisa e desenvolvimento⁴³ (CHENG e HAGGARD, 1987).

⁴³ A indústria de softwares coreanos, por exemplo, foi assistida pelo Instituto de Pesquisa de Engenharia de Sistemas sob os auspícios do Instituto Avançado de Ciência e Tecnologia Coreano (CHENG e HAGGARD, 1987).

A política do governo sob Park tinha contribuído para o grande endividamento de muitas das principais firmas (CANUTO, 1994). Como consequência, houve uma correspondente erosão dos portfólios dos bancos estatais. Os esforços do governo Chun para liberalizar importações, para privatizar e liberalizar o setor financeiro estatal e para redirecionar o crédito para fora das maiores firmas foram parcialmente prejudicados pela fragilidade das grandes empresas. A Federação das Indústrias Coreanas, representante das maiores firmas, chamava por uma continuação do suporte do governo e cautela na implantação das reformas que pudessem afetar adversamente a posição competitiva internacional do país. Em 1985, o governo se viu obrigado a criar um fundo massivo no Banco da Coreia para evitar a falência e a quebra de bancos (CHENG e HAGGARD, 1987).

Entretanto, pouco tempo depois, o governo permitiu que um *chaebol* inviável entrasse em falência, não fornecendo as garantias tão usadas na era Park. As instituições financeiras sob menor controle do governo e dos capitalistas industriais, estavam livres para tomar decisões sobre a concessão de empréstimos. Lim (2003) considera que o governo, dessa maneira, estava redefinindo seu papel na economia, optando por focar na política de competição e regulação prudente em vez de simplesmente alocar recursos financeiros de acordo com seus objetivos políticos industriais. Segundo sua análise, o governo parou de fornecer a direção e a garantia para as firmas privadas, limitando-se a estabelecer e reforçar as “regras do jogo”. Mas essa visão não é compartilhada por Canuto (1994). Para ele, na posição de credor ou de regulador, o Estado permaneceu ocupando papel central na montagem e reestruturação de setores. O caráter de prestador de última instância permanecia.

As metas previstas pelo governo relativas a estabilização e ao crescimento - aumento das exportações, poupança e emprego – foram atingidas e algumas, superadas. As taxas de inflação e desemprego caíram, e as taxas de crescimento do PNB e de poupança cresceram, assim como o montante de exportações, como mostra a Tabela 6.1.

Tabela 6.1 – Indicadores de crescimento, Coréia do Sul, 1980-1987

Ano	Taxa de Crescimento do PNB [%]	Exportações [US\$ milhões]	Taxa de Poupança Privada [%]	Taxa de Inflação [%]	Taxa de Desemprego [%]
1980	-4,8	17.214	18	25,6	5,2
1985	5,4	26.442	23,7	4,1	4
1986	12,3	33.913	27,8	2,7	3,8
1987	12,8	46.244	30,8	3,7	3,1

Fonte: SONG (2003).

A reestruturação econômica coreana, segundo Canuto (1994), foi fruto de um padrão global de comércio triangular. Os maiores consumidores de produtos coreanos eram os Estados Unidos e, em segundo lugar, o Japão. Mas, pelo fato de a Coréia também ser um forte importador dos produtos japoneses, ela combinou déficits comerciais com o Japão aos saldos comerciais crescentes com os Estados Unidos.

Graças aos saldos comerciais japoneses com seus principais parceiros, às pressões protecionistas nesses mercados e ao baixo desemprego no Japão, tornou-se estratégico para seus conglomerados uma transferência de produtos da metal-mecânica – considerados de segunda linha – para áreas circunvizinhas. Mesmo repassando tecnologia para outras firmas, inclusive coreanas, eles continuariam a fruir lucros indiretamente via componentes, equipamentos e licenciamento. A partir de 1985, a substituição de produtos japoneses por coreanos foi acelerada, tornando a complementaridade, pelo lado japonês, próxima de seu limite. A valorização do iene (50%) – maior do que a do won sul-coreano (20%) – em relação ao dólar em 1985-87, o rápido aprendizado tecnológico das firmas coreanas e ainda, o protecionismo mais acentuado sobre o Japão, abriram oportunidades importantes de expansão aproveitadas pelos *chaebol*. O crescimento econômico subsequente pôde ser visto na Tabela 6.1.

Com os bons resultados, a direção da política no VI PQDE (1987-91) focou sobre a eficiência da competitividade internacional. Procurou-se reduzir a intervenção do governo na economia, objetivo manifesto pela drástica redução da regulamentação governamental, que restringia o crescimento das empresas. A liberalização das finanças, importações e trocas comerciais seriam aprofundadas.

As metas do VI PQDE foram bem coerentes com as necessidades e fragilidades identificadas no período de execução do V PQDE: a) expansão do emprego; b) estabilidade de preços; c) geração de superávits na balança de pagamentos e redução da dívida externa; d) reestruturação industrial e desenvolvimento tecnológico; e) desenvolvimento regional e rural equilibrado; f) melhoria do bem-estar nacional através da melhoria da equidade social; e g) promoção do sistema econômico de mercado e reajuste das funções governamentais (SONG, 2003).

6.3 EDUCAÇÃO NO GOVERNO CHUN

6.3.1 A defesa pela educação democrática e a continuidade da “educação espiritual”

A principal marca do período 1980-1987 na educação foi de caráter político. As diversas manifestações estudantis a favor da democratização do país forneceram o pano de fundo para a emergência de movimentos pela reforma geral da educação.

Seth (2002) descreve como se deu esse processo. Chun Doo-hwan não cessou o forte controle político sobre as escolas, mas manteve as práticas autoritárias do presidente Park. O ex-general lançou outra campanha de “purificação da educação”, em 1980, para desligar das escolas e faculdades estudantes revoltosos. A campanha removeu estudantes ativos politicamente (e alguns professores) e breiou as organizações políticas estudantis.

Em 1981, insatisfeitos com a natureza autoritária do Estado, desencantados com a obsessão pelo desenvolvimento econômico e reclamando da ausência de um sistema de seguridade social para os pobres, um grupo de professores formou uma associação, pedindo por uma reforma geral que permitisse: a) maior autonomia para as escolas; b) descentralização do sistema educacional; c) fim da prática de mobilizar estudantes e professores para manifestações pró-governo; d) fim dos treinamentos militares e da “educação espiritual” e; e) reforma na educação superior, incluindo democratização da administração. Em maio de 1986, 800 professores expulsos pelo governo lançaram a “Declaração da Democratização da Educação”, que iria influenciar significativamente o curso da educação coreana na década seguinte. Ela pedia por: a) neutralidade política da educação; b) proteção dos professores contra a demissão e

transferências arbitrárias; c) autonomia local e; d) proteção dos direitos dos professores. O movimento foi baseado na crença de que a democratização da educação era inseparável do processo da democratização da sociedade.

Pouco tempo depois, o MOE anunciou que permitiria todos os 750 estudantes que tinham sido expulsos das universidades pelas atividades anti-governo retornassem e o treinamento militar seria reduzido de 4 para 2 horas por semana.

Em 27 de setembro de 1987, em meio às eleições presidenciais, a primeira organização formal foi criada, a Associação Nacional de Professores, na faculdade Teológica Han'guk.

Os oficiais da administração estabeleceram que a educação deveria enfatizar mais a ética, significando, na prática, mais doutrinação anti-comunista em todos os níveis, especialmente na escola média superior e nas faculdades. O MOE estabeleceu departamentos de ética nacional nas faculdades de professores. Assim, Chun mantinha a ampla dose de conteúdo ideológico que tinha caracterizado a educação coreana desde a década de 1950. A prática da mobilização de estudantes para propósitos políticos persistiu, apesar do banimento declarando durante a primavera de Seul.

6.3.2 O enfraquecimento da educação vocacional e a expansão do ensino superior

Entre 1950 e 1980, o governo direcionou recursos principalmente para a educação primária e, em menor proporção, para a secundária. Na educação superior, porém, confiou fortemente no financiamento privado e não propôs qualquer política visando igualar a qualidade das universidades, como tinha feito naqueles níveis. Mas a forte regulação sobre todos os aspectos da educação superior, incluindo o valor das mensalidades, o número de estudantes que podiam ser matriculados, a política dos professores (re-contratação e idade de aposentadoria, por exemplo) e o procedimento de admissão de estudantes que as universidades poderiam usar foi mantida (KIM e LEE, 2004).

A educação vocacional enfraqueceu nos anos 1980. Sob o presidente Chun Doo-hwan, a matrícula nas escolas médias superiores acadêmicas cresceu mais rápido do que nas escolas vocacionais, conforme mostra a Tabela 6.2. A Comissão Presidencial para a Reafirmação

Educacional, em 1985, teve o mesmo entendimento que Park tinha tido 20 anos antes: para que a educação técnica e vocacional florescesse, o sistema educacional criado entre 1949 e 1951 tinha que ser mudado. Sugeriu, então, que o sistema escolar 6-3-3-4 fosse substituído por uma estrutura 5-3-4-4. Sob tal modelo, a escola média superior teria quatro anos, e após dois anos os estudantes poderiam decidir continuar seus estudos na educação vocacional ou universitária. Esse sistema era mais flexível e parecia encorajar mais a educação vocacional, mas havia problemas técnicos para sua implementação, sendo que o principal era garantir que as já superlotadas escolas secundárias absorvessem os estudantes extras. Mas o principal problema, como no passado, foi a resistência popular, que manifestada desde o anúncio do plano, desencorajou o governo Chun de levá-lo adiante (SETH, 2002). O resultado foi uma diminuição das matrículas vocacionais entre 1985 e 1990.

Tabela 6.2 – Matrículas nas escolas médias superiores acadêmicas e vocacionais, Coreia do Sul, 1961-1995

(Em milhares)		
Ano	Escolas Médias Superiores Acadêmicas	Escolas Médias Superiores Vocacionais
1961	180	102
1965	254	172
1970	315	275
1975	648	474
1980	932	764
1985	1.266	885
1990	1.490	810
1995	1.246	911

Fonte: MOE (1971, 1981 e 1996), apud SETH (2002).

As prioridades educacionais no contexto do V PQDE foram estabelecidas não somente em função da economia, mas também por fatores sociais. Na década de 1980, algumas reformas educacionais foram empreendidas com o objetivo de diminuir os problemas sociais associados com a severa competição para a entrada nas faculdades. Em particular, elas procuraram reduzir o tutoriamento privado, já muito alto e representando um alto custo financeiro para as famílias. Mas, como será visto no capítulo seguinte, essa política não logrou êxito, haja vista ter o custo educacional com ensino extra privado aumentado muito na década de 1990 (KIM, 2001).

Os esforços do governo no sentido de reduzir o número de estudantes do nível superior começaram a ser deixados de lado nos anos 1980, quando o Estado resolveu atender a demanda pública e permitir que as matrículas aumentassem e que novas instituições privadas fossem abertas. Essa mudança também foi motivada pela tentativa de aliviar a pressão dos exames de entrada e dos gastos com aulas extras (KIM e LEE, 2004). Em 1982, foi instituída uma taxa educacional provisória – transformada em permanente em 1992 - para financiar parte da educação pública (CANDOTTI, 2002). Como resultado, a expansão da educação superior nas décadas de 1980 e 1990 foi muito alta. As matrículas subiram de 615.000 em 1980 para 1.490.000 em 1990 (SETH, 2002).

O sistema de cotas foi alterado de Sistema de Cotas de Admissão para o Sistema de Cotas de Graduação, sob o qual uma faculdade era autorizada a, por exemplo, admitir 130 estudantes, mas tinha que desligar 30 deles durante o curso (KIM, 2001). A cota de graduação foi muito impopular entre professores e administradores universitários, assim como entre estudantes. Pela dificuldade em manter essa política, o governo a abandonou poucos anos depois, resultando em novo aumento nas cotas de admissão (KIM e LEE, 2004).

A percentagem de estudantes do ensino médio que avançaram para as faculdades nos anos 1980 foi a segunda maior do mundo após os Estados Unidos. Esse fato foi possibilitado pela relativa igualdade de renda, que, mesmo tendo piorado nos anos 1970 e 1980, ainda permitia que a maior parte dos pais arcasse com os custos do ensino terciário (HARVIE e LEE, 2003).

6.3.3 A relação entre educação formal e capacitação prática

Como visto no capítulo anterior, Canuto (1994) levanta a relevante questão da relação entre a educação formal e a capacitação prática requerida pelas empresas coreanas para transformar os conhecimentos em habilidades e capacitações capazes de produzir avanço tecnológico. O autor considera que o perfil educacional da população coreana foi um dos elementos responsáveis pela rápida absorção de tecnologia. Entretanto, a educação formal não anula a necessidade do aprendizado operacional, inovativo e local, pois não se transforma automaticamente em capacitações e habilidades úteis ao trabalho sem antes ter passado por experiências concretas de produção e esforços de inovação – prevalecendo tal fato mesmo para as

“novas tecnologias”, mais baseadas na ciência do que nunca. Para ele, não há qualificação produtiva sem o exercício das correspondentes atividades.

De certa forma, a busca pelo governo do treinamento técnico direto nas empresas, embora impopular entre os estudantes, tinha esse objetivo. Mas a insistente reclamação de que essa direção não levaria os estudantes aos níveis pretendidos, e portanto, não seriam suficientes para a mobilidade social desejada, levou o governo Chun a permitir o aumento da oferta do nível superior.

6.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO GOVERNO CHUN

Na Coreia pré-democrática, a questão educacional ganhou um cunho mais político. Os protestos contra o regime militar e a favor da democratização do país se uniram às manifestações em prol da “democratização da educação”. Os professores e alunos, já cansados do intervencionismo do governo em questões relacionadas à autonomia das escolas, ao direito de sindicalizar e formar grupos dissidentes, ao treinamento militar e à doutrinação política, uniram-se para demonstrar claramente sua insatisfação. Os resultados de todos estes esforços – embora não seja objetivo dessa dissertação apresentar todos os fatores que influenciaram na transição para a democracia na Coreia, já que isso envolve a inserção de outras variáveis que fogem ao escopo desse trabalho – poderão ser mais bem vistos no capítulo seguinte, onde o governo dirigiu e permitiu várias mudanças na ênfase do ensino. Mas uma mudança importante já verificada no período do governo Chun foi a permissão de que a iniciativa privada aumentasse suas vagas e implantasse mais estabelecimentos de ensino superior para atender a demanda sempre crescente pelo ensino superior.

A política de aumentar as vagas no ensino superior teve um efeito direto sobre a educação vocacional e técnica. Historicamente impopular entre estudantes e pais, sempre que possível, os alunos a evitavam, preferindo uma vaga nas faculdades e universidades. Com o aumento da oferta de vagas, naturalmente o crescimento do ensino vocacional diminuiu, ao passo que o aumento das matrículas no nível superior aumentou consideravelmente.

Em relação ao crescimento econômico, é importante destacar que a Coreia, assim como a maioria dos países do mundo, sofreu com a recessão mundial, causada principalmente pelo segundo choque do petróleo no final dos anos 1970. Para recuperar a trajetória de crescimento, o governo insistiu na política de exportações, contando principalmente com as compras de seu principal parceiro comercial, os Estados Unidos. O dirigismo começava a apresentar sinais de mudança, pela aceitação, pelo governo, de que a economia deveria seguir as leis do mercado. Mas os reflexos das políticas adotadas por Park Hee na década anterior foram muito sentidos na alta concentração de mercado e na alta proporção de dívida/capital próprio dos *chaebol*.

O sistema educacional ainda deveria, na visão do governo, preparar trabalhadores para a recuperação da trajetória de crescimento econômico. O V PQDE traçou como um de seus objetivos a capacitação da mão-de-obra e o desenvolvimento tecnológico. Possuir mão-de-obra qualificada foi um fator importante para garantir o sucesso da absorção de tecnologia estrangeira. Nesse sentido, é possível afirmar que o governo escolheu permitir que a iniciativa privada desse continuidade na seqüencialidade da evolução do nível geral de escolaridade.

Ora, considerando: a) que a maioria dos alunos e pais não eram simpatizantes da educação vocacional e técnica; b) que havia uma grande demanda pelo ensino superior; c) que o governo e as firmas necessitavam contar com uma força de trabalho qualificada suficientemente para absorver, reproduzir e desenvolver tecnologia e assim promover exportações de produtos intensivos em conhecimento e, portanto, de maior valor agregado; d) a prontidão da iniciativa privada em suprir a falta de vagas na educação superior e por fim; e) a disposição dos pais em arcar com os custos desse nível; a opção seguida foi permitir sua expansão. Assim, o resultado foi uma oferta de trabalhadores com qualificações em nível terciário, que seria indispensável para o salto tecnológico que a Coreia daria nos anos 1980 e 1990, levando o governo a mirar realisticamente o alcance do status de “economia do conhecimento”.

Apesar de constar no V PQDE que a qualificação da força-de-trabalho era uma das metas do projeto de desenvolvimento nacional do período, a principal mudança educacional, qual seja, a expansão das matrículas em nível superior, possibilitada pela permissão, por parte do governo, de que mais instituições particulares fossem abertas, foi muito mais fruto da demanda popular e da

colaboração da iniciativa privada. A hipótese deste trabalho, de que o governo teria dado prioridade à educação em todo o período, só é vista aqui de forma parcial, portanto.

7 O PERÍODO DEMOCRÁTICO: 1987-2006

7.1 MUDANÇAS POLÍTICAS

Com os protestos pró-democracia de 1987, a nova emenda constitucional que daria origem à Sexta República foi aprovada com 93% no referendo nacional de 28 de outubro, tomando efeito a partir de 25 de fevereiro de 1988, quando o novo presidente tomaria posse para um mandato único de cinco anos. O primeiro ministro seria indicado por ele, com o consentimento da Assembléia Nacional. Esta seria composta de no mínimo 200 membros⁴⁴ eleitos para um mandato de quatro anos, podendo haver reeleições.

Nas eleições de 1987, os dois principais líderes de oposição, Kim Young-sam e Kim Dae-jung, concorreram separadamente, contra um terceiro candidato de oposição, Kim Jong-pil, e assim espalhando o voto anti-governo. Roh Tae-woo venceu com 35,7% dos votos, enquanto os outros candidatos, Kim Dae-jung e Kim-Young-sam receberam 27,5% e 26,5%, respectivamente. No ano seguinte, os partidos de oposição ganharam maioria substancial na Assembléia Nacional. Sob Roh, a mídia era mais livre, os trabalhadores podiam se organizar independentemente do controle do governo e os candidatos de oposição podiam lançar programas de rádio (SETH, 2002).

Mas a nova Constituição ainda manteve a possibilidade da implantação do regime militar. Em seu artigo 77, estabelece situações que a justificariam: a) para manter a segurança pública e a ordem em tempo de guerra e b) em caso de conflitos armados ou emergências nacionais semelhantes. Sob o regime militar extraordinário, medidas especiais podem ser tomadas no sentido de restringir a liberdade de comunicação, imprensa, assembléia e associação, e os poderes do Executivo e do Judiciário. O regime pode ser estabelecido desde que obtenha o voto da maioria dos membros da Assembléia Nacional (KOREA, REPUBLIC OF, 1987).

⁴⁴ Atualmente conta com 299 (BAKER, 2004).

As eleições de 1992 tiveram três candidatos principais. O vencedor, Kim Young-sam era moderado. Durante sua administração, trabalhou para institucionalizar a democracia, tomando uma série de medidas para desencorajar o envolvimento militar na política, reduzir a corrupção no meio executivo e reforçar o sistema legislativo através da autonomia local e das reformas eleitorais. Ele foi o primeiro presidente eleito na história da República da Coreia sem qualquer ligação com os regimes militares (CANDOTTI, 2002).

Uma das ações políticas mais notáveis do governo de Kim foi o julgamento público dos ex-presidentes Chun Doo-hwan e Roh Tae-woo, acusados de corrupção política, acumulação ilegal de riqueza por meio de subornos e traição no golpe de 1979, que resultou no massacre de Kwangju, em 1980 (BAKER, 2004). Chun chegou a ser condenado à morte, pena mais tarde convertida em prisão perpétua (CANDOTTI, 2002).

O governo Kim procurou promover reformas que submetessem o controle político do país à participação popular e que consolidassem o regime democrático recém-instalado. Entre elas, destaca-se a reforma política, que procurou remover da administração pública burocratas e militares. Entretanto, após suspeitas de envolvimento de colaboradores e familiares em casos de corrupção e de escândalos políticos envolvendo os três filhos do presidente, sua autoridade rapidamente se enfraqueceu (CANDOTTI, 2002; SHIN e PARK, 2003).

Em 1997, venceu o candidato da oposição, Kim Dae-jung. Essa foi a primeira transferência de governo entre partidos na Coreia de forma pacífica. O presidente eleito procurou implementar uma política de engajamento com a Coreia do Norte⁴⁵, promovendo a abertura do diálogo norte-sul. Ponto alto dessa política foi a conversa com o líder norte coreano Kim Jong-il, pelo qual Kim Dae-jung recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 2000. Entretanto, a eficácia dessa ação foi quebrada pelas alegações de corrupção.

A crise financeira de 1997 trouxe a tona uma questão antiga. No passado, os governos militares buscavam legitimar seu poder argumentando que os governos civis tinham se mostrado

⁴⁵ Política conhecida como “*Sunshine Policy*” (BAKER, 2004)

incapazes de resolver efetivamente as questões econômicas. Mas o governo pôde lidar com a crise sem a necessidade de recorrer às tendências centralizadoras, reforçando a maturidade da transição democrática (BAKER, 2004).

Havia três forças políticas que exerciam influência sobre o governo nos anos pós instauração da democracia: os *chaebol*, os sindicatos trabalhistas e a burocracia econômica. A influência dos grandes conglomerados se deu pela sua força econômica adquirida no período da política de incentivo seletivo do governo de Park. Mexer nas estruturas anti-competitivas⁴⁶ era muito difícil, pois representaria alterar os próprios fundamentos do crescimento econômico coreano. Os sindicatos trabalhistas, ganhando força no movimento democrático, desejavam organizar suas próprias associações regionais e industriais em vez de participar das associações sancionadas pelo governo. Entretanto, conforme suas táticas iam se tornando mais radicais, o movimento começou a perder apoio público. A idéia de reforma trabalhista recíproca, isto é, mais direitos trabalhistas por uma maior flexibilidade no mercado de trabalho, ganhou suporte nos círculos políticos. Por último, a burocracia econômica tem tido poderosa influência sobre a alocação de crédito e recursos na Coreia. Apesar da pouca experiência com o uso de sofisticados instrumentos financeiros, os burocratas gerenciavam os mercados financeiros coreanos e foram responsáveis por consideráveis falhas regulatórias com respeito às instituições financeiras não-bancárias e a administração da política cambial (MO, 2000). Apenas na presença da crise econômica é que a Coreia começou a fazer progressos substanciais no sentido de definir sua direção política com menos influência destes atores (LIM, 2003).

Kim Dae-jung rapidamente procurou estabilizar os mercados financeiros, o que envolvia tarefas múltiplas. Primeiro, o governo deveria fechar ou fundir instituições financeiras insolventes e reforçar a base de capital daquelas que eram viáveis, o que requeria disponibilidade de empréstimos e re-capitalização através de fundos públicos ou de investimento externo. Segundo, o sistema regulatório necessitava ser reformado para garantir transparência e responsabilidade das instituições. Terceiro, a desregulamentação e a liberalização de mercados

⁴⁶ Anti-competitiva internamente, pois no mercado internacional, os *chaebol* constituíram-se como fonte principal de competitividade do país (MO, 2000).

financeiros eram importantes para induzir o investimento estrangeiro assim como para demonstrar a capacidade do presidente em conduzir uma reforma financeira (MO, 2000).

Na eleição de 19 de dezembro de 2002, o povo coreano, pela primeira vez, elegeu um candidato da oposição, relativamente novo e liberal, Roh Moo-yun (SHIN e PARK, 2003), o que representou, na visão de Baker (2004), a consolidação da democracia⁴⁷.

Em 12 de março de 2004, a Assembléia Nacional votou o *impeachment* do presidente Roh Moo-yun por acusações de corrupção e patronagem política. Mas o Partido Uri, que dava suporte ao presidente, boicotou o voto. Essa situação claramente afetou o resultado da eleição parlamentar de 15 de abril de 2004, na qual o Partido Uri ganhou 152 de um total de 299 assentos na Assembléia Nacional. Era a primeira vez, em 18 anos, que o partido dominante ganhava a maioria na Casa.

7.2 MUDANÇAS ECONÔMICAS

Na segunda metade dos anos 80, a globalização da economia aumentou a concorrência internacional e a internacionalização de mercados e processos de produção. Uma das dimensões da globalização da concorrência foi a concentração relativa em vários segmentos industriais e de serviços, em nível mundial, com a operação em escala global das grandes empresas e a disputa por mercados nacionais relevantes (CANUTO, 1994). A Coréia já contava com uma estrutura industrial altamente concentrada e a busca de mercados externos tinha sido extensivamente perseguida desde o governo de Park Hee.

Em 1989, a Coréia foi considerada oficialmente como país desenvolvido (HARVIE e LEE, 2003), após ter se tornado um membro das Nações Unidas e seu PIB per capita ter atingido a marca de US\$ 7.000.

⁴⁷ As próximas eleições na Coréia ocorrerão em dezembro de 2007.

Em 1992, foi lançado o VII PQDE (1992-1996), enfatizando o papel do setor privado na economia e especificando dez direções políticas: a) reorganização do sistema educacional e de treinamento; b) promoção da inovação; c) expansão da infra-estrutura, notadamente o sistema de transportes; d) reforço das pequenas e médias empresas; e) melhoria da estrutura agrícola e promoção do desenvolvimento regional equilibrado; f) melhoria do sistema habitacional; g) expansão do bem-estar social; h) restabelecimento das funções do governo; i) expansão da abertura da economia e j) promoção da cooperação Norte-Sul e preparação para a unificação.

O plano acabou sendo suspenso e substituído antes do final de seu segundo ano pelo Plano Quinquenal da Nova Economia (1993-7), preparado pelo governo de Kim Young-sam, quando foi dado início à Sétima República. Este plano enfatizava que a administração da economia não deveria ser liderada ou controlada pelo governo como no passado, mas basear-se na participação e no espírito inovador do povo coreano. Foi reforçada a importância da reforma nas finanças, na administração do governo, no orçamento e na ética. O propósito das reformas era elevar a Coreia ao nível dos países industrialmente avançados até 1997. O slogan do plano era “uma nova Coreia através da mudança e da reforma”. Isso implicou liberalização do mercado, desregulamentação do setor financeiro e promoção de investimento externo direto. Um dos resultados desses esforços foi a admissão da Coreia na OCDE em 1996 (KWON, 1997)

As principais direções políticas contidas no plano e apontadas por Song (2003) foram: a) reforço do crescimento potencial da economia; b) expansão do marketing internacional; c) melhoria das condições de vida e moradia; d) reforma das instituições e; e) ética na administração e no trabalho.

7.2.1 Os desequilíbrios macroeconômicos da década de 1990 e a crise asiática

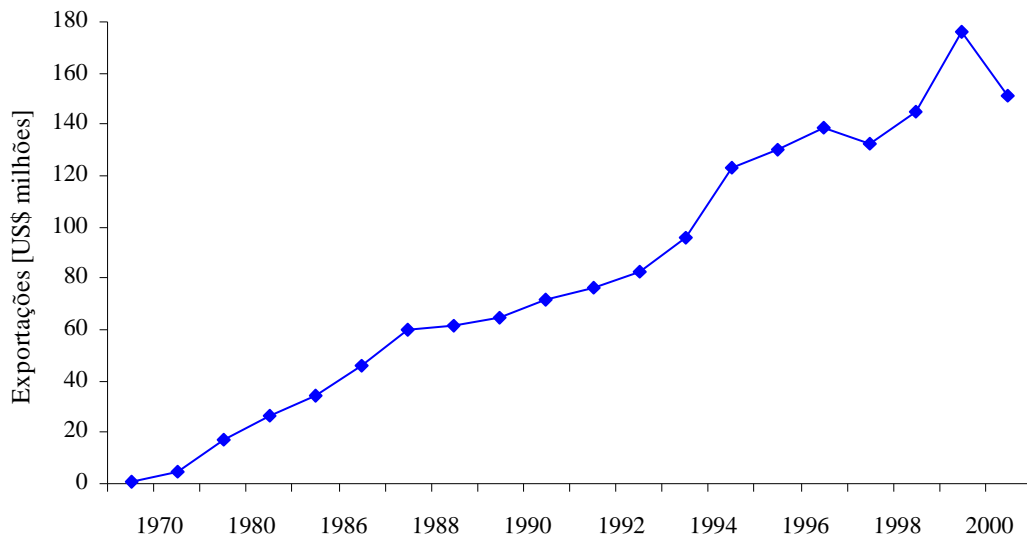
A competitividade internacional coreana começou a deteriorar-se no início dos anos 1990, devido a deficiências estruturais da economia. Em 1996, choques nos termos de troca debilitaram ainda mais a situação (SONG, 2003).

A democratização do país resultou em maior demanda pelo aumento nos salários e melhores condições de trabalho. Esses fatos aliados ao progresso da liberalização de importações

colaboraram para deteriorar o equilíbrio nas contas do governo. Os custos do trabalho aumentaram 18% entre 1988 e 1989 (KANG, 2004).

Face aos crescentes desequilíbrios externos e internos, o governo perseguiu uma política de estabilização ampla em 1991, introduzindo uma série de regulamentações. A economia atingiu mais de 8,5% de crescimento por ano no período de 1994 a 1995, principalmente devido a fortes investimentos e rápida expansão das exportações, facilitado pela apreciação do iene japonês (KANG, 2004), como mostra o Gráfico 7.1.

Gráfico 7.1 – Exportações, Coreia do Sul, 1965-2002

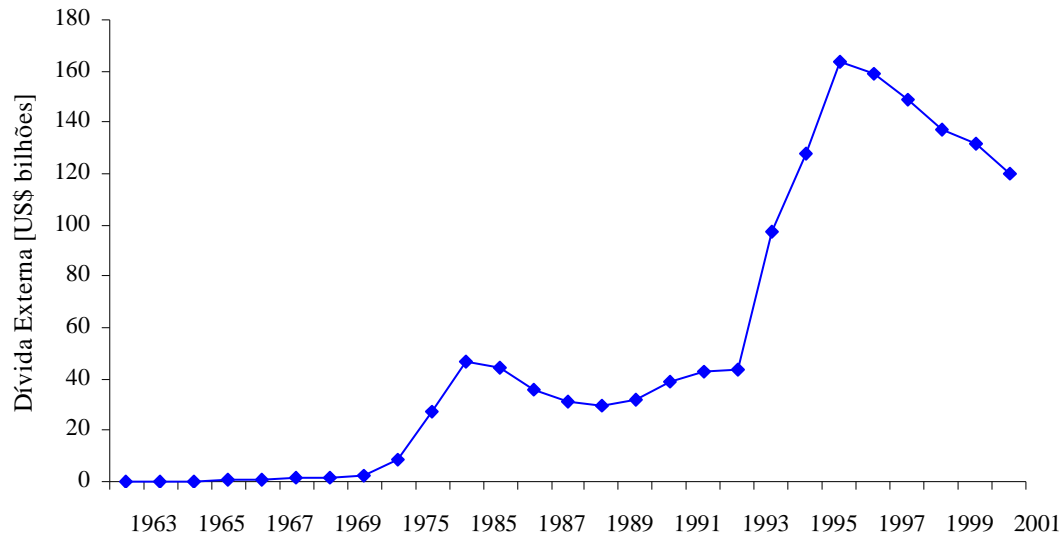


Fonte: SONG (2003).

Em 1995, o governo aderiu a uma política de valorização do won, apesar das pressões do mercado pela desvalorização. A tentativa era de garantir a competitividade internacional através da reestruturação corporativa, em vez da desvalorização da moeda. Os operadores de política acreditavam que uma desvalorização iria inflacionar os preços e minar seus esforços para forçar as firmas a se reestruturarem. O setor bancário e financeiro e as empresas estatais se beneficiavam da moeda forte. Eles lucravam com o empréstimo de capital estrangeiro a baixas taxas de juros. A desvalorização foi atrasada, marcando a fundação da crise financeira no final de 1997 (MO e MOON, 1998).

O déficit em conta corrente atingiu a marca dos 24 bilhões de dólares (5% do PIB) em 1996, quando a Coréia foi severamente impactada por desfavoráveis choques externos. Os termos de troca deterioraram-se aproximadamente 20% em 1996. Os preços internacionais dos principais bens de exportação tais como chips semicondutores⁴⁸, produtos de aço e químicos caíram consideravelmente em 1996. A dívida externa atingiu o pico em 1996, chegando a US\$ 163.489 milhões (Gráfico 7.2).

Gráfico 7.2 – Dívida externa, Coréia do Sul, 1965-2002



Fonte: SONG (2003).

Havia abundância de capital nos mercados internacionais financeiros em 1995 e 1996. No leste asiático, capital japonês estava disponível a taxas de juros muito baixas. A demanda por capital estrangeiro na Coréia, por outro lado, era alta. Ela precisava financiar seu massivo déficit em conta corrente que inchava com o maior nível já visto de US\$ 23,7 bilhões em 1996 (MO e MOON, 1998).

Em 1995, a razão dívida/capital próprio dos 30 maiores *chaebol* estava em 347,5%, aumentando para 386,5% em 1996 e 519% em 1997. Os grupos menores (entre o 11º e 30º)

⁴⁸ Segundo Kang (2004), os preços unitários dos chips semicondutores caíram cerca de 70% em 1996.

estavam obtendo uma média negativa de retorno dos ativos desde 1993. Os *chaebol* Halla, Jinro e Sammi, em particular, tinham uma razão dívida/capital próprio de mais de 2.000%. A Coréia esteve às vésperas de uma crise de dívida. Instituições financeiras, entretanto, continuavam a fornecer crédito para estas companhias (LIM, 2003).

Mo e Moon (1998) relatam o incidente com o Grupo Hanbo. Sendo uma grande companhia de construção, investiu pesadamente em suas operações de aço com empréstimo de bancos coreanos. Enquanto fazia investimentos de capital, a indústria de aço mundial entrou em recessão. Uma combinação de dívida massiva (aproximadamente cinco bilhões de dólares) e a recessão levaram a Hanbo a pedir falência no início do segundo trimestre de 1996, apesar dos diversos empréstimos de emergência concedidos por seus credores.

A comunidade financeira mundial, que emprestou muito para firmas coreanas, reagiu ao incidente com alarme não porque desconhecesse que os problemas da Hanbo estavam avançados, mas porque o governo coreano deixou que ela quebrassem. Os *chaebol* sempre acreditaram que o governo estaria por trás deles em tempos de crise. Quando a comunidade financeira internacional percebeu que o ambiente já não era tão seguro, se tornou relutante em emprestar ou postergar dívidas existentes. Se o fazia, cobrava taxas de juros maiores.

A quebra da Hanbo não resultou imediatamente em uma crise de grande escala. Esperava-se que a credibilidade seria recuperada. Esse tipo de otimismo, entretanto, gradualmente se tornou pessimismo, quando outros dos trinta maiores *chaebol* em 1997 – Kia, Sammi, Jinro, Haitai e New-Core Groups – faliram. O fato revelou problemas com a baixa lucratividade e a inadequada governança corporativa na Coréia (RYAN, 2000).

Mo e Moon (1998) acrescentam que os lucros corporativos dos *chaebol* caíram para seu menor nível em 1996. Os altos custos do trabalho, do capital e de distribuição contribuíram para a queda de lucratividade. Salários tinham aumentado a uma média de 7,8% em termos reais em resposta ao reforço dos sindicatos, freqüentemente excedendo os ganhos de produtividade durante o período 1987-1996. Apesar de manter seu dinamismo exportador, começava a ficar difícil para Coréia competir com países com custos menores, como a China, e países com melhor tecnologia e maiores economias de escala, como os Estados Unidos e o Japão.

No setor financeiro, os problemas estruturais foram acontecendo devido a distribuição ineficiente de fundos causada pelo extensivo uso da política seletiva de crédito como a principal ferramenta do crescimento econômico no passado. A dívida externa de curto prazo utilizada para financiar a forte demanda por investimento do setor corporativo aumentava significativamente, conforme a economia crescia (WORLD BANK, 2006; RYAN, 2000).

Em outubro, bancos estrangeiros pararam de emprestar para os bancos coreanos e não se mostraram dispostos a renegociar as dívidas anteriores. Além disso, muitos investidores se desfizeram de seus ativos coreanos. A demanda por dólares aumentou muito, graças à necessidade de pagamento das dívidas por parte dos bancos e companhias nacionais. Essa situação de crise de confiança já tinha atingido a Tailândia, Indonésia, Malásia e Filipinas, desencadeada por ataques especulativos contra as moedas destes países (RYAN, 2000).

Como a oferta de dólares era limitada, o governo foi administrando a situação com as reservas existentes no Banco da Coreia, para segurar o won. A situação era complicada. Se a opção fosse pela defesa da moeda nacional, suas reservas em dólar poderiam se esgotar, caso em que não haveria como garantir o pagamento do serviço da dívida. Se a moeda não fosse protegida, o governo sofreria forte pressão dos bancos coreanos e firmas pelo aumento de seus custos com a dívida (MO e MOON, 1998).

Em outubro e novembro, o governo coreano gastou cerca de US\$ 15,1 bilhões para proteger o won em mercados de câmbio. No final de setembro, suas reservas de moeda estrangeira líquidas estavam em US\$ 22,4 bilhões e já no início de outubro, caíram para US\$ 7,3 bilhões (MO e MOON, 1998). Com suas reservas quase exauridas, em 21 de novembro de 1997, o governo formalmente requereu assistência ao FMI⁴⁹ para mitigar a carência de liquidez externa e resgatar a confiança dos investidores internacionais (RYAN, 2000; MO e MOON, 1998). Em troca, a Coreia teve que empreender uma radical reestruturação neoliberal. Medidas para desregulamentar e liberalizar a economia foram tomadas. Restrições sobre o movimento de

⁴⁹ A assistência financeira total recebida pela Coreia foi 16,1 bilhões em 1997 e 12,6 bilhões em 1998, do Fundo Monetário Internacional, do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e do Banco de Desenvolvimento Asiático (KANG, 2004).

capital e propriedade estrangeira seriam deixadas para induzir o investimento externo nos ativos nacionais (MO e MOON, 1998). O resultado, já em 1998, foi a desaceleração do crescimento, o aumento da pobreza e da desigualdade, a estagnação do investimento e o crescimento da compra de firmas e bancos coreanos por estrangeiros⁵⁰. Como em muitos outros países que empreenderam reformas neoliberais nos anos 1990, a população coreana foi muito prejudicada (CROTTY e LEE, 2006).

Após a crise, que resultou em recessão em 1998, com taxa de crescimento do PNB negativa (-6,7%), o modelo coreano de desenvolvimento foi severamente criticado pela histórica ligação entre governos, grandes conglomerados e bancos, resultando em um setor financeiro sem a disciplina do mercado (HAGGARD, LIM e KIM, 2003).

Segundo Crotty e Lee (2006), o neoliberalismo aumentou a fragmentação social. Nos anos imediatamente posteriores à crise, o desemprego aumentou de 2,0% em 1996 para 6,8% em 1998 e 6,3% em 1999. A proporção de trabalhadores com emprego “irregular” é de 56%, a maior na OCDE. Índices de desigualdade cresceram substancialmente. A proporção da renda dos 20% mais ricos em relação aos 20% da base aumentou de 4,5% em 1997 para 5,9% no primeiro trimestre de 2005: um alto recorde para a Coreia. A taxa de pobreza mais do que dobrou desde a crise.

7.2.2 A economia após a crise

Em fevereiro de 1999, os primeiros estágios das reformas trabalhistas, bancárias e corporativas foram praticamente completados. Para muitos, os esforços foram bem-sucedidos. As reformas mudariam a relação entre o governo, o mercado e os bancos (MO, 2000).

A crise de liquidez acabou e a taxa de juros foi estabilizada. Um rápido aumento no superávit em conta corrente em 1998, com um recorde total de 40 bilhões de dólares, aliviou a

⁵⁰ Para uma análise sobre a polarização da sociedade civil coreana, bem como a piora das condições econômicas, tais como distribuição de renda e desemprego após a crise de 1997, ver LEE, S.J (2005), em trabalho que também deixa evidente a necessidade de reformas políticas.

carência de moeda estrangeira. Em meados de fevereiro, o *won* coreano foi cotado a 1.181 *wons* por dólar americano, movendo-se próximo à taxa pré-crise, que estava, no final de 1996, a 844,20, conforme mostra a Tabela 7.1. A economia doméstica mostrou sinais de recuperação devido às taxas decrescentes de juros e o produto industrial começou a aumentar no quarto trimestre de 1998, após quatro trimestres consecutivos de crescimento negativo (MO, 2000).

Tabela 7.1 – Taxa de câmbio, won/dólar americano, 1988-2001

Ano	Taxa
1988	684,10
1990	716,40
1992	788,40
1994	788,70
1996	844,20
1997	1.415,20
1998	1.207,80
1999	1.145,40
2000	1.259,70
2001	1.326,10

Fonte: SONG (2003).

Crotty e Lee (2006) apresentam dados e informações, presentes na Tabela 7.2, relevantes sobre a economia coreana nos anos imediatamente anteriores e posteriores à crise. O alto crescimento, em 1999-2000, resultou da mudança na política macroeconômica que trouxe superávits comerciais recordes, a melhora no consumo e uma forte injeção de fundos públicos no setor financeiro. Após uma queda, em 2001, o rápido crescimento retornou em 2002, graças ao aumento nos gastos em consumo e investimento. A economia cresceu menos em 2003, com a diminuição da formação de capital. A expansão das exportações aumentou o crescimento econômico modestamente em 2004, mesmo em face da estagnação do consumo e do investimento. O desempenho pós-crise foi assim bem inferior do que o pré-crise. A taxa média do crescimento do PIB desde a crise, de 4,2% é muito menor do que os 8% atingidos de 1961 a 1996, ou os 7,1% atingidos de 1993 a 1997.

O crescimento se tornou muito mais dependente das exportações desde a crise. Exportações mais importações como percentagem do PIB aumentaram de 65%, em 1997, para 84%, em 2004 (SONG, 2003).

Tabela 7.2 – Desempenho econômico após a crise na Coreia do Sul, 1993-2004

(Em %)

	Crescimento do PIB real	Crescimento do Consumo	Crescimento do Investimento Fixo	Exportação Líquida/PIB	Déficit do Governo/PIB	Dívida das Famílias/PIB
1993-97	7,1	6,5	12,3	-1,1	0,0	40,5*
1997	4,7	3,2	-2,3	-0,6	-1,4	46,6
1998	-6,9	-10,6	-22,9	12,9	-3,9	41,3
1999	9,5	9,7	8,3	6,7	-2,5	44,3
2000	8,5	7,1	12,2	3,2	1,1	51,1
2001	3,8	4,9	-0,2	2,3	1,2	62,0
2002	7,0	7,6	6,6	1,4	3,3	73,6
2003	3,1	-0,3	4,0	2,4	1,1	-
2004	4,6	0,2	1,9	4,4	0,7	-

* Média 1994-1997

Fonte: CROTTY e LEE (2006).

O mercado de capital aberto da Coreia levou a um aumento do fluxo de investimento externo direto (IED). Os influxos acumulados de IED de 1998 a 2000 foram 2/3 maiores do que o total de IED entre 1962 e 1997, sendo que cerca de 90% foi na forma de fusões e aquisições. A propriedade estrangeira das 10 firmas com a maior capitalização de mercado subiu para 54%.

O sistema bancário da Coreia, atualmente, é majoritariamente estrangeiro. A abertura dos mercados financeiros foi um componente central da estratégia FMI-Kim na rápida transição para um sistema financeiro globalmente aberto e regulado. Muitas instituições financeiras foram nacionalizadas no processo de absorção das dívidas criadas pela política induzida de 1998 (a um custo de 140 bilhões de dólares) (CROTTY e LEE, 2006).

Entre 1997 e 2002, o produto nas indústrias de manufatura baseadas em conhecimento, tais como computadores, semicondutores e instrumentação de precisão, aumentou 87%. Nas indústrias de serviço intensivas em conhecimento tais como *software* e *e-commerce*, o crescimento foi de 26%. Em 2000, a manufatura de alta e média tecnologia e intensiva em conhecimento representou uma proporção maior do valor adicionado bruto na Coreia (cerca de 15%) do que em qualquer outro país da OCDE, menos Irlanda. Essa ênfase sobre esse tipo de indústria resulta da alta prioridade dada, no período, à pesquisa e desenvolvimento, ao desenvolvimento de tecnologias avançadas tais como banda larga e redes sem fio, multimídia

digital e robótica, e à políticas que visaram tornar o conhecimento em produtos comerciais. A educação terciária assume aqui alta importância (GRUBB et al., 2006).

7.3 A EDUCAÇÃO NOS ANOS 1990 E 2000

O avanço seqüencial da educação prosseguiu nos anos 1990, quando, principalmente pela forte participação da iniciativa privada, a oferta de vagas no ensino superior permitiu que mais de 80% dos jovens em idade própria ingressassem nas faculdades e universidades. A ênfase dada às indústrias intensivas em conhecimento reforçou o estímulo ao crescimento do nível superior. Essa, sem dúvida, foi a característica mais observada na educação coreana em anos recentes e será aprofundada a seguir.

Os problemas da educação vividos nas décadas anteriores tiveram rumos distintos no período em análise nesta seção. Os gastos com ensino extra e a competição pela entrada nas principais universidades, por exemplo, se agravaram. Por outro lado, a qualidade do ensino elementar e secundário melhorou, principalmente no que tange à proporção professor/aluno e a quantidade de alunos por sala. Outra mudança positiva foi a ênfase na diversidade horizontal da escola elementar por ocasião da implantação do Sétimo Currículo Nacional⁵¹, caracterizada por maior espaço dado às habilidades não acadêmicas.

Para facilitar a exposição destas e outras características importantes da educação coreana nos anos 1990 e 2000, bem como sua relação com o desenvolvimento econômico do país, esse item será dividido em subitens que tratarão, respectivamente: a) da reforma no ensino elementar e secundário; b) do ensino secundário vocacional e técnico; c) do ensino superior e sua relação com a transição para a economia do conhecimento; d) da educação continuada e outros tipos de ensino; e) do financiamento da educação; f) da organização administrativa; g) da política e a educação e; h) da relação entre desenvolvimento e educação, como parte conclusiva.

⁵¹ No sistema de currículo nacional, as escolas individuais estabelecem planos curriculares de acordo com o as diretrizes do Estado. Embora o Sétimo Currículo estenda autonomia ao nível escolar na administração do currículo, a tendência centralizadora permanece (KIM e HAN, 2002).

7.3.1 As reformas no ensino elementar e secundário

O governo de Kim Young-sam (1993-1997) organizou a Comissão Presidencial para a Reforma Educacional (PCER), em fevereiro de 1994, com o propósito de formar um consenso nacional sobre o desenvolvimento educacional de longo prazo.

Após empreender um diagnóstico amplo dos problemas do sistema educacional coreano, o PCER anunciou uma reforma na educação. Segundo Kim e Han (2002), seu objetivo era construir um novo sistema no qual, primeiramente, todos poderiam receber o tipo de educação que desejassem em qualquer lugar, a qualquer tempo, e segundo, as aptidões e habilidades individuais seriam desenvolvidas ao máximo possível. A Reforma Educacional para o Estabelecimento de um Novo Sistema de Educação foi anunciada em 31 de maio de 1995.

A reforma incorporava as orientações que deveriam ser perseguidas a partir de então: o “sistema aberto de educação”, a “direção para as necessidades do consumidor (direito de escolha), a “educação diversificada e especializada” e a “educação baseada na autonomia e na responsabilidade”.

Outros objetivos da reforma eram eliminar as práticas indesejáveis até ali tão associadas à educação escolar, tais como o ensino de sala de aula orientado exclusivamente para os exames e as altas despesas com ensino privado extra. Além disso, buscou-se preparar melhor os alunos para a transição para a “sociedade do conhecimento⁵²”, onde o conhecimento e o a acumulação de capital humano são considerados críticos para a prosperidade dos indivíduos e do país como um todo.

⁵² Segundo definição do Banco Mundial (2006), um país alcança o status de “economia do conhecimento” quando o uso e a criação sustentados do conhecimento são o centro de seu processo de desenvolvimento econômico. Nela, o conhecimento é adquirido, disseminado e usado efetivamente para garantir o crescimento. A transição com êxito para uma economia do conhecimento envolve o investimento de longo prazo na educação, o desenvolvimento da capacidade de inovação, a modernização da infra-estrutura de informação e um ambiente econômico que facilite as transações do mercado.

Ainda segundo Kim e Han (2002), foram propostas as seguintes direções gerais: a) construção da base para uma sociedade de educação aberta e de ensino continuada; b) diversificação e especialização do sistema universitário; c) gerenciamento autônomo da educação primária e secundária por parte da comunidade escolar; d) currículo que desenvolva personalidade e criatividade; e) um sistema de entrada nas faculdades que diminua o ônus sobre os cidadãos; f) administração de uma educação primária e secundária que valorize a individualidade diversa dos estudantes; g) construção de um sistema que garanta e suporte os fornecedores de educação; h) treinamento altamente efetivo de professores e h) garantia de que 5% do PIB iria para o orçamento educacional.

A reforma também previa a garantia às universidades do direito de determinar cotas para calouros e decidir o tamanho de seus departamentos. Isso revertia quarenta anos de política do Estado. As universidades naturalmente receberam muito bem as recomendações (SETH, 2002).

No ensino elementar, o governo procurou estimular as escolas a orientarem seu ensino para a chamada “escola aberta”, ou seja, com ênfase na diversidade horizontal. Aqui, o valor das habilidades não acadêmicas⁵³ deveria ser igual ao atribuído às atividades acadêmicas. O currículo passava a ser centrado no aprendizado, e a diferença individual deveria ser respeitada (KIM, 2001).

Outra mudança empreendida pela reforma foi o desenvolvimento do Sétimo Currículo Nacional, que começou a ser aplicado nas escolas em 2000, cuja principal característica é o agrupamento de estudantes segundo o nível atingido por cada um. Aqui, as matérias língua coreana, estudos sociais, inglês e ciências são subdivididas em três níveis principais: básico, intermediário e suplementar. Por meio de testes, procura-se identificar se o aluno deve permanecer no mesmo nível, avançar para o nível intermediário ou se deverá estudar aquela matéria mais a fundo, ou seja, migrar para o nível suplementar. As principais questões discutidas acerca deste sistema giravam em torno de como determinar a comparação de estudantes entre

⁵³ Atividades não acadêmicas incluem a exibição de filmes, a prática de jogos e esportes e o desenvolvimento de animação computadorizada (KIM, 2004).

níveis diferentes e como desenvolver testes e instrumentos de avaliação (KIM, 2004). O currículo comum visava equipar os estudantes com capacitações básicas, tais como o tradicional 3R's (leitura, escrita e aritmética), língua estrangeira, tecnologia da informação e qualificações interpessoais (KIM, 2001).

Pretendia-se criar uma “nova cultura escolar”, onde a ênfase estava no desenvolvimento da aptidão natural do estudante. Nas escolas secundárias, os testes classificatórios enfatizavam o critério absoluto, antes do que o comparativo⁵⁴ (KIM, 2004).

As reformas implementadas na década de 1990 também visavam integrar a tecnologia de informação no sistema de educação nacional. Para tanto, planejou-se: a) investimento de infraestrutura de tecnologias de informação em todas as escolas primárias e secundárias; b) desenvolvimento de um sistema de gerenciamento de informação; c) treinamento de professores em tecnologia de informação; d) acomodação de novas tecnologias de informação nas salas de aula; e f) estabelecimento do Sistema Coreano de Pesquisa de Informação Educacional (KERIS).

Após a crise de 1997-98, o nome do Ministério da Educação (MOE) foi alterado para Ministério da Educação e Desenvolvimento de Recursos Humanos (MOEHRD). O novo ministério procurou tratar de temas paralelos, tais como treinamento para o trabalho e pesquisa científica. O nome do comitê presidencial consultivo também mudou (de PCER) para Comissão Presidencial para a Educação e Política de Recursos Humanos ou PCEHRP (KIM, 2004).

Ainda no governo de Kim, foi implantada a reforma intitulada “Currículo 2000”. Crianças receberiam uma educação básica comum por 10 anos com um número limitado de eletivas. Se estas eletivas não fossem disponibilizadas em sua escola, ele poderia ter aulas desta eletiva em

⁵⁴ Enfatizar o grau absoluto, segundo Kim (2004), significa atingir determinadas notas, independentemente da classificação dos alunos. Em testes de scores, normalmente, os alunos que atingem as maiores notas recebem o grau máximo, e sua nota é considerada um índice para o ranking das demais. Um aluno, por exemplo, que atingiu 60% da prova, mas ficou em primeiro lugar entre todos os alunos que a prestaram, ficaria com o conceito máximo (por exemplo, A), e os demais seriam classificados de acordo com este novo índice. Quando se considera o grau absoluto, este mesmo aluno ficaria com nota 6,0 de um total de 10,0. Ainda que tenha ficado em primeiro lugar, não lhe é atribuído conceito A, como se tivesse tirado a nota máxima.

outra escola. O componente mais radical deste plano foi a introdução de um currículo flexível no décimo primeiro e décimo segundo anos de escolaridade (KIM e LEE, 2004).

Desde abril de 2001, todas as 10.064 escolas elementares, médias e superiores existentes até então foram conectadas com a internet e receberam um sistema de gerenciamento de informação. Além disso, cada um dos 340.000 professores coreanos tinha um computador pessoal, e nove novas universidades virtuais foram fundadas em 2000 (KIM, 2001).

O êxito ou não das reformas ainda não está largamente disponível na literatura, mas sabe-se que, apesar dos esforços de tornar o ensino mais multiforme, nos níveis mais avançados permanece a forte ênfase na preparação para os testes classificatórios para as faculdades, movidos pelo mesmo combustível das décadas anteriores: a busca pelo status e avanço social.

Mas, mesmo não disponibilizando de dados sobre a efetividade das reformas, alguns índices de qualidade podem fornecer informações relevantes nesta análise. O mais comum é a classificação de alunos em testes internacionalmente comparáveis em habilidades cognitivas, tais como aritmética, alfabetização e raciocínio. A Tabela 7.3 compara os escores coreanos de testes em matemática e ciências realizados em 1991, com adolescentes de 13 anos em diversos países.

Esses escores se mantêm altos. A Coreia ficou em terceiro em matemática e quarto em ciências em testes que comparam 40 países incluídos no PISA (Programa de Avaliação Internacional do Estudante) 2003 da OCDE, (WORLD BANK, 2006). Outro importante índice de qualidade é a taxa de evasão escolar. Como a Tabela 7.4 mostra, os índices de evasão da escola média e média superior acadêmica são bem baixos: menos de 1% em 2004.

Tabela 7.3 – Escores de testes de matemática e ciências, países selecionados, 1991

País	Matemática	Ciências
Coréia do Sul	73,4	77,5
Tailândia	72,7	75,6
China	80,2	67,2
Suíça	70,8	73,7
Hungria	68,4	73,4
Itália	64,0	69,9
França	64,2	68,6
Israel	63,1	69,7
Canadá	62,0	68,8
Inglaterra	60,6	68,7
Espanha	57,1	70,3
Irlanda	60,5	63,3
Estados Unidos	55,3	67,0
Portugal	48,3	62,6
Brasil (São Paulo)	37,0	52,7

Fonte: LEE (1996)

Nota: testes realizados com adolescentes de 13 anos de idade

Tabela 7.4 – Taxas de evasão, Coréia do Sul, 1965-2004

Ano	(Em %)				
	Escola Média	Escola Média Superior Acadêmica	Escola Média Superior Vocacional	Faculdades Júnior	Universidades
1965	4,0	4,9	6,0	-	-
1975	2,3	3,0	3,1	16,2	11,2
1985	1,2	2,7	4,3	14,9	13,4
1990	1,0	1,9	3,2	16,1	15,5
1995	1,0	1,4	3,9	15,9	16,8
1996	1,1	1,3	4,2	-	-
1997	1,2	1,3	4,4	-	-
1998	0,9	1,1	3,6	-	-
1999	0,9	1,2	3,7	-	-
2000	0,7	1,1	4,4	-	-
2001	0,7	1,2	4,2	-	-
2002	0,5	1,0	3,7	-	-
2003	0,7	0,9	3,2	-	-
2004	0,7	0,8	2,8	-	-

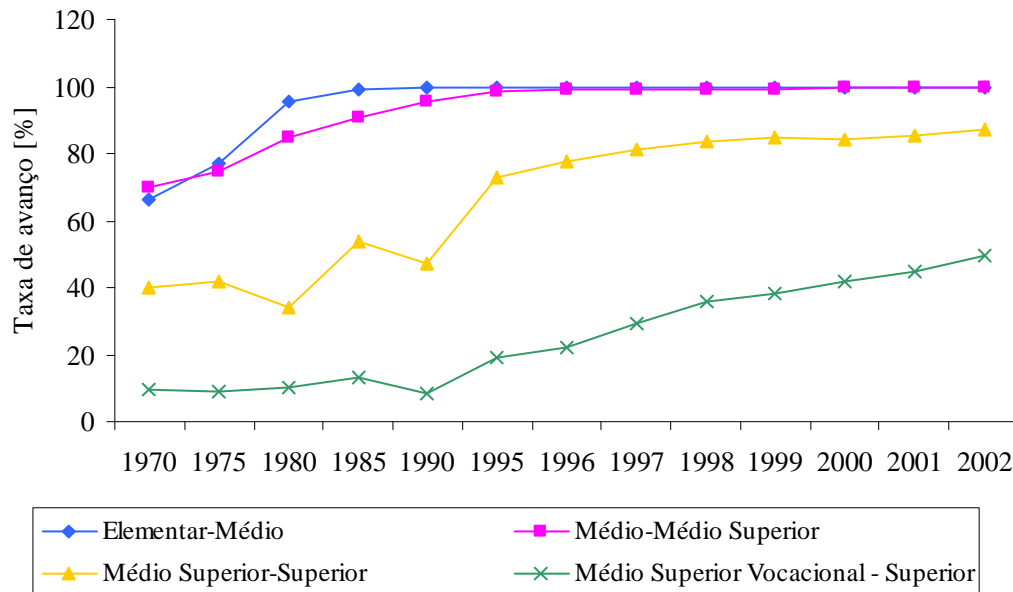
Fonte: MOEHRD (2005); SETH (2002).

Nota 1: A taxa de evasão é calculada como segue: (número de evasões/matrícula no respectivo ano) x 100

Nota 2: Os óbitos não entram na estatística de evasão entre 1995 e 2000. Os estudantes emigrantes foram excluídos da estatística desde 2000.

Um último índice de qualidade relevante é a taxa de avanço entre os níveis escolares, apresentada no Gráfico 7.3. Essa taxa indica a percentagem de alunos graduados no nível anterior que se matriculou no nível imediatamente subsequente.

Gráfico 7.3 – Taxa de avanço entre os níveis escolares, Coreia do Sul, 1970-2002



Fonte: MOEHRD (2007)

Nota: A taxa é calculada da seguinte forma: número de matrículas do nível posterior dividido pelo número de graduados do nível anterior x 100.

Nota 2: “Superior” refere-se às faculdades júnior, universidades, faculdades para professores e outros programas de nível superior.

O Gráfico 7.3 mostra um avanço progressivo da continuidade dos estudos, já que proporções cada vez maiores de graduados de um nível se moveram para o próximo no período. Em 1996, esse índice atingiria 100%⁵⁵ para a transição elementar-médio e médio-médio-superior, resultante da política de obrigatoriedade dos nove primeiros anos de ensino (correspondente à escola elementar e média) e da determinação do povo coreano em não interromper a educação de seus filhos.

⁵⁵ O que não indica a inexistência de evasão ou repetência. O índice mostra que 100% dos formados no nível anterior continuavam seus estudos no nível seguinte.

A transição dos formados da escola média superior para o nível terciário foi maior do que a do vocacional para o superior em todo o período, por duas razões claras: primeiro, havia proporcionalmente mais alunos no secundário superior acadêmico do que no vocacional. Segundo, porque o secundário vocacional em vários cursos era considerado um nível terminal, formando técnicos. A taxa crescente de avanço para o superior se deu, mesmo assim, porque muitos estudantes, insatisfeitos com sua formação média, preferiam prestar o exame de entrada nas faculdades e atingir os graus superiores.

A situação não melhorou substancialmente. Cada um dos cinco planos de desenvolvimento econômico buscava a “melhoria dos recursos da força de trabalho” pela promoção da educação científica e técnica. O governo continuamente argumentava que o sistema educacional não estava produzindo trabalhadores tecnicamente treinados suficientes para manter o ritmo do crescimento econômico. Havia um maior número de matrículas na engenharia e nos programas científicos por causa do prestígio dos engenheiros e cientistas, aliado aos retornos financeiros dessas profissões, que aumentavam sua popularidade. Isso levou o governo a ser menos resistente com relação ao estabelecimento de cotas para estes programas. Mas em pouco tempo, era possível observar um excesso de cientistas altamente treinados e engenheiros enquanto a carência de técnicos de nível médio persistia. Seth (2002) considera que, apesar de ser este claramente o objetivo apontado nos planos de desenvolvimento, nem o conteúdo nem a estrutura da educação foram completamente coordenados com as necessidades percebidas pelos planejadores econômicos do Estado e dos administradores industriais, embora a qualidade e o número de estudantes de engenharia aumentaram e alguns dos programas de treinamento industrial tenham sido úteis.

Há escolas nacionais, públicas e privadas na Coreia. Escolas nacionais são fundadas pelo governo nacional, enquanto escolas públicas e privadas são fundadas pelos governos locais e por fundações privadas, respectivamente. Comparado com outros países, a proporção de escolas privadas ao nível secundário é muito alta (KIM e HAN, 2002). Em 2000, a proporção de matrículas do setor privado era de 1% para escolas elementares, 20% para escolas médias, 55% para escolas médias superiores e 78% para faculdades de quatro anos e universidades. Este alto nível de privatização foi atingido graças a uma série de mecanismos financeiros de incentivo, incluindo subsídios e isenção de impostos. O governo não forneceu assistência financeira direta

para as escolas privadas secundárias até 1970, quando a política de admissão foi reformada. As escolas médias começaram a receber subsídios governamentais em 1971, e as escolas médias superiores, em 1979. O montante deste subsídio é usualmente determinado pela diferença entre o orçamento escolar e o orçamento padrão para uma escola pública que possua a mesma proporção de matrículas. A extensão da privatização aumentou como resposta positiva do setor privado ao incentivo (KIM, 2001).

Segundo o art. 31 da Constituição de 1987, a educação compulsória é livre de encargos (Constitution, 1987). Atualmente, o período de educação compulsória é de 9 anos, isto é, seis anos de escola elementar e três anos de escola média. Educação compulsória ao nível da escola média foi implantado nas áreas rurais em 1985, estendendo ao país inteiro em 2003 (KIM e HAN, 2002; MOEHRD, 2005). Entretanto, os estudantes das escolas médias superiores devem pagar taxas. Tanto escolas privadas quanto públicas cobram um montante idêntico pelas taxas dos estudantes. Em termos de seleção, exatamente a mesma política de admissão tem sido aplicada independentemente do status da escola como pública ou privada. Por estas razões, de um ponto de vista do estudante, a distinção de pública ou privada não faz a menor diferença (KIM e HAN, 2002).

Após a crise financeira de 1997, o MOEHRD diminuiu a idade de aposentadoria dos professores de 65 para 62 anos, apesar dos fortes protestos das organizações de professores. O principal objetivo era rejuvenescer o sistema educacional pela renovação e melhoria da força de ensino. Quase 50.000 professores ou 14% do total foram substituídos entre 1998 e 2000. Antes disso, somente 2% ou 7.000 professores, costumavam se aposentar a cada ano. O governo forneceu pensões compensadoras para professores que se aposentassem antes da idade (KIM, 2001).

7.3.2 Ensino secundário vocacional e técnico

Segundo Tilak (2002), a educação vocacional e técnica, nas últimas quatro décadas, foi vista pelos governos como a solução para os problemas educacionais nas economias em desenvolvimento: a crescente demanda pela educação superior poderia ser controlada, a crise financeira na educação seria facilitada pela redução de pressões sobre o orçamento da educação

superior, o desemprego entre formados nas faculdades e nas escolas secundárias seria reduzido. Foi esse entendimento, somado ao fato de o governo buscar usar a educação como fonte de qualificação da mão-de-obra em nível médio para atender às demandas de um país em fase de industrialização, que fez a Coreia ser um dos países que mais promoveu educação vocacional e técnica na Ásia.

A Tabela 7.5 mostra a proporção de matrículas na educação secundária vocacional no total de matrículas nos anos 1970-1, 1980-1 (médias) e 1998 entre países selecionados.

Tabela 7.5 – Matrículas na educação vocacional como proporção da matrícula total na educação secundária, países asiáticos selecionados, 1970-1998

País	1970/71	1980/81	1998
China	0,1	2,1	15,0
Cingapura	8,3	7,4	3,8
Coreia do Sul	14,3	20,6	20,4
Hong Kong	6,1	6,6	2,9
Índia	1,0	1,2	1,1
Indonésia	22,1	10,7	12,6
Irã	2,9	7,4	4,5
Iraque	3,1	5,5	8,6
Israel	44,0	41,2	22,6
Japão	18,7	14,8	14,5
Malásia	2,9	1,7	2,6
Tailândia	22,3	15,5	18,0

Fonte: TILAK (2002).

A noção de que a educação vocacional e técnica é inferior não é uma característica exclusiva dos estudantes coreanos. Tilak (2002) explica que esse tipo de educação é concebido mundialmente como um sistema para os pobres e para aqueles que não são elegíveis para a educação superior. Baixo prestígio é dado à educação vocacional e a herança de desigualdade é um fenômeno comum em muitos países, incluindo, em alguma extensão, a Coreia.

Mas, em continuidade com o visto nas décadas anteriores, a ênfase do governo na educação vocacional e técnica não diminuiu, mesmo porque a demanda por trabalhadores nesse nível pelo setor manufatureiro aumentou. Esse aumento na procura se deu em razão de dois fatores principais: primeiro, porque mais formados da escola média superior optavam pela

continuidade de seus estudos na faculdade, ao passo que os que paravam seus estudos neste nível eram absorvidos principalmente pelo setor de serviços. Em 1991, em atenção ao problema, o governo introduziu uma política para aumentar as matrículas da escola média superior vocacional em 50% da matrícula total até o ano de 1998. Mas ela falhou pela mesma razão de sempre: o público claramente preferia a educação geral. Com a carência de mão-de-obra e os avanços tecnológicos, a solução encontrada pelas firmas na indústria manufatureira foi a adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra tais como a automação e a robótica. Dessa forma, em 1998, o governo abandonou novamente a política proposta (KIM, 2001).

Aliado às questões já discutidas, estava a constatação pelo PCER, em 1997, de que a educação vocacional e técnica oferecida era inadequada, já que o currículo não refletia as necessidades cambiantes da sociedade. A instrução fornecida não atendia satisfatoriamente as demandas do mercado. O PCER, em uma tentativa de inverter essa situação, procurou levar as instituições vocacionais e técnicas a trabalharem em forte parceria e estabelecer uma complexa rede entre escolas, entre escolas e a indústria, e entre os diferentes níveis escolares (SETH, 2002). Os rumos da educação vocacional irão depender fortemente da capacidade do governo em adequar os anseios da população pelo ensino superior com a demanda – já decrescente – da indústria por mão-de-obra técnica.

7.3.3 Ensino superior e a transição para a economia do conhecimento

Os anos 1990 trouxeram um grande desafio para a educação superior coreana. Desde 1970, é possível observar que, cada vez mais, a economia tem adotado tecnologia e inovação como componentes diferenciadores principais de seus bens manufaturados. Cada vez mais os produtos e processos dependem do conhecimento.

O MOE instituiu um programa em 1995 com vistas a estimular o surgimento de universidades voltadas à pesquisa. Essa diretriz reflete o grau de prioridade conferido nesta etapa do desenvolvimento do país ao conhecimento e à inovação (SCHWARTZ, 2002).

As regras para estabelecer novas instituições foram liberalizadas. Além disso, o governo começou a dar pequenos subsídios discriminatórios baseados no desempenho das universidades.

Tentou introduzir, ainda, competição de mercado entre as universidades e faculdades, tornando-as mais autônomas e competitivas (KIM e LEE, 2004).

O desenvolvimento da inovação também foi colocado como uma das metas do VII PQDE. Mas a estratégia teria que ir além da transferência de tecnologia e engenharia reversa dos anos 1970 e 1980. O crescimento agora dependeria do desenvolvimento de *know-how* técnico próprio (SETH, 2002). E foi essa percepção que fez o governo coreano, nos anos 1990, independentemente da liderança política, tornar a transição para a sociedade do conhecimento um de seus alvos principais, lado a lado com outros objetivos econômicos, como o crescimento, a melhoria na distribuição de renda e o aumento das exportações.

Para atingir esse objetivo, a consecução da política educacional teria que ser drasticamente mudada. E, não havendo tempo para uma reforma seqüencial, as mudanças foram feitas em todos os níveis de ensino concomitantemente. Como já visto na seção anterior, a reforma educacional dos níveis elementar e secundário visaram alterar a dinâmica pedagógica com vistas a desenvolver a capacidade criativa individual. Se houve uma compreensão da necessidade de “dar asas” aos estudantes dos níveis básicos, mais lógica ainda foi a percepção de que se deveria, mais do que nunca, ligar a pesquisa e desenvolvimento e a inovação com o crescimento econômico no nível superior. E o Estado ainda pôde contar com uma característica peculiar da sociedade coreana: a disposição dos pais em despender alta percentagem de suas rendas para seu financiamento. Tudo isso ajuda na estratégia de transformar a Coreia em um país movido a educação. O Banco Mundial (2006) reconhece amplamente que a trajetória rumo à economia do conhecimento está sendo bem-sucedida⁵⁶.

Algumas questões, no entanto, foram colocadas no caminho. As principais serão expostas a seguir.

Primeiro, reconhecendo que a forte regulamentação do governo, até então sempre presente na administração das instituições de nível superior, não era a melhor forma de orientar a

⁵⁶ Para uma análise sobre a educação terciária e a economia do conhecimento em diversos países do mundo, ver WORLD BANK (2002).

política educacional e ainda produziu protestos por parte dos alunos, pais e principalmente dos professores, uma comissão subordinada diretamente ao presidente, entre 1989 e 1992, propôs uma reforma que teve como principal medida a concessão de maior autonomia às universidades (CANDOTTI, 2002). Em 1995, uma mudança histórica ocorria quando se decidiu pela eliminação das cotas de matrícula, exceto para as disputadas universidades na área metropolitana de Seul.

A desregulamentação gerou a criação de novas universidades, incluindo campus das universidades de Seul e várias instituições menores. Em um primeiro momento, a expansão das universidades foi suportada pela demanda reprimida dos graduados na escola média superior que se deparavam com o sistema de cotas. Em 1950, o número de estudantes matriculados na educação superior era de somente 11.358. Em 2002, a matrícula aumentou para mais de 3,5 milhões⁵⁷. Atualmente, a taxa de matrícula na educação superior na Coreia é uma das mais altas do mundo. Entretanto, a já mencionada mudança demográfica, resultante da política de planejamento familiar iniciada nos anos 1970, implica que há grande possibilidade de que a demanda pela educação superior decline em um futuro próximo. Isso certamente irá criar pressão financeira sobre algumas universidades, já que muitas delas têm nas mensalidades sua principal fonte de recursos (KIM e LEE, 2004).

Segundo, apesar da desregulamentação, as universidades privadas na área metropolitana de Seul foram obrigadas a solicitar permissão do governo sempre que desejavam aumentar matrículas. A insistência de permanecer com o sistema de cotas para as instituições naquela região é criticada por Kim e Lee (2004) como um mecanismo ineficiente de controle do crescimento. Segundo os autores, o tratamento diferencial atual das instituições na área de Seul cria restrições de mercado para a demanda de educação superior sem produzir qualquer benefício social tangível. Eles sugerem que essa questão deva ser tratada com medidas de políticas de desenvolvimento regional, tais como o rearranjo do sistema tributário e a realocação de recursos fiscais.

⁵⁷ A população de 20-24 anos na Coreia em 2002 é estimada em 4,01 milhões (KIM e LEE, 2004).

Terceiro, o governo tem ambiciosos objetivos para a educação terciária, amplamente relacionados ao desenvolvimento econômico⁵⁸, incluindo melhoria das taxas de emprego dos formados, aumento da transferência de conhecimento entre indústria e academia, fornecimento de educação que prepare melhor os estudantes para as demandas da indústria e construção de universidades que estejam entre as 15 melhores do mundo (GRUBB et al., 2006). Essas metas estão em linha com o alcance do status de economia do conhecimento. Críticas foram feitas quanto à carência de criatividade entre os jovens da nação, a ausência de inovação e o inadequado estado das estruturas de pesquisa. Mesmo as melhores escolas, tais como a Universidade Nacional de Seul, estão abaixo das principais universidades da Europa Ocidental e da América do Norte neste quesito (SETH, 2002). Mas o país tem investido para superar não só as falhas na universidade, como na estrutura de PD como um todo (WORLD BANK, 2006).

Os gastos brutos da Coreia com pesquisa e desenvolvimento (P&D) cresceram como proporção do PIB, aumentando de 0,25% em 1963 para 2,84% em 2004. Ao longo do rápido aumento dos investimentos em P&D, o número de pesquisadores também cresceu mais de 100 vezes durante o mesmo período, de 1.900 para 209.979. O aumento nos gastos totais com P&D tem sido possível graças à expansão ativa dos investimentos pelo setor privado, ao mesmo tempo que tem levado a um correspondente aumento na inovação e na adoção de tecnologias estrangeiras. Isso pode ser visto na melhoria do desempenho coreano em vários indicadores internacionais de inovação e adoção de tecnologia, tais como o número de patentes de inventores coreanos no USPTO (*United States Patent and Trademark*), e o montante de *royalties* e taxas de licenças pagas e recebidas pela Coreia (WORLD BANK, 2006).

A Tabela 7.6 apresenta os principais canais de transferência de tecnologia na Coreia, de 1962 a 2001. O investimento externo direto (IED), tradicionalmente não muito alto no país, cresceu substancialmente após a crise financeira de 1997, principalmente como fruto da abertura e da desregulamentação dos mercados. Ele é composto, como já dito anteriormente, em sua ampla maioria, por fusões e aquisições. O licenciamento estrangeiro, muito usado na década de

⁵⁸ Para uma análise sobre as implicações do acesso ao ensino superior na mudança de estrutura de classes sul coreana, ver STEINBERG (2006).

1970 e 1980, continua crescendo, mas a taxas menores nos anos 1990. E a importação direta de bens de capital continua sendo a principal fonte de tecnologia. Mas, com capacitação tecnológica crescente, a Coréia tornou-se um competidor potencial no mercado global e, conseqüentemente, oportunidades para assimilar tecnologia importada começaram a ficar menos disponíveis, o que amplifica a necessidade do país em desenvolver capacitações locais em pesquisa e inovação (WORLD BANK, 2006).

Tabela 7.6 – Canais de transferência de tecnologia, Coréia do Sul, 1962-2001

Canais	(Em US\$ milhões)							
	1962-66	1967-71	1972-76	1977-81	1982-86	1987-91	1992-96	1997-2001
Investimento Externo Direto	45	219	879	721	1.768	5.636	8.405	57.851
Licenciamento Estrangeiro - A	1	16	97	451	1.185	4.359	7.318	13.194
Importação de bens de capital – B	316	2.541	8.841	27.978	50.978	120.952	220.843	252.034
A+B	317	2.557	8.938	28.429	52.163	125.311	228.161	265.228

Fonte: World Bank (2006).

A maior parte da P&D na Coréia é desenvolvida pelos *chaebol* e relativamente pouco pelas universidades. O Banco Mundial (2006) considera que essa distribuição desproporcional, com recursos insuficientes sendo devotados para a P&D em ciências básicas, poderá prejudicar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no longo prazo. Isso não significa que a Coréia invista pouco e P&D. Como dito, o Banco Mundial reconheceu seu êxito na implantação de políticas nesse sentido. Mas questões como essa são um alerta para que possíveis distorções sejam corrigidas.

A Tabela 7.7 apresenta uma comparação internacional de alguns indicadores de ciência e tecnologia. A proporção de estudantes de nível superior matriculados em departamentos de ciências, matemática e engenharia é o maior entre os países selecionados. Gastos com P&D como percentagem do PIB durante a década de 1990 também é relativamente alta.

Quarto, a crise financeira de 1997-98 pôs em cheque a capacidade do país em se adequar às mudanças econômicas e tecnológicas que estavam à sua frente. A maneira que o governo respondeu à dúvida levantada foi criando um programa de reforma da educação superior intitulado “*Brain Korea 21*” (BK 21). Seu objetivo era preparar recursos humanos altamente qualificados para o século XXI (MOON e KIM, 2001).

Tabela 7.7 – Comparação internacional de indicadores de desenvolvimento de ciência e tecnologia, países selecionados, 2001

País	Estudantes terciários em ciência, matemática e engenharia [%]	Cientistas e engenheiros em P&D [por milhão de habitantes]	Gastos com P&D,1990-2000 [% do PIB]
Argentina	30	711	0,5
Austrália	32	3.320	1,7
Brasil	23	168	0,8
Canadá	--	3.009	1,7
França	25	2.686	2,2
Alemanha	31	2.873	2,3
Japão	23	4.960	2,8
Coréia	34	2.139	2,7
México	31	213	0,4
Suíça	31	3.058	2,6
Reino Unido	29	2.678	1,8
Estados Unidos	--	4.103	2,5

1. Ano de referência para entrantes na primeira e segunda coluna para alguns países é 1994-1997

Fonte: UNDP (2002), apud CHA (2004).

Sob o BK-21, o Estado investiria consideráveis somas nos cursos técnicos, de engenharia e de ciências em geral nas universidades que estabelecessem sérios programas de graduação e empreendessem pesquisas (MOON e KIM, 2001). A fim de competir pela ampliação, 83 universidades formaram 443 times de pesquisa para estabelecer departamentos e programas que poderiam ser elegíveis para o recebimento dos fundos. A Universidade Nacional de Seul recebeu os maiores fundos, seguida pelo Instituto Avançado de Ciência e Tecnologia Coreano - KAIST (SETH, 2002).

Universidades que não receberam dinheiro protestaram vigorosamente. A decisão de dar forte suporte a poucas universidades às expensas de outras aumentou o conceito de que uma pequena elite de universidades de alta tecnologia iria emergir, apagando todas as outras instituições, enquanto algumas escolas poderiam não sobreviver. Estudantes de várias universidades e professores protestaram contra o plano. Argumentava-se que a medida poderia trabalhar contra os padrões de uniformidade educacional, e fazer cair mais ainda o prestígio das instituições provinciais, prejudicando principalmente as artes e as humanidades. Apesar dos fundos recebidos sob o BK 21, a Universidade Nacional de Seul reduziu o quantitativo de vagas

para a graduação e a pós-graduação. Já que ela estava no topo da pirâmide de prestígio das universidades, a idéia de que a dificuldade para admissão iria aumentar acabou irritando muitas famílias. No final de 1999, ficou mais difícil determinar quão bem-sucedido seria o BK 21⁵⁹ (SETH, 2002).

Por último, o conhecido *ranking* das melhores universidades da Coreia, que leva a maioria dos alunos a prestarem exames de entrada para as três “melhores” do país e assim provocar forte competição, teve três implicações principais. Primeiro, em uma tentativa de equalizar a qualidade das instituições e estimular alunos a freqüentarem aulas nas universidades e faculdades provinciais, ajuda especial e bolsas de estudo foram oferecidas. Mas isso contribuiu pouco para mudar a percepção do público de que as faculdades provinciais eram de segunda classe. Uma ação política afirmativa estabeleceu um sistema de cotas para estudantes de vilas pesqueiras e áreas remotas que deveria ser preenchido pelas universidades. Em 1996, essa cota foi expandida (SETH, 2002).

A segunda implicação advém do fato de os estudantes buscarem outras opções fora do círculo das melhores universidades da Coreia. Evitando ao máximo o deslocamento para instituições de menor prestígio, somado ao fato de mesmo as melhores da Coreia serem muito inferiores às melhores do mundo, tem havido um êxodo de estudantes para universidades estrangeiras. Estima-se que 133.000 jovens estudaram fora em 1998, metade dos quais nos Estados Unidos. Muitos deles simplesmente buscavam uma segunda chance, caso não conseguissem admissão em uma escola ou departamento desejável. Outros, procurando o topo da elite acadêmica, em vez de escolas como a Seul Nacional, Yonsei e Universidade da Coreia, preferiam Harvard, Stanford, Princeton e Yale. Isso acabou criando outro gasto educacional associado com lições de inglês e companhias de preparação de testes americanos tais como Kaplan e The Princeton Review (SETH, 2004).

⁵⁹ Moon e Kim (2001) apresentam uma análise preliminar dos resultados do BK 21 para o ano de 2001. Segundo os autores, apesar das diversas críticas dirigidas ao projeto, houve vários resultados positivos, tais como o aumento do número de artigos publicados em revistas científicas internacionais (na área de ciências aplicadas e tecnologia, de 3.842 antes do projeto para 4.545 em 2001) e o crescimento do número de patentes domésticas registradas (na área de ciências aplicadas e tecnologia e em áreas especializadas, de 116 patentes internacionais e 29 domésticas antes do projeto para 160 internacionais e 41 domésticas em 2001).

Na década atual, a Coreia tem sido um país deficitário com relação à educação, ou seja, ela envia mais alunos para o exterior do que recebe jovens estrangeiros para estudarem em suas faculdades e universidades (LEE, 2001).

A terceira e talvez mais importante implicação é que para se preparar para o teste de admissão na universidade, sendo o Teste de Aptidão Escolástica para Faculdade (CSAT) o principal (GRUBB et al., 2006), os estudantes dedicam várias horas extras de estudo em aulas particulares, o que encarece muito o custo da educação para os pais, assim como acontecia quando havia exames de entrada para a escola média e média superior. Na verdade, a abolição destes exames, como já mostrado, apenas deslocou o foco do tutoriamento privado para esse nível, mas o problema em si não mudou (CHA, 2004).

Essa questão esbarra com dois princípios muito buscados em todo o desenvolvimento da educação coreana: a igualdade de oportunidade e a uniformidade de padrões. Nos níveis elementar e médio, o governo tentou atender a estes ideais pelo uso de instrumentos que, muitas vezes, geraram mais protestos do que contentamento. É o caso das políticas de equalização e a da estipulação de currículos comuns.

Seth (2002; 2004) abre o debate sobre a contradição entre tais ideais em uma sociedade cujos estudantes se empenham pelo “melhor”. Segundo ele, desde os debates sobre a Lei da Educação de 1949, os ideais igualitários coreanos rejeitavam a rigidez e a estrutura hereditária de classes que tinham caracterizado o país até o século XIX. Os missionários americanos, os dominadores coloniais japoneses, a cultura confucionista e os intelectuais coreanos expuseram idéias modernas e democráticas de uma sociedade baseada no mérito.

E o conceito de uniformidade também teve um forte significado entre os coreanos. O nacionalismo enfatizava uma nação uniforme e homogênea, daí o orgulho existente com a grande unidade e homogeneidade étnica da nação que lhes deu identidade definida. A retórica nacionalista e mesmo os livros-textos orgulhosamente proclamavam a Coreia como sendo uma raça unida “*Tong il minjok*”, uma nação de um povo, um “sangue único” e mesmo, uma “única mente”. Os conceitos de sociedade igualitária sócio-economicamente e o nacionalismo ideal para

uma unidade nacional, racial e ideológica resultaram em uma intolerância quanto às desigualdades.

Na retórica sobre escolaridade, a uniformidade da educação significava que o sistema escolar tinha que ser mais do que somente aberto para todos; ele tinha que ser uniforme em conteúdo e em padrão. Isso era conflituoso com uma sociedade consciente do *ranking* que rapidamente marcou cada escola e distrito escolar.

Os oficiais educacionais freqüentemente insistiam que o padrão nas escolas elementares e secundárias fosse consistente suficiente para garantir igual oportunidade de educação, mas ele era diferenciado. Uniformidade e igualdade têm sido desafios desde os anos 1990 para as reformas educacionais que intentam dar maior autonomia para as escolas médias superiores e faculdades em seus processos de admissão e currículo. Esse processo é histórico e o dilema permanece.

A pressão pelo sucesso, além de custar caro para o bolso dos pais, muitas vezes custa ainda mais caro para o desenvolvimento psicológico dos alunos. Seth (2004) menciona que no mínimo cinco suicídios foram associados com os exames de novembro de 2003, normalmente explicados pela sensação de culpa que os acometia por não atenderem às expectativas de seus pais.

O MOE tentou resolver a questão alterando as regras do sistema de exames quase que anualmente. Mas eles permanecem sendo uma “obsessão nacional” (SETH, 2002), matéria de artigos de jornais, livros, vários filmes populares e fóruns. Atenção é focada sobre o mal que os exames causam à saúde mental. Seth (2004) concluiu que mesmo se o Estado escolhesse abolir os exames, a competição pela entrada nas melhores escolas ressurgiria de alguma outra forma.

Oportunidades de emprego, em meados dos anos 1990, foram muito melhores para não graduados. Em 1995, somente cerca de 61% dos graduados na faculdade encontravam trabalho em até seis meses após terem recebido seus diplomas, apesar do crescimento econômico e da carência de trabalhadores. Em contraste, para graduados das escolas médias superiores técnicas, a taxa para o primeiro emprego era de 97% nesse mesmo intervalo de tempo. Havia uma carência de trabalhadores não qualificados, sendo atendida, em parte, por estrangeiros. Em meados dos

anos 1980, os formados nas faculdades ganhavam 2,3 vezes mais do que os graduados nas escolas médias superiores, mas no final dos anos 1980, os formados nas faculdades ganhavam somente 1,6 vezes mais, como mostra a Tabela 7.8 (SETH, 2002).

Tabela 7.8 – Níveis salariais de acordo com a escolaridade, Coréia do Sul, 1976-1994

Ano	Formados na Escola Média	Formados na Escola Média Superior	Formados nas Faculdades Júnior	Formados nas Universidades
1976	59,1	100	145,3	229,7
1979	65,9	100	147,6	230,7
1982	69,9	100	129,8	226,5
1988	74,7	100	128,1	202,7
1991	84,6	100	117,4	179,2
1994	88,9	100	108	150,5

Fonte: SETH (2002), p. 248

Nota: Formados na escola média superior = 100

Neste ponto, cabe retomar a contribuição de Becker (1964), em sua Teoria do Capital Humano. Segundo exposto no segundo capítulo desse trabalho, a educação e a formação são considerados investimentos realizados de forma consciente pelos indivíduos, com o objetivo principal de aumentar sua eficiência produtiva e sua renda. Tais investimentos representam custos (direitos e de oportunidade) que devem ser menores do que o ganho adicional que a educação traz, em termos financeiros, gerando resultados líquidos positivos. Dessa forma, a distribuição de rendimentos seria positivamente inclinada, principalmente entre trabalhadores qualificados, ou seja, quanto mais qualificado o trabalhador, maior sua renda. De fato, o exemplo da Coréia permite afirmar que a teoria de Becker encontra, ali, respaldo empírico. Entretanto, com a crescente oferta de mão-de-obra qualificada, o diferencial de salários entre os níveis de escolaridade está decrescendo, o que indica que a distribuição de rendimentos, embora ainda positivamente inclinada, estaria menos inclinada nos anos 1990 do que nas décadas anteriores, notadamente na de 1970.

7.3.4 Educação continuada e outros tipos de ensino

Sob uma política intitulada “educação aberta”, o MOE procurou encorajar o ensino continuado, permitindo às universidades admitirem estudantes de qualquer idade. A Quinta República foi a primeira a estipular a necessidade de educação continuada na Constituição. As seguintes medidas foram introduzidas para atingir esse objetivo: a) construção de um sistema de radiodifusão, dedicado exclusivamente a programas educacionais; b) implantação um sistema de cotas diferenciado para graduação nas faculdades; c) criação de um sistema de imposto educacional para financiar as reformas educacionais e; d) estabelecimento do Ato Social da Educação e o Ato da Promoção da Educação (MOEHRD, 2007).

Segundo o MOEHRD (2007), os programas de educação continuada oferecidos na Coreia são categorizados como educação para-escolar, educação ocupacional e técnica, e general ou liberal. Dentro da categoria de para-escolas, encontram-se as escolas cívicas, escolas médias superiores cívicas, escolas industriais (médias e médias superiores), escolas médias superiores por radiodifusão e por correspondência, programas auto-didáticos, universidades por correspondência e por radiodifusão, universidades de ensino à distância e universidades industriais⁶⁰.

Escolas médias superiores por correspondência formam adultos que perderam a oportunidade de assistirem aulas em tempo apropriado. Enquanto estudantes freqüentam as classes aos domingos, a maioria do ensino se dá através de rádio e sistema de TV ou em redes de computadores (KIM e HAN, 2002). Universidades por radiodifusão, correspondência e por internet existem para educação à distância. O sistema de crédito bancário permite indivíduos acumularem créditos de instituições diferentes, de programas curtos e intensivos, de estudos independentes e licenciamentos de cursos. Mas ele subsidia relativamente poucos associados e graus de bacharelado (GRUBB et al., 2006).

⁶⁰ Para uma caracterização detalhada de cada uma destas modalidades, ver MOEHRD (2007).

7.3.5 Financiamento da educação

A expansão do nível superior foi amplamente fruto da iniciativa privada, após a abolição do sistema de cotas. Essa característica permitiu a Coreia ofertar vagas suficientes para acomodar a maior parte dos estudantes. O número de matrículas só não é maior porque muitos estudantes preferem tentar prestar mais de uma vez exames de entrada para as universidades consideradas melhores do que se matricularem em instituições menos prestigiosas.

Em 1998, a Coreia investiu 2,51% de seu PIB em educação terciária, nível alto e superior à maioria dos países da OCDE, incluindo o Canadá, a Irlanda e os Estados Unidos. Mas deste montante, os recursos privados respondiam por 83,3% do total, um valor bem considerável. A comparação apresentada na Tabela 7.9 evidencia essa conclusão.

Na Coreia, as universidades públicas também cobram mensalidades dos alunos. As mensalidades das universidades variam por campo de estudo e são menores nas humanidades e maiores na medicina. As mensalidades da universidade privada são aproximadamente o dobro das cobradas em universidades públicas. As universidades nacionais ou públicas recebem somente alguns subsídios do governo, assim como fundos para pesquisa, e cerca de 30% de suas rendas vem de mensalidades. Entretanto, as universidades privadas derivam 69% de suas rendas de mensalidades, e somente 4% de subsídios do governo (GRUBB et al., 2006). As Tabelas 7.10 e 7.11 apresentam a composição da estrutura financeira das universidades nacionais e privadas, respectivamente.

Tabela 7.9 – Despesas de instituições de educação superior e sua fonte, países selecionados, 1998

	[%] do PIB	Recursos Públicos [%]	Recursos Privados [%]
Países da OCDE			
Alemanha	1,04	92,1	7,9
Austrália	1,59	56,1	43,9
Áustria	1,46	98,9	1,1
Canadá	1,85	56,6	43,4
Coréia do Sul	2,51	16,7	83,3
Dinamarca	1,53	97,2	2,8
Espanha	1,11	72,1	27,9
Estados Unidos	2,29	46,8	53,2
França	1,13	85,5	14,5
Holanda	1,18	87,5	12,5
Hungria	1,01	76,6	23,4
Inglaterra	1,11	62,7	37,3
Irlanda	1,38	72,6	27,4
Islândia	1,78	97,7	2,3
Itália	0,84	74,7	25,3
Japão	1,02	41,7	58,3
México	0,89	87,9	12,1
Noruega	1,51	94	6
Portugal	1,04	92,3	7,7
República Tcheca	0,88	85,9	14,1
Suécia	1,67	89,3	10,7
Suíça	1,11	98,5	1,5
Turquia	0,84	94,2	5,8
Média da OCDE	1,33	77,3	22,7
Países não integrantes da OCDE			
Argentina	1,14	74,3	25,7
Chile	1,85	24,2	75,8
Filipinas	1,15	44,2	55,8
Indonésia	0,58	43,6	56,4
Israel	2,18	59,4	40,6
Peru	1,32	44,6	55,4
Tailândia	2,58	32,5	67,5

Fonte: OCDE, apud KIM e LEE (2004).

Tabela 7.10 - Estrutura financeira das universidades nacionais, Coréia do Sul, 2002 e 2003

	(Em %)	
Fonte de Fundos	2002	2003
Governo [mensalidades + subsídios]	61	62,1
Estudantes [taxas + mensalidades]	30,9	30,1
Outros	8,1	7,8

Fonte: KEDI, apud GRUBB et al. (2006).

Tabela 7.11- Estrutura financeira das universidades privadas de quatro anos, Coréia do Sul, 2002 e 2003

	(Em %)	
	2002	2003
Mensalidades	69,6	69
Transferências	8,4	8,8
Subsídios	11,3	11,6
Subsídios do Governo	4	3,9
Renda suplementar	2,7	2,7
Renda não-educacional	4	4

Fonte: KEDI, *apud* GRUBB et al. (2006).

A Tabela 7.12 apresenta o número de instituições de nível superior e estudantes, subdivididos por tipo e por controle institucional, em 2004.

Tabela 7.12 – Número de instituições e estudantes por controle institucional, Coréia do Sul, 2004

Tipo	Nacional/Pública		Privada		Total	
	Instituições	Estudantes	Instituições	Estudantes	Instituições	Estudantes
Universidade	26	397.352	145	1.439.297	171	1.836.649
Faculdade Júnior	15	38.747	143	858.842	158	897.589
Universidade de Educação	11	23.335	-	-	11	23.335
Universidade Industrial	8	86.892	10	102.143	18	189.035
Universidade Técnica	-	-	1	196	1	196
Universidade Aberta	1	290.728	-	-	1	290.728
Universidade <i>Cyber</i>	-	-	17	39.450	17	39.450
Universidade Corporativa	-	-	1	62	1	62
Universidade <i>Grad School</i>	-	-	28	276.918	28	276.918
Escolas Diversas	-	-	5	1.153	5	1.153
Total	61	921.046	350	2.634.069	411	3.555.115

Fonte: KEDI, *apud* GRUBB et al. (2006).

Como visto, a quantidade total de alunos da rede privada é quase três vezes maior do que a da rede pública.

Quando se analisa o sistema educacional como um todo, observa-se que o governo responde pela maior parte do financiamento. O MOEHRD apresenta dados de 2005, comparando a percentagem do PIB gasta em educação na Coréia, em quatro países desenvolvidos e a média da OCDE. A percentagem total está acima da média da OCDE, mas a porção relativa ao financiamento do governo só é maior do que a do Japão, entre os países selecionados (Tabela 7.13).

Tabela 7.13 – Gastos públicos com educação como percentagem do PIB, Coréia do Sul, 2005

País	Gastos em educação [% do PIB]	Governo [% do total]	Famílias [% do total]
Alemanha	5,3	4,4	0,9
Coréia do Sul	7,1	4,2	2,9
Estados Unidos	7,2	5,3	1,9
Inglaterra	5,9	5	0,9
Japão	4,7	3,5	1,2
Média da OCDE	5,8	5,1	0,7

Fonte: (MOEHRD, 2005b)

Em 2001, 87,5% do orçamento do governo com educação foi dirigido para o ensino elementar e secundário; 3,2% com educação superior; 1% com educação continuada e 8,3% com outros tipos de ensino (MOEHRD, 2005b).

O orçamento da educação como parte do orçamento total do governo tem crescido a cada ano, como mostra a Tabela 7.14.

Tabela 7.14 – Orçamento do Governo Central x orçamento do Ministério da Educação, Coréia do Sul, 1965-2005

Ano	Orçamento do MOE [como % do orçamento total do governo]
1965	16,2
1975	14,4
1985	19,9
1990	22,3
1995	22,8
1996	24,0
1997	20,2
1998	19,2
1999	15,2
2000	16,1
2001	16,1
2002	16,3
2003	17,1
2004	18,0
2005	17,5

Fonte: MOEHRD (2005).

A proporção de gastos do governo enviada para o MOEHRD alcançou um pico em 1996, caindo durante a recessão causada pela crise asiática (1997-1999) e retomando o crescimento em seguida. Na comparação com as outras despesas do governo, a educação ocupa papel prioritário, sendo inferior somente aos gastos com desenvolvimento econômico e o fundo especial, que é composto de vários itens, o que mostra que o governo coreano pôs prioridade na educação, relativamente a outras áreas (KIM e HAN, 2002). A Tabela 7.15 apresenta essa composição.

Tabela 7.15 – Composição do orçamento do Governo Federal, Coreia do Sul, 2004

Classificação	[% do orçamento total do governo]
Fundo Especial	36,4
Desenvolvimento Econômico	15,8
Educação	11,9
Defesa Nacional	10,6
Desenvolvimento Social	8,6
Subsídios para Governos Locais	7,6
Administração Geral	6,1
Fundo de Reserva	1,8
Repagamento de Dívidas	1,0
Outros	0,2

Fonte: MOEHRD (2007).

Os dados apresentados mostram que o sucesso quantitativo da educação coreana foi o resultado, no quesito financiamento, da composição entre investimentos do governo fortes na base e mais fracos no topo e grande participação da iniciativa privada, em percentagens crescentes, conforme o nível de ensino avança.

7.3.6 Organização administrativa

Kim e Han (2002) apresentam uma descrição sobre a organização administrativa do ensino. Segundo eles, a tendência centralizadora permanece forte na alocação da autoridade e responsabilidade entre as organizações centrais e regionais da administração educacional, embora o governo coreano tenha procurado reduzir as organizações administrativas centrais desde que pediu por um governo pequeno e eficiente no final da década de 1990. Em linha com este esforço, o MOEHRD reduziu o tamanho de sua organização e o pessoal e transferiu uma porção

substancial de seus encargos para os escritórios de administração local, incluindo o planejamento do orçamento. Na dimensão financeira, as administrações educacionais locais dependem fortemente do governo central.

O escritório de educação local autônomo administra as questões locais de educação, tais como a administração do currículo e as regulamentações pertinentes, separada e independentemente da administração geral, a fim de garantir profissionalismo e neutralidade da educação. Eles não são responsáveis por funções como a política de desenvolvimento da educação e o estabelecimento de planos para o desenvolvimento local.

Os cento e oitenta escritórios distritais de educação (em 2001) estão subordinados a órgãos administrativos dos escritórios metropolitanos e provinciais estabelecidos em unidades básicas da cidade, da área provincial e do distrito metropolitano. Sua principal função é supervisionar a administração de jardins de infância, escolas primárias e secundárias (KIM, 2001).

No nível local, a administração educacional é separada da administração geral das províncias e municipalidades. A autonomia relativa que as autoridades governamentais locais possuíam tornava mais simples a canalização de recursos financeiros para a educação. As LEAs (Autoridades Educacionais Locais) eram os principais veículos através dos quais os planos educacionais eram implementados. Com a promulgação do Ato de Educação Local Autônoma em 1991, as LEAs foram providas de mais autonomia sobre formas de financiamento, funcionários, estabelecimento de regras e regulamentos para a educação (KIM, 2001).

7.3.7 Educação e política

Seth (2002) descreve as mudanças ocorridas com respeito à relação entre educação e política nos anos 1990. A administração Roh, em um de seus primeiros movimentos, cessou a prática da mobilização estudantil. O MOE prometeu desencorajar qualquer atividade que pudesse interferir nos estudos. Como resultado, as mobilizações dos estudantes se tornaram menos freqüentes até pararem completamente em 1994.

Em 1991, o MOE lançou uma campanha, chamando todos os professores e administradores a desenvolverem o espírito de cooperação na nova sociedade democrática. A propaganda anti norte coreana foi abandonada e, em seu lugar, deixou que o regime norte-coreano falasse por si mesmo, tanto mostrando clipes e filmes na televisão sobre a Coréia do Norte. Os novos livros-textos lançados em 1995 continham menos retórica anti-comunista e deram maior atenção aos ideais da democracia liberal. Foi dada ênfase à ética para a sociedade democrática, respeito aos cidadãos semelhantes e a necessidade de unificação pacífica da península.

A administração de Kim reduziu o treinamento militar. A Carta Nacional da Educação, onde o Presidente Park pedia por lealdade e obediência, foi denunciada pelo MOE como “carregada de descrições autoritárias incompatíveis com a era da democracia”, sendo abolida dos livros textos desde 1994, e as cerimônias onde a Carta era lida também foram encerradas (SETH, 2002).

Discussões sobre a revisão curricular refletiram a mudança na situação política e econômica da nação. A educação tinha sido usada pelo Estado como significado de estabelecimento de sua legitimidade, mas a nova administração não enfrentava este problema, já que os presidentes eram eleitos democraticamente.

A eleição de Kim Dae-jung em Dezembro de 1997 trouxe à presidência um ex-dissidente crítico da politização estatal da educação. Em julho de 1999, seu governo legalizou os sindicatos de professores, e a União de Professores Coreanos ou *Chunkyojo* foi formalmente reconhecida como uma união sindical⁶¹ (SETH, 2002).

Fé na mobilidade social tem propalado a expansão educacional e fornecido a fundação para a democracia e prosperidade. Os protestos dos professores, jornalistas, grupos civis e artigos dos jornais contra esforços para permitir as modificações de padronizar política escolar nos anos recentes sugerem que o público sul-coreano está ainda animado pelas mesmas questões de avanço

⁶¹ Para uma análise detalhada sobre a *Chunkyoto*, ver SYNOTT (2001).

peçoal, justiça social e igualdade, e o direito de famílias de garantir sua existência material e sua posição social através de trabalho pesado e educação (SETH, 2004).

7.3.8 Considerações finais sobre educação e desenvolvimento na Coréia democrática

A transição democrática teve efeitos na escola. O período pós 1988 é caracterizado pela maior liberdade dada tanto ao andamento da economia quanto à administração do ensino.

O crescimento econômico da Coréia foi severamente interrompido pela crise financeira que abalou o leste asiático em 1997. A resposta do governo à crise foi empreender uma série de reformas que, ainda que não tenham evitado a piora em alguns indicadores sociais, tais como a distribuição de renda, foram bem-sucedidas em colocar o país novamente na trajetória de crescimento. Crescimento a taxas menores do que as vistas no período da estratégia HCI, por exemplo, mas ainda assim, altas quando analisadas à luz dos efeitos da crise.

Em que a educação pôde colaborar para o desenvolvimento da Coréia no período democrático? Primeiramente, a percepção de que a indústria estava se movendo cada vez mais para o desenvolvimento de produtos, com o conhecimento constituindo-se como seu principal componente, fez o governo promover reformas em todos os níveis educacionais que colaborassem no desenvolvimento da criatividade individual. A capacidade inovativa deveria ser desenvolvida desde idades precoces. Nos níveis elementar e secundário, a implantação do Sétimo Currículo e a reforma dos anos 1990 visavam ampliar as capacidades individuais dos alunos, procurando mudar a ênfase, que historicamente esteve voltada à preparação para exames, para a diversidade. Em nível superior, o BK 21 manifestou o objetivo do governo de incentivar a promoção da pesquisa e desenvolvimento nas universidades. Até aquele momento, o desenvolvimento de P&D esteve muito mais concentrado nos *chaebol*. Esses esforços tinham – e ainda têm - um objetivo em comum: levar a Coréia para o status de sociedade do conhecimento.

O governo demonstrou não ter alterado substancialmente sua visão quanto à importância da educação vocacional e técnica. Mas, atendendo à demanda da população e entendendo a importância do nível superior para a geração de uma sociedade cujo principal ativo é o saber, eliminou o sistema de cotas, permitindo que cada instituição de nível superior decidisse a

quantidade de vagas a ofertar, com exceção daquelas situadas na região metropolitana de Seul. O resultado foi um crescimento explosivo de matrículas, que já tinha sido iniciado na década de 1980.

Em termos de financiamento, ficou claro que, conforme se avança o nível escolar, maior é a participação da iniciativa privada. Os nove primeiros anos de escolaridade são, atualmente, compulsórios e gratuitos, e, portanto, as escolas privadas neste nível dependem de subsídios do governo para se manterem. Isso explica sua menor participação. Já a partir da escola média superior, a presença privada é bem maior, atingindo um pico nos níveis superiores. É importante destacar que, no nível secundário superior, os alunos pagam os mesmos valores para escolas privadas e públicas, mas no nível terciário, embora todas as instituições cobrem mensalidades, há uma diferença substancial entre as públicas e privadas. As últimas cobram pelas mensalidades aproximadamente o dobro das primeiras. Mas esse fator não impediu a expansão das matrículas, nem pode ser considerado como um limitativo do crescimento, já que, considerando a relativa igualdade de renda entre a população – mesmo com a piora deste índice após a crise asiática – a maioria dos pais pode arcar com as despesas, e o fazem.

Os resultados das reformas empreendidas nos anos 1990 e 2000 ainda não estão sistematicamente disponibilizados na literatura, haja vista que a maioria delas ainda está em andamento. Mas uma conclusão importante é possível tirar das mudanças do período: de que, embora seja a iniciativa privada a maior responsável pelo aumento das matrículas do nível superior, o governo ainda vê a educação como uma prioridade. E isso é manifesto pela percentagem do PIB gasto em educação, com a maior parte ainda sendo direcionada para a educação elementar; pela proporção dos gastos do governo dirigidos para educação; pela disposição em incentivar financeiramente as universidades e faculdades que se propuserem a desenvolver pesquisas relevantes para o avanço tecnológico da nação (Projeto BK 21); e pelas mudanças promovidas pelas reformas no ensino elementar, secundário e superior, que visam, sobretudo, garantir maior autonomia local, uma demanda antiga de professores e escolas.

A redução do intervencionismo do governo, dessa forma, foi iniciada tanto na economia quanto na educação. Procurando diminuir o dirigismo, o governo deixou os grandes conglomerados e os bancos mais sujeitos ao rigor do mercado. Ao mesmo tempo, ao permitir que

as faculdades e universidades determinassem a oferta de vagas, o governo está forçando a promoção da melhoria de qualidade, já que, para sua sobrevivência em um ambiente competitivo, elas terão que demonstrar por que são melhores e por que devem compor o quadro das mais reconhecidas. Ser reconhecida pelo povo coreano é uma característica que eleva o *ranking* de uma instituição, aspecto fundamental para seu sucesso, considerando a importância que essa sociedade confere ao status e ao prestígio. Para a maioria dos coreanos, o nível médio técnico é inferior, mesmo que a diferença salarial com respeito aos graduados no nível terciário esteja diminuindo. Não basta ser formado, é necessário ter estudado em uma universidade reconhecida. Se não houver vagas suficientes, tenta-se estudar fora. Esse fato somado à previsão de que a demanda irá diminuir em um futuro próximo, como resultado da mudança demográfica desafia as faculdades e universidades em expansão a reverem seus sistemas e melhorarem seu desempenho.

Por último, cabe destacar que o fim de todas estas políticas é a promoção de inovação e sua transformação em novos produtos e processos que garantam o crescimento do valor das exportações. O governo deixou claro seu entendimento de que prover mão-de-obra qualificada que colabore no salto tecnológico é fundamental para promover o crescimento econômico sustentado, como previa Romer (1990) em sua teoria do crescimento endógeno. Investir em educação e treinamento tem sido uma decisão consciente tanto das empresas quanto do governo. Sabe-se que a educação não responde sozinha pelo crescimento. Mas ela propicia que se atinja com mais efetividade e velocidade a mudança tecnológica, fonte de crescimento já identificada desde o modelo de Solow original. Sem educação, ficaria muito mais difícil para a Coreia absorver tecnologia estrangeira e desenvolver a sua própria. Sem a continuidade dos investimentos e o avanço das políticas, não haveria como atingir o status de economia do conhecimento. E mesmo quando o Banco Mundial reconhecer essa realização da Coreia, sabe-se que um dos ingredientes mais importantes para que ela mantenha seu novo status será continuar investindo em educação. A decisão de priorizar a educação, assim, foi acertada.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul atraiu muitos pesquisadores, no mundo inteiro, principalmente na década de 1990. Afinal, esse “Tigre Asiático” superou a pobreza e a destruição da guerra em relativamente pouco tempo e alcançou taxas de crescimento do PIB excepcionais, principalmente entre os anos de 1965 e 1996. A educação recebeu prioridade nesse processo como um importante item de contribuição na superação das fragilidades observadas na década de 1950. Capacitar a força de trabalho permitiu à Coreia adaptar-se melhor aos desafios que cada etapa do desenvolvimento lhe impôs.

Mas qual foi, de fato, o papel da educação no processo de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul? O governo coreano deu prioridade à educação como forma de contribuir em seus projetos de desenvolvimento econômico, ao longo do período 1945-2006? A resposta da primeira pergunta não é única. Já a da segunda é afirmativa, mas variou em intensidade e forma, dependendo da ênfase dos projetos de desenvolvimento.

No período imediatamente após a proclamação da República da Coreia, quando foi estabelecido o governo militar americano, a educação era vista como colaboradora no processo de democratização do país. Para tanto, deveria ser ofertada em todos os níveis, inclusive no superior. O trabalho dos missionários americanos, no século anterior, tinha resultado na instituição de alguns estabelecimentos de educação terciária, e estes procuraram ser mantidos e reorganizados nos anos 1940. Quando Syngman Rhe assumiu a presidência, no entanto, o foco da política educacional claramente esteve sobre a alfabetização e a universalização do ensino elementar. Como o projeto de desenvolvimento do período 1948-1961 era, basicamente, um projeto de reconstrução da nação, o crescimento econômico não era a prioridade. Neste sentido, o estabelecimento do princípio de igual oportunidade e acesso objetivava garantir que toda a população coreana estivesse minimamente qualificada, para atender a demanda das manufaturas intensivas em trabalho que começavam a se desenvolver.

A característica mais marcante do período Rhe foi a continuidade dos esforços educacionais, mesmo durante a Guerra Civil. Desde então, ficou claro que não somente a

educação era vista como algo prioritário para o governo, como também para a própria população, que não precisou ser coagida ou estimulada por meio de fortes campanhas populares, por exemplo, para participar das aulas, apesar da notável carência de professores, estruturas e material.

No período 1962-1973, Park Chung Hee deixou claro que seu propósito principal era desenvolver a economia, entendendo ser esta a melhor forma de lidar com o desafio comunista do norte. Como visto na pesquisa, a estratégia aqui se volta para o crescimento a partir da industrialização voltada para as exportações, que traria forte crescimento econômico. O dirigismo do governo em favor de grandes conglomerados e traduzido em um complexo sistema de garantias de repagamento e políticas de incentivo formou o modelo de desenvolvimento coreano que seria aprofundado durante a estratégia HCI. A educação aqui, já tendo alcançado as metas da universalização do nível primário, se deslocou para o nível secundário. A ênfase, já iniciada no período Rhe, sobre a educação vocacional e técnica foi aprofundada. Entendia-se que esta era fundamental para prover um nível adequado de qualificação da força de trabalho para atender às demandas da indústria.

Apesar da prioridade à educação ter sido claramente voltada em atender o propósito de desenvolvimento presente nos planos quinquenais e nas estratégias econômicas gerais, dois obstáculos foram colocados para o governo. Primeiro, a resistência dos alunos e pais, que claramente preferiam a educação acadêmica, pois ela os levaria ao nível superior e, portanto, os habilitaria a atingir maior renda, que lhes garantisse prestígio e status social. A segunda, a preferência dos empregadores pela educação acadêmica, já que as qualificações do trabalho poderiam ser adquiridas nas próprias empresas. A falta de dados específicos sobre esta última questão não permite concluir qual a percentagem das empresas que adotava essa concepção, mas sabe-se que a educação sozinha não era capaz de proporcionar o efeito final desejado pelas empresas, qual seja, o aumento da produtividade e o desenvolvimento tecnológico. Ela carecia ser somada à experiência prática, que garantisse aos trabalhadores as habilitações necessárias para o aprendizado interativo. O governo deu sinais de que entendia muito bem esse processo, ao obrigar empresas a fornecerem programas de treinamento em suas sedes. Além disso, estipulou formas de garantir que algum treinamento vocacional ou técnico fosse dado em qualquer tipo de escola, seja incluindo matérias vocacionais nos exames de entrada, seja obrigando os alunos das

escolas vocacionais a realizarem treinamentos intensivos no trabalho. Como visto, estas medidas contribuíram para aumentar ainda mais a antipatia dos alunos com respeito ao ensino vocacional e técnico e o resultado, nos anos 1980, foi muito inferior ao planejado.

A expansão do ensino superior, iniciada com mais força no período Chun (1980-87), não foi, necessariamente, fruto da prioridade dada pelo governo à educação, mas parece ter sido muito mais em função da pressão popular pela expansão das cotas. A resposta foi a permissão de que mais instituições fossem abertas e que maior quantidade de vagas fosse disponibilizada. O resultado foi um forte crescimento. Vários desafios macroeconômicos foram postos ao governo na década de 1980, como a contenção da dívida externa, a expansão da poupança privada e a estabilização dos preços. A principal forma de manter o crescimento foi simplesmente dar continuidade à ênfase às exportações. Mas, cada vez mais, se entendia que as firmas coreanas precisavam desenvolver tecnologias que lhes garantisse a oferta de bens e serviços de maior valor agregado, tendo o conhecimento como seu principal componente. A educação deveria ajudar nesse processo. A qualificação da mão-de-obra, já fruto dos direcionamentos políticos feitos nos anos anteriores, foi fundamental para absorção e reprodução de *know-how* técnico. Essa percepção, no entanto, chegou a seu ápice no período democrático.

Nos anos 1990, governo promoveu importantes reformas na educação, com vistas a proporcionar o desenvolvimento da criatividade individual. Nos níveis elementar e secundário, este esforço foi materializado pelo lançamento do Sétimo Currículo, que procurou enfatizar o desenvolvimento das capacidades individuais. No nível superior, o projeto BK-21 procurou incentivar a promoção da pesquisa e desenvolvimento nas universidades, até então bem mais concentrados nos *chaebol*. Esses esforços tinham e, nos anos 2000, ainda têm, o objetivo de conduzir a Coreia ao status de sociedade do conhecimento.

Embora o governo tenha mostrado que não alterou substancialmente sua visão quanto à importância da educação vocacional e técnica, resolveu eliminar o sistema de cotas. O resultado foi nova expansão das matrículas, atingindo mais de 80% da população em idade própria nos anos 2000.

A forma de verificar a prioridade dada ao governo à educação nos anos 1990 e 2000 é a percentagem do PIB gasto em educação. Como mostrado no sétimo capítulo deste trabalho, a educação, principalmente no nível elementar, ocupa a terceira posição em gastos do governo. Em termos agregados, a Coreia investe mais de 7% de seu PIB em educação, proporção alta, quando comparada com outros países da OCDE. Mas, ao analisar o gasto por setores educacionais, percebe-se que, conforme se avança o nível, maior é a participação da iniciativa privada na educação. A implicação principal dessa composição é que os gastos das famílias com educação são relativamente muito altos, quando comparados com outros países, e representam a maior parte do financiamento no nível superior. Além disso, a busca pela entrada em universidades mais prestigiosas e, portanto, mais concorridas, ampliou, e muito, os gastos com tutoriamento privado. Infelizmente, a literatura não oferece dados sistematizados sobre o montante gasto com ensino extra, mas seu excesso é testemunhado por vários autores.

A escola também foi usada, durante todo o período dos governos de Syngman Rhe, Park Chung Hee e Chun Doo-hwan como instrumento de transmissão da ideologia do governo. O objetivo era criar um espírito de lealdade à nação e inimizade contra o comunismo, notadamente o norte-coreano. Também se procurou usar os alunos para realizar movimentos em prol das políticas educacionais do Estado. Como visto, estudantes iam às ruas para “protestar” contra a comercialização do ensino. Essas manifestações provocaram, naturalmente, grande desagrado entre pais, estudantes e professores. A influência militar no governo, tanto nos períodos ditatoriais, como nos governos civis, se traduziu na condução de aulas de educação física, contendo a prática de exercícios físicos e militares. Na verdade, ao invés de incutirem nos estudantes um espírito de lealdade, o resultado mais testemunhado pela literatura é que estas práticas acabaram “treinando” os estudantes e professores contra o governo. O movimento estudantil resultou, ao longo do período em análise, na participação em várias conquistas importantes para a democracia coreana: primeiro, na derrubada do regime de Syngman Rhe; depois, na democratização da Coreia, com a nona emenda constitucional que previa a eleição direta para presidente e, por último, na legalização dos sindicatos trabalhistas, incluindo de professores. Futuras pesquisas poderiam aprofundar-se na influência destes movimentos na democratização da Coreia.

Assim, a hipótese adotada nesse trabalho, de que o governo considerou a educação como chave no processo de desenvolvimento econômico em todo o período de análise, variando apenas a intensidade e a forma, é confirmada.

Há que se colocar, todavia, que o período Chun-Doo-hwan (1980-1987), o governo parece apenas ter dado continuidade às estratégias educacionais dos governos predecessores. A diferença foi ter permitido que, principalmente por meio da iniciativa privada, o ensino superior fosse expandido. A ligação com o desenvolvimento aqui esteve na compreensão de que era importante para a economia o desenvolvimento tecnológico, que viria, tanto pela educação formal, quanto pela experiência no trabalho. Mas a atitude do governo foi mais passiva e menos enfática.

A sequencialidade da expansão educacional é outra característica que merece destaque. Como visto, os anos 1950 e 1960 assistiram a universalização do ensino primário; os anos 1970, viram a expansão do secundário, e por fim, os anos 1980 e 1990, do ensino superior. Apesar dessa coerência na estratégia global, o MOE sofreu com a constante mudança de ministros da educação e de adoção de políticas. Várias tentativas de enquadrar a educação na visão do governo, notadamente a vocacional e técnica, foram revistas e reformuladas após a constatação de seu relativo fracasso e da insatisfação dos alunos, pais e professores. Entretanto, permanece importante a questão da continuidade, mesmo em tempos de guerra, crises econômicas e mudança para uma política econômica e educacional menos intervencionista. Em todo o período, a educação recebeu seu espaço fundamental no processo de desenvolvimento.

As contribuições teóricas enfatizaram que o capital humano exerce papel positivo na determinação do crescimento econômico. Investir em educação é uma tomada consciente de decisão, seja por quem irá adquirir o conhecimento, seja pelo empregador que irá desfrutar das habilidades adquiridas pelo trabalhador. Quanto investir depende de quanto a educação pode proporcionar, ou seja, sua taxa de retorno. O crescimento econômico virá, não diretamente da educação, mas do aumento da produtividade que ela irá gerar e da capacidade inovativa adquirida pelos trabalhadores, que resultará em avanço tecnológico. Em coerência com as teorias apresentadas, a educação associada à experiência prática, permitiu à Coreia absorver mais eficientemente tecnologias, desenvolver *know-how* técnico e, por fim, tornar o país um fornecedor de produtos intensivos em conhecimento.

Todas estas questões levam a crer que a Coreia está na trajetória correta rumo à sociedade do conhecimento. A ênfase do governo na educação, como forma de contribuir no projeto de desenvolvimento, nesta nova fase, onde as taxas do PIB ainda avançam, mas a uma velocidade bem menor, não deverá mudar mesmo após este objetivo ser alcançado. Afinal, ser uma economia intensiva em conhecimento exigirá, sempre, priorizar a educação.

9 REFERÊNCIAS

BAKER, C. Korea: Challenges for Democratic Consolidation. In: ROLFE, J. (Ed.). **The Asia-Pacific: A Region in Transition**. Honolulu: Asia Pacific Center for Security Studies, 2004. Disponível em: <<http://www.apcss.org>>. Acesso em: 5 maio 2007.

BARRO, R. J. **Education and Economic Growth**. Harvard University, Feb. 2000. Disponível em: <http://venus.icre.go.kr/metadata/10163_Barro>. Acesso em: 5 maio 2007.

_____. **Human Capital and Economic Growth**. Harvard University, 2001, 48 p. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/5/49/1825455.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2007.

BARRO, R. J.; LEE, J. W. **International Data on Educational Attainment**. Updates and Implications. Harvard University, Aug. 2000. Disponível em: <<http://www.cid.harvard.edu/ciddata/ciddata.html>>. Acesso em: 05 maio 2007.

BARROS, R.P., HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. **Pelo Fim das Décadas Perdidas: Educação e Desenvolvimento Sustentado no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, nº 857, 2002. (Texto para Discussão n. 857).

BASSANINI, A.; SCARPETTA, S.; VISCO, I. Knowledge, Technology and Economic Growth: Recent Evidence from OECD Countries. In: 150th ANNIVERSARY CONFERENCE OF THE NATIONAL BANK OF BELGIUM, Brussels, May 2000. How to Promote Economic Growth in **the Euro Area**. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 10 maio 2007.

BECKER, G. S. **Human Capital**. A Theoretical and Empirical Analysis, whit Especial Reference to Education. New York: National Bureau of Economic Research, 1964.

BECKER, G. S.; MURPHY, K. M.; TAMURA, R. F. **Human Capital, Fertility and Economic Growth**. Massachusetts: NBER Working Paper Series, 1990. (Working Paper, n. 3414).

BERGHEIM, S. **Human capital is the key to growth**. Success stories and policies for 2020. Deutsche Bank Research, 2005. 19 p. Disponível em: <http://www.dbresearch.com/PROD/DBR_INTERNET_EN_PROD.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2005.

BILS, M.; KLENOW, P. J. **Does Schooling Cause Growth or the Other Way Around?** Massachusetts: NBER Working Paper Series, 1998. (Working Paper, n. 6393). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w6393>>. Acesso em: 18 jan. 2007.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia: Teoria e Política Econômica**. Tradução da 2ª ed. americana. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. Trabalho preparado para o curso de desenvolvimento econômico da FGV, 2 mar. 2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br>>. Acesso em: 27 jun. 2007.

CANDOTTI, E. Educação e Movimentos Sociais na Coréia do Sul. In: GUIMARÃES, S.P. (Org.). **Coréia: Visões Brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2002. p. 11-32.

CANUTO, O. **Brasil e Coréia do Sul: os descaminhos da industrialização tardia**. São Paulo: Nobel, 1994.

CHA, Y. K. Education and Science as Strategies for South Korean National Development. In: BRASLAVSKY, C.; WERTHEIN, J. (Ed.). **Education, Economy and Development: Learning for Successful Cases**. Genevam: International Bureau of Education, Unesco, 2004. p. 107-132.

CHOI, Y. **The Future of Asian Economy**. Institute for Monetary and Economic Research. Bank of Korea. 2006. Disponível em: <<http://www.bok.or.kr>>. Acesso em: 01 fev. 2007.

CHENG, T. J.; HAGGARD, S. **Newly Industrializing Asia in Transition: policy reform and american response**. Califórnia: Berkeley, 1987, cap. 2.

CROTTY, J.; LEE, K. K. The Effects of Neoliberal 'Reforms' on the Post-Crisis Korean Economy. **Review of Radical Political Economics**, v. 38, n. 3, 2006. Disponível em: <<http://rrp.sagepub.com/cgi/content/abstract/38/4/669>>. Acesso em: 5 jun. 2007.

DAHLMAN, C.; ANDERSSON, T. **Korea and the Knowledge-Based Economy: Making the Transition**. World Bank Institute, Nov.2000. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em: 15 set. 2006.

DESTINOBLES, A. G. **El Capital Humano en las Teorías del Crecimiento Económico**. Edição Eletrônica, 2006. Disponível em: <<http://www.eumed.net/libros/2006a/agd/index.htm>>. Acesso em: 1 mar. 2006.

FERREIRA, A. B.; NAKABASHI, L.; SANTOS, M. C. **Crescimento econômico e acumulação de capital humano: uma análise sobre a relação de causalidade**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2003. 27 p. (Texto para Discussão, n. 222).

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. **Aprendizagem e Inovação Organizacional: As experiências de Japão, Coréia e Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FREIRE-SERÉN, M.J. Human Capital Accumulation and Economic Growth. **Investigaciones Económicas**, v. XXV, n. 3, 2001, p. 585-602.

GRUBB, N. et al. **Tertiary Review Korea**. Thematic Review of Tertiary Education. OECD, 2006. (Country Note). Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 6 jul. 2007.

HAGGARD, S.; KIM, B. K.; MOON, C. I. **The Transition to Export-Led Growth in South Korea, 1954-66**. World Bank. Country Economics Department, 1990. 35 p. (Working Papers). Disponível em: <http://www_wds.worldbank.org>. Acesso em: 1 jun. 2007.

HAGGARD, S.; LIM, W.; KIM, E. **Economic Crisis and Corporate Restructuring in Korea: Reforming the Chaebol**. Cambridge University Press, 2003.

HARVIE, C.; LEE, H. H. Export-Led Industrialization and Growth: Korea's Economic Miracle, 1962-1989. **Australian Economic History Review**, v. 43, n. 5, p. 256-286, 2003. Disponível em: <<http://www.blackwell-synergy.com/doi/pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2005.

HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos**. O breve século XX: 1914-1991. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JONES, C. I. **Introdução à Teoria do Crescimento Econômico**. Tradução de Maria José Cylar Monteiro. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

KANG, M. S. Korea's Economic Development and Role of Government. In: WON, C.O.; RESENDE, L.F.L. (Org.) **Brazil-Korea: an Agenda for Development**. Brasília: IPEA, 2004.

KANG, S. Globalization and Income Inequality in Korea: An Overview. In: OECD Development Centre (Org.). **FDI, Human Capital and Education in Developing Countries**. Technical Meeting. Paris, 2001. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 6 jul. 2007.

KIM, G. J. Education Policies and Reform in South Korea. In: WORLD BANK. **Secondary Education in Africa: Strategies for Renewal**. World Bank Regional Workshop on the Renewal of Secondary Education in Africa. Mauritius, Africa, dec. 2001, p. 29-39. (Africa Region Human Development Working Paper Series). Disponível em: <<http://worldbank.org>>. Acesso em: 13 jun. 2007.

KIM, J. W. Education Reform Policies and Classroom Teaching in South Korea. **International Studies in Sociology of Education**, South Korea, v. 14, n. 2, p. 125-145, 2004. Disponível em: <<http://taylorandfrancis.metapress.com/index/V85K6633V7N55251.pdf>> . Acesso em: 31 maio. 2007.

KIM, S.; LEE, J. H. Changing Facets of Korean Higher Education: Market Competition and the Role of the State. In: UPGRADING KOREAN EDUCATION IN THE AGE OF KNOWLEDGE ECONOMY: CONTEXT AND ISSUES. **Workshop**. Seoul, Korea: Korean Education Institute and World Bank, 14-15 oct. 2002. Reviewed in: mar. 2004. Disponível em: <<http://www.uwm.edu>>. Acesso em: 6 jul. 2007.

KIM, W. G.; HAN, Y. K. **Attracting, Developing and Retaining Effective Teachers: Background Report for Korea**. OECD, Korean Educational Development Institute. Aug. 2002. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/18/23/2713221.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2007.

KIM, Y. J.; LEE, J. **Technological Change, Investment in Human Capital and Economic Growth**. Harvard University, Center for Internacional Development, 1999. (CID Working Papers, n. 29).

KOREA, REPUBLIC OF. Constitution of the Republic of Korea adopted on 17 July 1948. Status 29 Oct 1987. Disponível em: <http://www.servat.unibe.ch/law/icl/ks00000_.html>. Acesso em: 23 jun. 2007.

KWON, O. Y. Korean Economic Developments and Prospects. **Asian-Pacific Economic Literature**, v. 11, n. 2, p. 15-39, nov. 1997. Disponível em: <<http://www.blackwell->

synergy.com/doi/pdf>. Acesso em: 1 dez. 2005.

LANGONI, C. G. **As Causas do Crescimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: APEC, 1974.

LEE, J. **Education Policy in the Republic of Korea: Building Block or Stumbling Block?** Seul National University, 2001. 27 p. Disponível em: <<http://sitesources.worldbank.org>>. Acesso em: 15 set. 2006.

LEE, J. K. Korean Higher Education under the United States Military Government: 1945-1948. **Radical Pedagogy**, 2006. Disponível em: <http://radicalpedagogy.icaap.org/content/issue8_1/lee.html>. Acesso em: 5 jun. 2007.

_____. The Role of Religion in Korean Higher Education. **Religion Education**, Iowa, v. 29, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://fp.uni.edu>>. Acesso em: 15 set. 2006.

LEE, J. W. **Economic Growth and Human Development in the Republic of Korea, 1945-1992**. United Nations Development Program, 1996. (Ocasional Papers, n. 24). Disponível em: <http://hdr.undp.org/docs/publications/ocasional_papers/oc24aa.htm>. Acesso em: 1 jul. 2007.

_____. Human Capital and Productivity for Korea's Sustained Economic Growth. In: KOREA INTERNATIONAL CONFERENCE. Bank of Korea, 2004. 41 p. (Preliminary Draft). Disponível em: <<http://www.econ.korea.ac.kr/prof/jwlee/files/growth0828.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2005.

LEE, Y. D. **Educational Innovation in the Republic of Korea**. Experiments and innovations in education n. 12. Paris: The Unesco Press, 1974. 39 p. Disponível em: <<http://www.unesdoc.unesco.org>>. Acesso em: 15 set. 2006.

LIM, J. H. **Class Reproduction and Competing Ideologies in Korean Education: A Critical Discourse Analysis on "School Collapse", 1999-2001**. The George Washington University, 2004 (The Sigur Center Asia Papers: Korean Education). Disponível em: <www.gwu.edu>. Acesso em: 27 jun. 2007.

LIM, P. W. **Path Dependence in action: The adoption and persistence of the Korean Model of Economic Development**. World Bank, 2003. Disponível em: <http://info.worldbank.org/etools/docs/library/207219/PAD_sund91919_ch06.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2006.

MANKIWI, N. G. **Macroeconomia**. 5. ed. LTC Editora: Rio de Janeiro, 2003. cap. 8. Tradutor: A. B. Pinheiro de Lemos. Revisor Técnico: Leonardo Weller. Publicado originariamente nos Estados Unidos por Worth Publishers, New York and Basigstoke, 2003.

MANKIWI, N. G.; ROMER, D.; WEIL, D. N. **A Contribution to the Empirics of Economic Growth**. Massachusetts, USA: National Bureau of Economic Research, 1990. (Working Paper, n. 3541). Disponível em: <<http://papers.nber.org>>. Acesso em: 10 maio 2007.

MELLO, J. G. S. T. **Reflexões sobre a Trajetória Recente da Economia Sul-Coreana: Uma Abordagem Institucionalista**. 2000. 119 f. Dissertação (Mestrado em Economia Empresarial)-

Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2000.

MO, J. **The Politics of Economic Reform: South Korea**. Carnegie Endowment for International Peace, 2000. Disponível em: <<http://www.ceip.org/files/pdf/2Mo.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2007.

MO, J.; MOON, C. I. **Democracy and the Korean Economic Crisis**. Northeast Asia Peace and Security Network. NAUTILUS Institute for Security and Sustainable Development. Northeast Asia Peace and Security Project, 1998. (Essay). Disponível em: <http://www.nautilus.org/fora/security/15A_MoMoon.html>. Acesso em: 10 maio 2007.

MOEHRD. Ministry of Education Human Resources Development. 2007. Disponível em: <<http://english.moed.go.kr>>. Acesso em: 10 maio 2007.

_____. **Brief Statistics on Korean Education 2005**. Korean Educational Development Institute, 2005. Disponível em: <http://english.moe.go.kr/statistics/2005_statistics.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2007.

_____. **Educational Budget**. Introductory material prepared for the Japanese Education Ministry delegation on their visit to the Ministry on Dec. 6, 2005. Disponível em: <<http://english.moed.jgo.kr>>. Acesso em: 5 jun. 2007.

MOON, M.; KIM, K. S. A Case of Korean Higher Education Reform: The Brain Korea 21 Project. **Asia Pacific Education Review**, v. 2, n. 2, p. 96-105, 2001. Disponível em: <<http://aped.snu.ac.kr>>. Acesso em: 31 jan. 2007.

MOSIÑO, A. **Education, Human Capital Accumulation and Economic Growth**. Master of Sciences in Economics. University of Lausanne. July 2002. Disponível em: <<http://www.hec.unil.ch/modmacro/recueil/Mosino.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2007.

MÜLLER, A. L. The creation of a growth-oriented society in Korea. **International Journal of Social Economics**, v. 24, n. 1/2/3, p. 178-189, 1997. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/Insight/viewPDF.jsp>>. Acesso em: 20 dez. 2005.

NAHM, A. **Korea: Tradition and Transformation**. A History of the Korean People. 2th ed. Hollyn: 1996. cap.12, p. 447-480.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento econômico. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n.2, p. 37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <<http://www.fae.edu.br>>. Acesso em: 27 jun. 2007.

ROMER, P. M. Endogenous Technological Change. **Journal of Political Economy**, v. 98, n. 5, p. S71-S102, out. 1990.

RYAN, L. The "Asian economic miracle" unmasked. The political economy of the reality. **International Journal of Social Economics**, v. 27, n. 7/8/9/10, p. 802-815, 2000. Disponível em: <<http://www.emerald-library.com>>. Acesso em: 20 dez. 2005.

SAGIORO, R. Conhecimento, Inovação e Crescimento Econômico – Uma Aplicação do Modelo

de Solow ao Brasil. In: II ENCONTRO CIENTÍFICO DA CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS. Varginha, 2004. Disponível em: <<http://www.oswaldocruz.br>>. Acesso em: 10 fev. 2007.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano**: Investimentos em Educação e Pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SCHWARTZ, G. Notas sobre a Experiência Coreana de Gestão do Conhecimento. In: GUIMARÃES, S.P. (Org.). **Coréia**: Visões Brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2002, p. 33-57.

SETH, M. J. **Education Fever**: Society, Politics and the Pursuit of Schooling in South Korea. Hawaii studies on Korea – USA. Center for Korean Studies, University of Hawaii. 2002.

_____. **Korean Education**: A Philosophical and Historical Perspective. The George Washington University, 2004. (The Sigur Center Asia Papers). Disponível em: <www.gwu.edu>. Acesso em: 27 jun. 2007.

SHIN, D. C.; PARK, C. M. The Mass Public and Democratic Politics in South Korea: Exploring the Subjective World of Democratization in Flux. **Asian Barometer**, A Comparative Survey of Democracy, Governance and Development. Taipei: National Taiwan University and Academia Sinica, 2003. (Working Paper Series, n. 15). Disponível em: <<http://www.asianbarometer.org>>. Acesso em: 5 jun. 2007

SOLOW, R. M. A Contribution to the Theory of Economic Growth. **Quarterly Journal of Economics**, vol. 70, p. 65-94, 1956. Disponível em: <<http://www.wren-network.net/resources/2005-11.Solow.contribution.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2007.

SONG, B. N. **The Rose of Korean Economy**. 3th ed. New York: Oxford University Press, 2003.

SOSVILLA-RIVERO, S.; MESEGUER, J. A. **El efecto del capital humano sobre el crecimiento**: ¿Importa el periodo muestral? Madrid: FEDEA, 2003. (Documento de Trabajo, n. 2003-22).

SPITZ, C. Veja o ranking das maiores economias do mundo. **Folha Online**, Rio de Janeiro, 30 mar. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u106421.shtml>>. Acesso em: 22 jul. 2007.

SYNOTT, J. Development, Education and the Teachers Union Movement in South Korea, 1989-1999. **Australian Journal of Politics and History**, v. 47, n. 1, p. 130-148, 2001. Disponível em: <<http://www.blackwell-synergy.com/doi/pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2005.

TAE, W. S. **Development of Korean Economy**: Past, Present and Future. Seul: Samhwa Publishing Company, 1972.

TILAK, J.B.G. Vocational Education and Training in Asia. In: KEEVES, J.P.; WATANABE, K. **THE HANBOOK ON EDUCATIONAL RESEARCH IN THE ASIA PACIFIC REGION**. Academic Publishers, India, 2002. Disponível em:

<http://www.norrag.org/wg/documents/vocational_technical_educat.doc>. Acesso em: 6 jul. 2007.

WAKABAYASHI, M. Democratization of the Taiwanese and Korean Political Regimes: A Comparative Study. **The Developing Economies**, XXXV-4, p. 422-439, dec. 1997. Disponível em: <<http://www.blackwell-synergy.com>>. Acesso em: 5 jun. 2007.

WORLD BANK. **Korea as a Knowledge Economy**. 2006. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em: 15 set. 2007.

YOON, T. D.; SOUZA, N. J. Uma Análise Empírica sobre os Fatores do Desenvolvimento Econômico da Coreia do Sul: 1961-1990. **Estudos Econômicos**, v. 31, n.2, p. 321-367, 2001.

10 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BAEK, Y.; JONES, R. **Sustaining High Growth Through Innovation: Reforming the RD and Education Systems in Korea**. OECD, 2006. (Economics Department Working Papers, n. 470.10). Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 19 jul. 2007.

BAIRAM, E. I.; KULKOLKARN, K. **Human Capital, Production and Growth and East Asia**. Dunedin, New Zealand: University of Otago, 2001. (Economics Discussion Papers, n. 0106). Disponível em: <<http://eprints.otago.ac.nz>>. Acesso em: 26 jun. 2007.

CHO, J. **Human resource management, corporate governance structure and corporate performance in Korea: a comparative analysis of Japan, US and Korea**. Japan and the World Economy: Korea, 2003. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2005.

CHOI, K. S. The Impact in Supply of College Graduates: repercussion of Educational Reform in Korea. **Economics of Education Review**, v. 15, n. 1, p. 1-9, 1996. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/B6VB9-3VW1C7Y-1/2/79fa692e647bca401c227eca3b694922>>. Acesso em: 17 mar. 2006.

CHUNG, C. P. **Democratization in South Korea and Taiwan: The Effect of Social Division on Inter-Korean and Cross-Strait Relations**. Singapore: Institute of Defence and Strategic Studies, 2002. Disponível em: <<http://rsis.edu.sg>>. Acesso em: 5 jun, 2007.

DE LA FUENTE, A. **Educación y crecimiento: un panorama**. Instituto de Análisis Económico, CSIC, 2004. Disponível em: <<http://pareto.uab.es/wp/2004/62904.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2006.

FERREIRA, W. A. Human Capital and Growth, resenha. **Revista de Economia Mackenzie**, São Paulo, n. 2, ano 2, p. 213-228, 2003. Disponível em: <<http://www.mackenzie.com.br/editoramackenzie/revistas/economia/eco2.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2005.

KERIS, Korean Education Research Information Service. Disponível em: <<http://english.keris.or.kr>>. Acesso em: 10 maio 2007.

KIM, B. **Infrastructure Development for the Economic Development in Developing Countries: Lessons from Korea and Japan**. Kobi University, 2006. (Working Paper Series, n. 11). Disponível em: <<http://www.research.kobe-u.ac.jp>>. Acesso em: 13 jul. 2007.

KIM, D. O.; KIM, S. Globalization, Financial Crisis, and Industrial Relations: The Case of South Korea. **Industrial Relations**, v. 42, n. 3, p. 341-367, 2003. Disponível em: <<http://www.blackwell-synergy.com/doi/pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2005.

LEE, C. J. Korean Model of Secondary Education Development: Approaches, outcomes and emerging tasks. In: SEMINAR ON GROWTH STRATEGIES FOR SECONDARY EDUCATION IN ASIA. Kuala Lumpur, Malasya, sept. 2005. Disponível em: <<http://info.worldbank.org>>. Acesso em: 6 jul. 2007.

LEE, J. K. Main Reform on Higher Education Systems in Korea. **Revista electrónica de investigación educativa**, v. 2, n. 2, p. 61-76, 2000. Disponível em: <http://redie.vabc.mx/contenido/vol2no2/contenido_lee>. Acesso em: 8 dez. 2005.

LEE, S. J. Democratization and Polarization in Korea Society. **Asian Perspective**, v. 29, n. 3, p. 99-125, 2005. Disponível em: <<http://www.asianperspective.org>>. Acesso em: 6 jun. 2007.

LENHARI, L. C. **Existe uma Economia Baseada no Conhecimento?** Uma análise do papel do conhecimento na economia. 2005. 136 f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MITCHELL, C. C. Land Reform in South Korea. **Pacific Affairs**, v.22, n. 2, p. 144-154, jun. 1949.

OECD, Organization for Economic Co-operation and Development. **The Knowledge-Based Economy**. Paris, 1996. 46 p. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/51/8/1913021.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2005.

RAMCHARAN, R. **Higher or Basic Education?** The Composition of Human Capital and Economic Development. International Monetary Found. IMF Staff Papers, v. 51, n. 2, p.309-326. Disponível em: <<http://www.imf.orf/ExternalPubs?FT?staffp?2004?02?pdf?ramcha.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2005.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma Investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico. Tradução de Maria Sílvia Passos. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1998. (Coleção Os Economistas).

SMITH, A. **Inquérito sobre a natureza e as causas da Riqueza das Nações**. Tradução e notas de Teodora Cardoso e Luís Cristóvão de Aguiar. Lisboa: Fundação Carlouste Gulbenkian, 1981. V.1. Tradução do original inglês, segundo o texto da 6ª edição da Methuen and Co. Ltda., de responsabilidade de Edwin Cannan, Londres, 1950.

STEINBERG, D. I. **The New Political Paradigm in South Korea**: Social Change and the Elite Structure. In: U.S.-KOREA ACADEMIC SYMPOSIUM, 2006. Disponível em: <<http://www.keia.org/2-Publications/2-3-Monograph/Monograph2006/06Steinberg.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2007.

VASSILIEV, K. Industrialization and Christianity: The Twin Engines of Korean Modernity. **Korea Review of International Studies**, v. 7, n. 1, p. 79-102, 2004. Disponível em: <<http://www.koreagsis.ac.kr>>. Acesso em: 15 set. 2006.

WORLD BANK. **Constructing Knowledge Societies**: New Challenges for Tertiary Education. 2002. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em: 6 jun. 2007.